



PARA DESENTENDER O JORNALISMO

Bruno Souza Leal

Nicoli Tassis

Nuno Manna

ORGANIZADORES





PARA DESENTENDER O JORNALISMO

Bruno Souza Leal

Nicoli Tassis

Nuno Manna

ORGANIZADORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Vice-Diretora: Thais Porlan de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenadora: Paula Guimarães Simões
Sub-Coordenador: Daniel Reis Silva

SELO EDITORIAL PPGCOM

Bruno Souza Leal
Juarez Guimarães Dias

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Jorge Cardoso (UFRB UFBA)
Benjamim Picado (UFF)	Kati Caetano (UTP)
Cezar Migliorin (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)
Elizabeth Duarte (UFMS)	Marcel Vieira (UFPB)
Eneus Trindade (USP)	Mariana Baltar (UFF)
Fátima Regis (UERJ)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fernanda Duarte (NCSU/EUA)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P221

Para desentender o jornalismo [livro eletrônico] / Organizadores: Bruno Souza Leal, Nicoli Tassis, Nuno Manna. – Belo Horizonte, MG: PPGCOM/UFMG, 2023
178 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86963-75-5

1. Jornalismo. I. Leal, Bruno Souza. II. Tassis, Nicoli. III Manna, Nuno. IV. Título.

CDD 070

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFMG, 2023.

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Atelier de Publicidade UFMG
Bruno Guimarães Martins

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Bruno Guimarães Martins
Daniel Melo Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO
Mohara Villaça

Esta obra foi selecionada pelo Conselho Editorial do Selo PPGCOM/UFMG após avaliação por pareceristas *ad hoc*.

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos termos de uso do Selo do PPGCOM/UFMG, disponíveis em:
<https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/termos-de-uso/>

Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente
sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos
num abismo. Quem disse que a gente não pode cair?
Quem disse que a gente já não caiu?

(Ailton Krenak, *Ideias para adiar o fim do mundo*)

| Sumário

PREFÁCIO <i>Juliana Freire Gutmann</i>	13
APRESENTAÇÃO Mais que dicotomias, contradições <i>Bruno Souza Leal, Nicoli Tassis e Nuno Manna</i>	17
CAPÍTULO 1 SUBJETIVIDADE / OBJETIVIDADE O jornal do sujeito ou o sujeito do jornal? <i>Valéria Maria Vilas Bôas</i>	25
CAPÍTULO 2 ÉTICA / SENSACIONALISMO Ética de quem, para quem? <i>Bruno Souza Leal</i>	37

CAPÍTULO 3 ISENÇÃO / PARCIALIDADE Os lados do jornalismo	51
<i>Frederico de Mello Brandão Tavares</i>	
CAPÍTULO 4 JORNALISMO / FICÇÃO Passeio pelo bosque das jaqueiras	69
<i>Nuno Manna</i>	
CAPÍTULO 5 JORNALISMO / LITERATURA Velas ao vento, sem âncoras no mar	83
<i>Nicoli Tassis</i>	
CAPÍTULO 6 JORNALISMO / ENTRETENIMENTO Opostos que se atraem ou faces da mesma moeda?	97
<i>Fernanda Mauricio da Silva</i>	
CAPÍTULO 7 HARD NEWS / SOFT NEWS Não “tá suave”	109
<i>Felipe Borges</i>	
CAPÍTULO 8 REPÓRTER / FONTE Novos estatutos para um novo jornalismo	121
<i>Mozahir Salomão Bruck</i>	
CAPÍTULO 9 JORNALISTA / EMPRESA Armazéns de secos e molhados	135
<i>Thiago Ferreira</i>	

CAPÍTULO 10	
TÉCNICA / TALENTO	
Afinal, é possível “ensinar” jornalismo?	147
<i>João Carvalho</i>	
CAPÍTULO 11	
JORNALISMO / VIDA SOCIAL	
Um post e um editorial	161
<i>Carlos Jáuregui</i>	
Sobre as autoras e os autores	175

PREFÁCIO

JULIANA FREIRE GUTMANN

Salvador, 22 de dezembro de 2022

Caro Jornalismo

Sei que há tempos não conversamos. Há tempos não mais pergunto como estás e o que tens feito. Nos afastamos, meu velho amigo. Talvez pelo nosso cansaço com o tanto que ainda se fala sobre como você deveria ser, onde deveria estar, como deveria se comportar, com quem deveria falar. E isso ainda somado ao barulho ruidoso das versões sobre ti e sobre as coisas do mundo que invadiram a cena pública nos últimos anos. Ensurdecemos, esmorecemos. Mas hoje, ao me deparar com estas escritas, deu uma saudade danada de nossa prosa.

De partida, sei que o título da obra vai lhe soar como um afago, “Para desentender o jornalismo”, pois você contradiz definições desde sua “origem”, que insistem em cravá-lo naquela linha do tempo, do lado esquerdo do quadro, onde se diz a.c., e cuja razão afirmam ser obra do desejo de um imperador. Instituição imperial, oficial, industrial, você foi. Mas também foi povo e plebeu. Já foi burguês, fez revolução. Tornou-se moderno, milimetricamente moderno, e se encantou com o *dress code* do

“produto à venda”. É *cult* na versão investigativa e literária, mas também se fez declaratório, partidário e panfletário. É *hard, soft*, imparcial, passional. É ninja, golpista, amaldiçoado, morto e ressuscitado. Incompreendido, jornalismo maldito. Carrega o fardo de “janela do real”, de “guardião da verdade do mundo moderno”, do anverso e reverso do “quarto poder” e por isso é odiado, renegado, necessário e prioritário para a democracia.

Apesar do nosso esforço para lhe fazer caixas reforçadas, roteiros infalíveis, *scripts* detalhados, embalagens inovadoras, nada parece ter se ajustado às suas manifestações carnisais. Nem como estudante, nem como jornalista, nem como professora e pesquisadora, nunca consegui fisgar uma “amostra pura”, “latente”, “soberana” daquilo que os tais manuais de ensino me diziam ser (ou não ser) sua entidade real e fidedigna dentre os milhares de avatares que me atravessaram.

Sempre me encantei com sua rebeldia aos roteiros, sua inadequação às definições por dicotomias, seu cinismo às deontologias. Por que era objetivo só quando não subjetivo? Real o que não ficcional? Razão quando sem emoção? Contradições que parecem fazer de você uma instituição “encantada” por definição. Afinal, como compreender uma práxis que tem em sua força epistêmica a mutabilidade mundana se não pela indefinição?

Daí a razão desta carta! Apresentar-lhe este livro escrito por velhos e novos conhecidos que, juntos, assumem o seu problema como solução. Pesquisadores e pesquisadoras de gerações e tradições distintas repisam, cada qual ao seu modo, o assentado, porém movediço, terreno que nos constitui enquanto sujeitos, sujeitas e instituições “da modernidade” para repensar modos de ser pela chave do desentender, como urgente e necessária ação política no âmbito acadêmico, profissional e social. Já era hora, meu caro, de reabrir as questões, ramificar dicotomias, desentender para compreender seus dissensos para além do “isto ou aquilo”.

Nesse gesto coletivo de refletir sobre suas (e nossas) contradições, os autores e autoras lançam novos feixes para velhos paradigmas (*objetividade/subjetividade; ética/sensacionalismo; jornalismo/ficção...*), sem perder de vista, Jornalismo, o seu lugar no mundo enquanto expressão da realidade que se constrói porque constitui o vivido. São olhares que compreendem sua atuação enquanto prática que se faz presente porque entrelaçada pela memória e pela esperança na transformação. Prática vivida que, pela

razão, pelo afeto, pelo argumento e pelo prazer, acena para a justiça, para a igualdade e para a experiência social efetivamente humana. Que você se encontre, querido amigo, nesse gesto do desentender que te faz ação. Seja em prosa, seja em verso, de fato é “Tudo certo, tudo incerto. Tudo tão longe e perto. É igual ao mundo um jornal” (*O Jornal*, Gilberto Gil).

Com carinho,
Juliana Freire Gutmann

APRESENTAÇÃO

Mais que dicotomias, contradições

BRUNO SOUZA LEAL

NICOLI TASSIS

NUNO MANNA

Esta obra nasce de uma inquietação. Quando nos voltamos para a bibliografia do ensino de jornalismo no Brasil, por um lado percebemos que grande parte dela vem marcada por uma dicção e um propósito típicos da pós-graduação. Por outro, percebemos que há também um grande conjunto de obras que adquirem um viés mais técnico, dedicadas ao “como fazer”. Reconhecendo os ganhos e os limites de cada uma dessas vertentes da literatura especializada do campo, frequentemente sentimos falta de mais textos acadêmicos que busquem equilibrar uma discussão crítica e conceitualmente densa sobre o jornalismo com uma linguagem e estrutura acessíveis para a graduação.

Os textos que compõem o presente livro são frutos de experiências e reflexões cotidianas de diferentes professoras(es) e pesquisadoras(es), com suas turmas e orientandos(as), ao longo dos anos. Foi acumulando proposições que nos propusemos a tecer este trabalho, com o desejo de contribuir para a permanente ampliação de debates e processos formativos. Mas foi também (e, possivelmente, sobretudo) acumulando suspeitas e dúvidas que buscamos nos posicionar sobre tais debates e

processos, compreendendo-os como espaços provisórios, de múltiplos contornos, potências e diálogos.

Esse ponto de partida se alimenta das perspectivas que advêm de uma visada crítica, não raro histórica ou historicizante dos processos jornalísticos. Como observa o historiador estadunidense Kevin Barhurst, em um dos seus artigos, publicado em 2014, sobre o jornalismo dos EUA e suas transformações históricas, esse olhar tem que lidar com as “contradições na epistemologia das notícias”. Para ele, as notícias modernas (ou seja, aquelas que emergem no Ocidente no final do século XIX e se consolidam nos anos seguintes) prometem “precisão, confiabilidade e discernimento”, o que, no entanto, não conseguem cumprir, uma vez que são fruto de mediações imperfeitas, realizadas sob o signo do presente, do factual e da rapidez. Assim, de acordo com Barnhurst, se essa promessa tem valor, ela faz com que as contradições sejam inescapáveis, uma vez mesmo que as notícias se revelam como “histórias não confiáveis sobre os assuntos correntes” e que, apesar disso, “também servem ao bem público” (2014, p.2, tradução nossa).

Num outro trabalho, publicado em 2015, voltado para a história do jornalismo interpretativo nos Estados Unidos – chamado por ele, às vezes, de “explanatório” –, Barnhurst nota que termos como “objetividade”, “equilíbrio” e “precisão” (*objectivity*, *balance* e *fairness*, respectivamente) se alternam como parâmetro para o fazer jornalístico, que, mesmo com o desenvolvimento científico recente, ainda se baseia num realismo ingênuo. Assim, ao mesmo tempo que sustentam que a realidade existe independente da ação humana (a despeito das contribuições da teoria da relatividade e da física quântica, entre outras, que põem em xeque esse entendimento), as notícias surgem, sob o olhar de Barnhurst, como que “codificadas” por termos flutuantes e imprecisos, ainda que muito presentes.

Muitas vezes, os termos que servem à codificação do fazer jornalístico, que se apresentam como parâmetros para sua existência, integram dicotomias, ou seja, funcionam como operadores valorativos e excludentes. Ou se é “objetivo” (“imparcial”, “equilibrado”) ou “sensacionalista”; ou se faz “jornalismo” ou “literatura”; “*hard*” ou “*soft*” news, e por aí vai. No entanto, ainda que esses termos e essas dicotomias sejam

usadas cotidianamente, elas fazem ver contradições e imprecisões, como sugere Barnhurst, e também o que aparentemente seriam entendimentos ruins ou equivocados. Afinal, essas expressões parecem exigir sempre uma complementação, um esclarecimento ou a fixação de um referente, ainda que provisórios, mesmo que tácitos, implícitos. E isso vale tanto para as conversas cotidianas quanto para a pesquisa acadêmica e também o dia a dia das salas de aula do ensino superior.

Este livro surge, diante dessa situação, não como uma forma de “resolver” as questões, mas, na direção contrária, de “desentendê-las”. Com isso, queremos dizer que não se trata de precisar – e muito menos de solucionar – tal ou qual expressão ou dicotomia, mas de observar seus limites, reabrir as perguntas que parecem encobrir, para além de simplificações binárias. Busca-se assim recusar o suposto consenso que trazem para, num gesto didático, alcançar complexidades e diferenças. Assim, a ideia de “desentendimento” aqui é tomada não como mero sinônimo de confusão ou de produção de conflitos. Como observa o filósofo francês Jacques Rancière, o “desentendimento” não se dá quando alguém diz “branco” e outra pessoa diz “preto”, e sim na situação em que “um dos interlocutores ao mesmo entende e não entende o que diz o outro” (1996, p.11).

O interesse de Rancière no desentendimento é explicitamente político e se articula às suas reflexões sobre disputas, partilhas, consensos e dissensos no âmbito do que ele, nesse momento, delinea como “filosofia política”. No nosso caso, o termo tem uma função dupla. Por um lado, ele se refere às contradições que marcam a experiência histórica do jornalismo, tal como sugere Barnhurst. Isto é dizer então que por mais que aparentemente saibamos o que é “jornalismo” e como ele “é feito”, esse saber é ele mesmo dissensual, desentendedor. Por outro lado, o “desentendimento” caracteriza um gesto epistêmico, de buscar não só observar criticamente supostos consensos como pensar sobre eles e para além deles.

Para Rancière, o “desentendimento” pressupõe um comum, uma racionalidade que, por sua vez, não é nem homogênea nem pacificada. Diz ele: “os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situ-

ação de palavra”, ou seja, é aquela situação em que “os interlocutores então entendem e não entendem aí a mesma coisa nas mesmas palavras” (1996, p.12, grifo nosso). O desentendimento, como se vê, se distingue do desconhecimento (a ausência de repertório) e do mal-entendido (o equívoco), pois não exige, ao contrário desses últimos, “uma medicina da palavra”.

O desentendimento pressupõe uma racionalidade em curso e que, mesmo compartilhada pelas/os interlocutoras/es, explicita que o “comum” não é tão óbvio nem pacífico. É, ao contrário, um feixe de relações dissensuais e em disputa. Nesse sentido, este livro parte de algumas dicotomias muito presentes no jornalismo para as desentender, ou seja, fazer ver o que nelas escorrega, o que nos faz pisar em falso, o que está além e aquém de ser “tranquilo dizer”. Não buscamos aqui fazer um compêndio de todas as dicotomias que circulam em torno do jornalismo. Escolhemos parte delas, entre as mais perenes e populares. Num momento futuro, outras serão chamadas à conversa, uma vez que acreditamos que o desentendimento deve ser um gesto permanente de reflexão e crítica - na academia, na prática profissional, na sociedade.

Nesse primeiro exercício de desentendimento, onze pesquisadoras(es) encaram o desafio de repensar conceitos e práticas basilares do campo jornalístico. Cada capítulo traz inquietações particulares, articuladas a partir de uma dicotomia e suas palavras-chaves afins, apresentadas logo no cabeçalho. Os textos preservam a singularidade das(os) autoras(es), no que diz respeito ao repertório e estilo de escrita. São unidos, contudo, pela proposta de construir uma reflexão, ao mesmo tempo densa e breve, em linguagem acessível a quem está iniciando a sua caminhada nos cursos de Comunicação. Ao final dos capítulos, o(a) leitor(a) é convidado(a) a continuar pensando a respeito das questões trabalhadas, a partir de um conjunto de perguntas. É possível também conhecer as principais referências bibliográficas que animaram o debate, além de um pouco da trajetória do(a) próprio(a) autor(a) que conduz o diálogo.

O pontapé inicial é dado com o capítulo “O jornal do sujeito ou o sujeito do jornal?”, de Valéria Vilas Boas, que se dedica ao par *objetividade/subjetividade*. Tratando de uma das dicotomias mais paradigmáticas do saber moderno, tal discussão visa problematizar as bases de uma

lógica que é constitutiva dos modos hegemônicos como conhecemos o mundo, da forma como fazemos e consumimos jornalismo e de outras distinções como a de fato vs. opinião. O capítulo seguinte, intitulado “Ética de quem, para quem?”, assinado por Bruno Souza Leal, discute a dicotomia *ética/sensacionalismo*. Evidenciando os limites dos discursos deontológicos do jornalismo, o autor destrincha dimensões estéticas e morais que atravessam nossas convenções culturais e a própria ideia de verdade. O capítulo três, “Os lados do jornalismo”, de Frederico de Mello Brandão Tavares, desdobra questões que se articulam na dicotomia *isenção/parcialidade*. Diante da complexidade política da realidade social, o texto nos convida a refletir sobre os pressupostos e as implicações em disputa nos momentos em que o jornalismo toma ou evita tomar “partido”.

O capítulo “Passeio pelo bosque das jaqueiras”, escrito por Nuno Manna, é dedicado a problematizar os marcos que separam *jornalismo/ficção*. Fazendo um passeio por diferentes conceitos e aspectos de teorias da narrativa, o autor busca superar diferenciações referenciais que são normalizadas tanto no senso comum quanto no imaginário institucional do jornalismo. Em uma discussão muito afim, ainda que com contornos específicos, Nicoli Tassis destrincha a dicotomia *jornalismo/literatura* no capítulo “Velas ao vento, sem âncoras no mar”. Dimensões históricas, profissionais e formais são convocadas para borrar fronteiras entre os dois campos, bem como para colocar em questão a própria noção híbrida de “jornalismo literário”. Na sequência, é a vez da discussão sobre *jornalismo/entretenimento*, realizada por Fernanda Maurício da Silva no capítulo “Opostos que se atraem ou faces da mesma moeda?”. Mergulhando nas relações que constituem valores e sensibilidades da cultura popular, a autora explora formatos jornalísticos para refletir sobre as tensões no âmbito do que se costuma entender por razão e emoção.

No sétimo capítulo, sob o título “Não tá ‘suave’”, Felipe Borges se debruça sobre a dicotomia *hard news/soft news*. Como acontece com a maioria das classificações do fazer jornalístico, *hard* e *soft* revelam-se termos escorregadios, expondo tentativas contraditórias de ordenamento de temporalidades e das próprias prioridades do jornalismo. Em seguida, o par *repórter/fonte* é tratado por Mozahir Salomão Bruck

no capítulo “Novos estatutos para um novo jornalismo”. Nesta relação marcada por assimetrias, a própria legitimidade do jornalismo é colocada em causa – sobretudo no contexto contemporâneo de intenso fluxo de informações e rearticulação de protagonismos sociais. Já o capítulo “Armazéns de secos e molhados”, de autoria de Thiago Ferreira, explora a relação *jornalista/empresa*. Os processos que constituíram o jornalismo moderno são retomados para escrutinar a constituição de uma prática profissional em meio a contradições de princípios editoriais e de modos de organização das corporações jornalísticas.

O décimo capítulo, cujo título nos indaga se, “Afim, é possível ‘ensinar’ jornalismo?”, é baseado na dicotomia *técnica/talento*. Nele, João Carvalho explora diretrizes e interditos que compõem os debates sobre a formação de jornalistas, chamando atenção para diferentes modelos de jornalistas que convivem em permanente conflito. E, por fim, Carlos Jáuregui discute *jornalismo/vida social* em “Um post e um editorial”. O capítulo que encerra o livro nos instiga a compreender criticamente o papel das mídias jornalísticas no seio das representações cotidianas, em contraposição a uma visão que coloca o jornalismo à parte ou acima das dinâmicas sociais.

Assim, desafiamos você, nosso(a) último(a) e não menos importante convidado(a) para a construção desta obra, para uma jornada de desentendimentos. Esperamos que cada capítulo desperte em você reflexões tão potentes quanto provocaram e continuam provocando em nós. Desejamos que as inquietações compartilhadas se multipliquem em salas de aula, projetos de extensão, pesquisas e na própria atuação jornalística em suas mais diversas formas. Desse modo, poderemos continuar os diálogos aqui iniciados e seguir animando muitos outros.

Referências

BARNHURST, Kevin. The problem of realist events in journalism. *Media and communication*, v.2, n.2, 2014. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/159>

BARNHURST, Kevin. Contradictions in news epistemology: how modernism failed mainstream US journalism. *Media, culture and society*. v.17, n.08,2015. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0163443715596504?casa_token=nqnuxXXfg-oAAAAA%3AkMvwpD1AtDzZGGEtu_Wep8t_tOoH-WYq_8TteCIqjy28Muaz9cNKS2OfiVxg90t5VvaseCZkX8O-Jw

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: filosofia e política*. São Paulo: ed.34, 1996

CAPÍTULO 1

SUBJETIVIDADE / OBJETIVIDADE

O jornal do sujeito ou o sujeito do jornal?

VALÉRIA MARIA VILAS BÔAS

#notícia #fato #opinião #esfera pública #sujeito

1. Entre o coletivo e o singular, eis a notícia

Chico Buarque canta, em uma das canções que gravou nos anos 1970, a história de uma notícia: uma tal Joana, por causa de um tal João, tentou contra a existência em um humilde barracão e, depois de medicada, retirou-se para o seu lar. O cantor argumenta, contudo, que nesse ponto falta exatidão à notícia porque o lar não existe mais e Joana é uma mulher que errou no amor, mas “ninguém morou na dor que era o seu mal” porque “a dor da gente não sai no jornal”. Essa afirmação do cantor dialoga com uma tradição importante na história do jornalismo ocidental moderno, a da objetividade.

O jornalismo, na prática, se consolidou como uma instituição que dá notícias diversas e que compreende um amplo leque de interesses – política institucional, economia, segurança, saúde, comportamento, bem-estar. Mas embora essa diversidade seja algo visível se analisamos a prática material do jornalismo praticado em diversos meios, historicamente sua legitimação foi construída a partir de uma separação entre fato e opinião e da valorização de uma esfera pública concebida a partir de

uma percepção tradicional de temas de política institucional e economia como aqueles que teriam interesse público. A dor de uma mulher que desgosta da vida não tem sido pauta, ao menos pelo jornalismo hegemônico, como algo que interessaria a uma esfera de discussão pública, como já nos revelava a canção de Chico.

A despeito disso, todos os dias o jornal parece estampar dores comuns a todos nós: a inflação do preço dos alimentos que fez o país voltar para o mapa da fome, violência racial, de gênero e religiosa, a dificuldade de acesso ao sistema de saúde. No dia 08 de abril de 2021, durante a pandemia de covid-19, os jornais informavam que 4.249 pessoas haviam morrido no Brasil em 24 horas em decorrência de covid-19. Embora transformados em um número único, cada uma dessas pessoas tinha uma vida singular em diálogo com a coletividade que nos une enquanto país.

Na noite de 14 de março de 2018, e durante todo o dia seguinte, as notícias sobre o assassinato de Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, produziram um nó coletivo na garganta que era a partilha mais forte possível em um país cuja história recente expõe a fragilidade de suas instituições democráticas e, de modo mais específico, das vinculações que as instituições jornalísticas mantêm com elas. Marielle Franco era a dor dessa partilha estampada no jornal mesmo que todos os sentidos que ela representa estivessem ausentes da maior parte das manchetes que de modo supostamente objetivo diziam, como a da *Folha de S. Paulo*, que “Vereadora do PSOL é morta a tiros no Rio de Janeiro”. Marielle era a dor estampada no jornal com fotos grandes e letras garrafais.

No *Jornal Nacional* da noite seguinte, a escalada da edição começava afirmando: “Indignação e luto no Brasil: a socióloga, líder comunitária e vereadora pelo PSOL Marielle Franco é assassinada a tiros. E matam também o motorista Anderson Gomes, pai de uma criança de um ano”. Diferente da afirmação que se costuma fazer sobre o jornalismo não ser o lugar de expressão da emoção, o *Jornal Nacional* daquela noite convocava indignação e luto pela morte de Marielle e Anderson com uma chamada que os identificava com características que os constituíam enquanto sujeitos com suas identificações profissionais, no caso de Marielle, e também familiares, no caso de Anderson.

Na capa da Folha de S. Paulo do dia 16 de março de 2018, uma foto do velório mostrava uma multidão, em parte com o punho em riste, em protesto. Na legenda, o jornal dizia que Marielle integrava o “bonde de intelectuais da favela”, demarcando para ela uma posição na estrutura educacional, no seu território de origem e também na estrutura social do país. Esses movimentos que tomo como exemplo indicam um olhar do jornalismo para Marielle e Anderson que não os identifica apenas como estatísticas, como mais uma morte qualquer, mas os atribui a um lugar como sujeitos que, embora singulares, são transpassados por questões maiores. Mas, afinal de contas, o que é um sujeito?

2. Permita que eu fale e não as minhas cicatrizes

A palavra “sujeito”, na língua portuguesa, pode assumir as funções gramaticais de substantivo ou adjetivo. Curiosamente é também a palavra que define a função gramatical ligada à agência de um verbo – o sujeito é o termo da oração com o qual o verbo concorda, se ativo pratica ação, se relacionado a um verbo na voz passiva, é quem recebe a ação do verbo. Como adjetivo, a noção de sujeito está ligada ao ato de sujeitar-se, de submeter-se ao poder do mais forte, à vontade do outro. Essa dualidade nas funções e nos significados que a palavra assume em nossa língua nos interessa muito aqui. Como sujeitos sociais, cidadãos, indivíduos, assumimos certas posições que parecem nos colocar sempre em um entre – quanto de nós é coletivo, quanto é singular? Como aquilo que eu sou e que expresso como o que me define mais intimamente pode me colocar em contato com uma sensibilidade comum, com construções sociais estruturais? Quem sou eu na fila do pão?

Para tentar responder a essa pergunta vou recorrer, enquanto autora, a lembranças que me ajudam a pensar na constituição da minha própria subjetividade, ou seja, a traços que parecem importantes quando tento definir quem sou. Lanço mão de dois que considero centrais: a minha relação com a ficção televisiva e com a banda *Paralamas do Sucesso*, a preferida da minha adolescência. Em uma canção intitulada “Cinema Mudo”, de 1983, Herbert Vianna canta: “Eu tenho que aprender a dizer tudo o que eu sinto por você/ Eu tenho que aprender num desses seriados de tevê”.

Sempre que ouço essa música lembro de uma professora que dizia que se a gente aprende a fazer declarações de amor com os poetas, nem mesmo o amor romântico por outra pessoa, algo que parece tocar o mais profundo de nós mesmos, é tão singular e nosso quanto parece. Aprendemos com os poetas e também com a tevê, afinal. Enquanto me formo, enquanto busco e construo o meu lugar no mundo, por mais importante que seja a minha agência, o meu agir, ela não está isolada da cultura e da sociedade que dispõe as regras que tento romper ou nas quais tento me encaixar.

Tornar-se sujeito implica sempre uma relação com o outro que me reconhece enquanto tal a partir de um amplo conjunto de normas e regulações. Essas regulações constituem modos de expressão de afetos, sentidos e também de um corpo possível. Judith Butler (2003), por exemplo, acredita que somos sujeitos constituídos discursivamente, ou seja, nossos corpos se relacionam com noções de gênero e sexo a partir de uma construção cultural e jurídica na qual nem sempre nos reconhecemos, ainda que sintamo-nos impelidos a nos moldar a ela.

É justamente a partir do princípio de abertura que constitui todo sujeito, que o poder consegue se impor sob a forma da sujeição. Nos sujeitamos a performar, por exemplo, aquilo que esperam de nós enquanto mulher, enquanto homem. Essa binaridade, alerta Butler (2003), não dá conta de abarcar a pluralidade de performances de gêneros possíveis e as ações performativas que podem romper com as expectativas binárias e ressignificam as categorias de corpo, sexo e gênero para além dessa estrutura.

Nesse sentido, essa mesma performatividade que impõe uma norma, pode significar a abertura para novas expressões, como faz o apelo de Emicida na letra de “Amarelo”, que dá título a esse tópico. De modo usual, o jornalismo brasileiro só lança o seu olhar para territórios periféricos como as favelas para noticiar violência e ausência – fome, falta de saneamento básico, tráfico de drogas. Embora a função de denúncia seja um dos pilares que sustenta a função social do jornalismo, a repetição dessa representação social que transforma o morador de periferia em um dado da nossa desigualdade ou em um agente do crime, em um não sujeito que não fala por si ou em um sujeito abjeto, como diria Butler (2003), legitima

e corrobora um apagamento de sua existência, os transforma em “alvos passeando por aí”. Ao posicionar-se discursivamente em uma disputa pelo poder de narrar-se não só a partir de sua dor, o rapper desmonta a expectativa que a norma impõe sobre ele. Mas e o jornalismo? Qual o papel dele nessa disputa? Ele é mais uma peça nessa engrenagem de instituição da norma ou pode ser a ferramenta que a desmonta?

3. Deixar de ser sujeito para tornar-se jornalista?

Em uma série de entrevistas que deu nos anos de 1977 e 1978, o sociólogo Raymond Williams nos relata uma passagem de sua vida, após retornar de sua posição como parte do exército inglês na II Guerra, em que estava tão fatigado que parou de ler jornais e ouvir notícias. Seu isolamento durou até o ano de 1949, quando a Revolução Chinesa lhe pareceu a melhor coisa que havia acontecido desde o final da guerra e ele relata que voltou a acompanhar o noticiário com um conjunto de reações bastante diferente. O que nos chama a atenção nesse trecho das entrevistas em que o autor fala sobre sua origem galesa, sua relação com a Nova Esquerda inglesa, com a Guerra, com a Universidade de Cambridge e com sua própria obra é que ele dá a ver uma dinâmica social que coloca o jornalismo como algo importante na construção de um elo entre o sujeito e o mundo.

Quando questionado, mais à frente, sobre os jornais que lia, Williams cita, sobretudo, jornais ligados diretamente à esquerda inglesa, mas quando questionado especificamente sobre ler jornais burgueses importantes, diz que acompanhava o *The Times* e que, inclusive, escrevia muitas cartas à publicação para reclamar de determinados posicionamentos. Nos interessa reter dessas falas de Williams a noção de que, ao nos relacionarmos com os jornais e os relatos jornalísticos contidos ali, é através da cultura e das sociedades em que vivemos que fazemos isso.

O jornalismo é uma construção social e parte do processo de disputa pela hegemonia. O jornalismo não é algo fixo, dado, com regras e limites imutáveis ou homogêneos. Ele é, ao mesmo tempo, parte de uma disputa por sentidos sociais e culturais, sendo uma instituição disputada por sujeitos diversos que o constroem – jornalistas, donos de jornais, leitores e espectadores, pesquisadores, professores e alunos de comuni-

cação e jornalismo. O que busco identificar é justamente de que modo a disputa de sentidos que lhe são constituintes dizem de relações maiores, de vinculações com o processo cultural mais amplo.

É importante, nesse ponto do texto, retomar uma questão que já foi citada – a dicotomia entre razão e emoção que fundamenta o discurso hegemônico sobre o jornalismo e se configura a partir de uma perspectiva dualista. Isso tem sustentado uma postura defensiva da instituição na relação com os valores e conceitos que, historicamente, foram definidos como antagonistas à sua instituição. Como uma instituição moderna, iluminista, o jornalismo se consolida a partir da noção do discurso e do debate racional. Razão e emoção se separam, então, em duas dimensões inconciliáveis e referentes a âmbitos distintos da vida cotidiana e das instituições sociais.

Do ponto de vista que busco traçar nesse texto, o jornalismo é uma prática cotidiana que participa da constituição de nossas subjetividades, de nosso reconhecimento de nós mesmos e dos outros. Como parte de nossas vidas, ele se constitui para nós – jornalistas e receptores – também enquanto afeto, enquanto algo que indica a nossa disposição para o outro e a nossa própria disposição para o mundo. Nessa disposição estão implicadas dinâmicas racionais e conscientes que levam em conta o debate e o argumento, mas também relações afetivas, morais e sensíveis. Nos interessa reivindicar um olhar para essa segunda dimensão na constituição da prática jornalística. Do ponto de vista do debate teórico/discursivo em torno dele, mais do que construir separações, proponho observar a existência de disputas em relação ao que ele tornou valioso ou não – como a dinâmica entre objetividade e subjetividade, a primeira valorada e a segunda apagada.

A relação entre jornalismo e subjetividade vai além de uma relação com emoção. Embora as expressões emocionais sejam parte importante da constituição de sujeitos, as expressões subjetivas não se resumem a elas, definidas predominantemente em uma relação de oposição entre razão e emoção. Se a emoção costuma ser percebida como uma resposta física pessoal a um estímulo – choro para a tristeza, riso para a alegria – os conceitos de afeto e sensibilidade parecem nos permitir ir além de uma noção que a associa ao indivíduo e inclui uma dimensão coletiva

da construção de disposições éticas, estéticas e morais que é também constituidora de nossos valores.

Considerando tudo o que foi dito até aqui, defendo este argumento: embora a discussão sobre o binômio objetividade/subjetividade no jornalismo seja, em geral, feita a partir da indicação de uma como o par oposto da outra, na prática, a objetividade tem funcionado como mais um modo de regulação de subjetividades possíveis, mais um lugar de construção da norma e da convenção. Quando um repórter de tevê se porta em frente à câmera como um corpo objetivo, pelo qual a notícia apenas passa, como analisava Eliseo Verón, o sujeito que ele é não desaparece da tela – é possível perceber, por exemplo, traços que o identificam do ponto de vista racial e de gênero. Mas as convenções de sobriedade, seriedade, os códigos de vestimenta, a dicção cuidadosamente treinada dizem também de um modo de conformação de subjetividade, legitimam performances de sujeitos que devem ser tomados como respeitáveis ou não.

Notícias se originam e se conformam a partir de valores e normas partilhados socialmente e é justamente nesta partilha que se define o que interessa, o que é mais caro a uma comunidade. No corpo do repórter se inscrevem marcas de recorrência das convenções de performance contida que caracterizam o telejornalismo hegemônico, mas também aqui esse corpo – no modo como gesticula, porta-se, endereça-se, projeta sua voz e inscreve um ponto de vista narrativo – pode deixar ver marcas de novas possibilidades de inscrição do sujeito/jornalista na notícia e no mundo.

Apesar da objetividade ter assumido protagonismo na compreensão geral sobre o jornalismo moldando um texto a partir do qual a impessoalidade e o relato com a voz dos acontecimentos é a regra, a presença autoral dos sujeitos produtores de notícias faz parte da história dessa atividade. A reportagem, por exemplo, é um dos gêneros em que o testemunho é uma estratégia importante para conquistar a confiança do leitor. Dito isso, indico que há, recentemente, uma mudança significativa no modo como sujeitos jornalistas articulam seus relatos noticiosos a relatos de si mesmos citando experiências pessoais para exemplificar uma notícia, para se solidarizar com uma fonte ou mesmo para oferecer

um quadro de compreensão para o leitor/espectador a partir de uma experiência pessoal.

Isso aconteceu, por exemplo, no debate sobre racismo apresentado pela GloboNews em 03 de junho de 2020 com uma mesa composta apenas por jornalistas negros e negras que colocaram o tema em perspectiva pessoal, citando suas experiências para contextualizar a discussão. Mas se a subjetividade sempre foi parte do jornalismo, se jornalistas sempre encararam seu ofício como um modo de contar histórias que dizem respeito a uma partilha comum, como é que a objetividade se tornou uma regra tão forte e tão pouco questionada? Que importância ela tem na construção da prática profissional?

4. A objetividade como um colar de alhos

Como já ficou claro até aqui, a subjetividade sempre foi constituidora das formas jornalísticas apesar da instituição ter se consolidado a partir de um discurso que hegemonicamente apela para a ideia de que jornalistas deixam de ser sujeitos para assumir uma identidade profissional. É no século XX, como nos relata Michael Schudson (2010), sobretudo no contexto de saída da Primeira Guerra Mundial e da experiência com a propaganda, que os jornalistas começam a colocar em xeque a noção de que “os fatos falam por si só”. Nesse sentido, a objetividade surge como uma espécie de lealdade a normas e procedimentos conformados em um momento em que os próprios fatos estavam em questão, em que até deles se desconfiava. Os fatos passam a valer apenas enquanto afirmações validadas consensualmente.

Ao longo do tempo, a objetividade tem construído práticas e ritos que ajudam o jornalista a apresentar o seu trabalho com um ponto de vista menos pessoal. Em um texto clássico sobre o uso da objetividade na profissão, Gaye Tuchman (2016) argumenta que a noção serve como uma espécie de escudo para os jornalistas, que a usam como um camponês mediterrâneo usa um colar de alhos para afastar maus espíritos: quando atacados por uma apresentação dos fatos da qual alguém discorda, usam a objetividade como defesa das críticas.

Para a autora, um dos fatores que influencia a noção de objetividade dos jornalistas é a forma da notícia, ou seja, os atributos de composição

capazes de exemplificar o processo de apuração, como o uso de aspas para citar a declaração de fontes ou a apresentação de possibilidades conflituais da notícia. Essa forma convencionou uma espécie de texto sem sujeito. Como relata Elisa Casadei (2013), no Brasil, a partir dos anos 1960, os jornais e revistas adotam um código de narração impessoal que demarca uma espécie de ‘voz dos acontecimentos’, ou seja, uma voz que não pode ser relacionada a nenhum personagem da história, mas apenas ao próprio evento, o fato.

Esperamos do jornalismo que ele nos sirva de guia, nos ofereça informação suficiente para que avaliemos o mundo ao nosso redor. Nesse sentido, os procedimentos de construção do texto jornalístico como confiável, verificável, são importantes. Mais do que orientar o cidadão para o voto, a função do jornalismo é a de ajudar os cidadãos a identificar tensões, mudanças e largos movimentos ou, ao menos, não privilegiar uma concepção estreita de política, por exemplo. Mas ao colocar a objetividade como norma central, os jornais passaram a atribuir lugares específicos para todo material que não pudesse ser classificado como objetivo, como as colunas de opinião e análise. Nesses espaços, a credibilidade do jornalista que escreve é tomada como referência para a confiança do leitor. Assim, convencionou-se como padrão um modo de narrar os fatos em que qualquer marca que possa identificar pessoalmente o repórter ou seu ponto de vista pessoal, bem como seus marcadores sociais, de gênero e raciais, por exemplo, é considerado indesejável.

O que gostaria de destacar a partir dessa diferenciação é que o jornalismo é uma instituição que tem uma história de formação que precisa ser contada e que é permeada por disputas que ajudam a definir hegemonicamente seus valores, premissas e convenções estilísticas e formais. Isso implica considerar que essa história deve ser contada a partir da consideração dos contextos sociais, culturais e econômicos em que o jornalismo se desenvolve enquanto instituição, as disputas que lhe constituem e os discursos silenciados para que o discurso hegemônico se sustente.

Seguindo Michael Schudson (2003), considero que as notícias tomam forma a partir de convenções que as tornam mensagens legíveis para culturas específicas. Nessa disputa cultural, estão implicadas rela-

ções de poder. Se entendemos que convenções se cristalizam a partir de uma perspectiva hegemônica, entendemos também que a convenção da objetividade se impõe, portanto, como reguladora de expressões subjetivas possíveis e não possíveis. O jornalismo faz parte da construção dos quadros de referências a partir dos quais, como sujeito, nos relacionamos com o outro e com nós mesmos. Se esse quadro é pautado por uma certa construção da norma objetiva que exclui questões de gênero e raça, por exemplo, da expressão padrão do corpo de um repórter, ou de uma repórter, ele se transforma em parte de um sistema de opressões que interpela os sujeitos produtores e consumidores de notícias normalizando seus modos de vida e silenciando expressões de diversidade.

Nos últimos anos temos observado transformações significativas no modo como jornalistas têm expressado características de sua identidade como sujeito em seu trabalho noticioso: o contexto contemporâneo em que os discursos dos sujeitos sobre si mesmos têm sido cada vez mais centrais na constituição na cultura ocidental e também na conformação de modos de narrar do jornalismo, favorecendo a observação do que há de subjetivo e pessoal na atividade do repórter. Dizer que essa observação é favorecida por um contexto mais contemporâneo de centralidade desses discursos, contudo, não significa dizer que esse contexto é povoado por construções mais subjetivas, mas localizar o ponto de partida de uma análise que busca compreender de que modo a questão da subjetividade vem sendo disputada em relação à instituição jornalística.

De todo modo, reconhecemos que esses relatos parecem ser favorecidos por um contexto comunicacional em que o jornalista atua em uma rede mais ampla de comunicação que inclui não apenas a imprensa tradicional – impressa, televisiva ou radiofônica – ou seus canais oficiais de comunicação como também sites ou redes sociais institucionais e ainda redes pessoais, declarações e participações em programas audiovisuais variados, exibidos tanto na televisão tradicional quanto em plataformas de *streaming* gratuitas e por assinatura ou em formatos como podcasts. Nesses espaços, o jornalismo em primeira pessoa, em que o relato toma a experiência do sujeito como modo de constituição da notícia, vem ganhando força.

Quando justificado a partir de uma esfera pública racional, o jornalismo constitui seu vínculo com cidadãos a partir da administração

pública, convocando-os ao debate em uma dimensão racional para ações de deliberação que incidem sobre a vida social. Mas essa dinâmica é limitadora e desvaloriza as dimensões pessoais e cotidianas da vida. Quando entendemos o jornalismo como algo ordinário, comum, como parte de nossas vidas diárias, estabelecemos a sua relação com os sujeitos e as posições que ele ocupa no mundo, transpassados por diversas dimensões de formações culturais e disputas políticas e implicados em uma rede de partilhas para além das considerações de evidências “racionais”.

Desentendendo...

1. Cada um de nós tem uma história com o jornalismo: como começamos a acompanhar notícias? Foi pelo jornal impresso, pelo rádio, pela televisão, pelos portais da Internet ou pelo consumo de revistas especializadas?
2. Depois de ler, ver ou ouvir a notícia, o que você faz com ela: comenta na sala de aula, com a família na mesa do jantar ou busca informações complementares, opiniões aprofundadas de jornalistas ou especialistas no assunto?
3. Raymond Williams nos fala de como sua vida pessoal pautava a leitura que fazia dos jornais ingleses; a autora que vos escreve começou a consumir notícias a partir da televisão, ouvindo a sua avó dar boa noite para William Bonner sempre que viam o jornal juntas. E você, leitor/a? Como o jornalismo se relaciona com o sujeito que habita em você?
4. Se as narrativas jornalísticas podem ser compreendidas como um modo de conhecermos o mundo e partilharmos o cotidiano, como pensar os sujeitos, com suas singularidades e coletividades, para além da dicotomia subjetividade x objetividade?
5. A notícia, como um produto cultural, materializa muitos dos valores e sujeitos hegemônicos de uma sociedade e um tempo histórico, ao passo que também pode ser um instrumento para a quebra de hegemonias e silenciamentos. Como você, (futura/o) jornalista, percebe e se coloca nessa disputa? De que maneira podemos incluir cada vez mais a diversidade de sujeitos e experiências em nossas pautas?

Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASADEI, Elisa Bachega. *Os códigos padrões de narração e a reportagem: por uma história da narrativa do jornalismo de revista no século XX*. 467f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

SCHUDSON, Michael. *Descobrimo a notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Florianópolis: Insular, 2016.

WILLIAMS, Raymond. *A Política e as Letras: entrevistas da New Left Review*. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

CAPÍTULO 2

ÉTICA / SENSACIONALISMO

Ética de quem, para quem?

BRUNO SOUZA LEAL

#deontologia #verdade #realismo #sensível

1. O que é “ética” mesmo?

O termo “ética” é muito presente no nosso cotidiano. Nos deparamos com ele em diversas situações: reclamamos da falta de ética de alguém, em função de alguma atitude ou comportamento; elogiamos o agir ético de algumas pessoas, em determinadas situações; avaliamos princípios, parâmetros e posicionamentos tendo em vista sua qualidade ética e por aí vai. Nesses e em vários outros casos, “ética” flutua de sentido, ora sendo sinônimo de moral, ora apontando o desrespeito às regras instituídas, ora envolvendo uma discussão sobre os valores que regem ações realizadas (ou vislumbradas) e suas implicações, entre outros exemplos. Curiosamente, “ética” é comumente encontrada em dicionários de língua portuguesa tendo duas acepções principais, uma vinculada a um ramo da Filosofia que reflete sobre as razões que conformam o agir humano e outra, por extensão, relativa aos costumes e valores, institucionalizados ou não, de indivíduos, grupos ou sociedades. Além disso, os dicionários registram também expressões como “ética médica” (ou “ética jornalística”), que dizem respeito aos princípios que regulam o agir de determi-

nado grupo de profissionais. Nesses casos, a ética, chamada de “deontologia”, refere-se ao código organizado de deveres, assentado nos valores consensuados de uma dada profissão.

Se considerarmos que a vida social é constituída de diferenças e desigualdades, é muito difícil, porém, falar de uma ética comum a toda uma sociedade. Frequentemente – e talvez por isso mesmo – “ética” costuma vir adjetivada no dia a dia, como em expressões como “ética cristã”, “ética trabalhista”, etc., demarcando o seu alcance e sua pertinência a realidades ou grupos sociais particulares. Não raro, esse recorte do alcance de “ética” fica implícito, subjacente, especialmente quando se busca classificar ou determinar se uma ação ou postura seriam adequados ou não. Uma vez que o termo tem articulação intrínseca com o agir e os costumes, expressões como “ética individual” ou “ética coletiva”, aliás, devem ser entendidas com cuidado. Não há, a rigor, uma ética que seja estritamente individual, pois qualquer pessoa é formada socialmente e os valores que a orientam são os disponibilizados na vida cultural, mesmo que seja como memória de um tempo passado, arcaico.

Além disso, qualquer pessoa é simultaneamente singular, única, e também parte de um coletivo: “homem”, “mulher”, “não-binário”, “brasileiro”, “advogada”, “millennial”, “torcedora de futebol”, etc.. Assim, quando agimos, agimos no mundo, sobre nós e em relação a outros, seja com quem nos identificamos ou com quem nos contrapomos, por exemplo. As expressões “ética individual” e “ética coletiva”, portanto, dizem menos de dimensões excludentes que de focalizações: na primeira, damos atenção às dimensões éticas do agir de uma pessoa específica, nos atentando para a conformação peculiar que certos valores sociais ali adquirem; na segunda, o foco passa a ser um grupo social específico, homogeneizado, apesar de suas possíveis diferenças e interligações internas e externas.

No caso do jornalismo, porém, a amplitude cotidiana dos usos de “ética” é bastante reduzida. Quase toda a reflexão produzida sobre ética e jornalismo tem um foco específico: a/o jornalista. O próprio “Código de Ética” vigente não é “do Jornalismo” e sim “do Jornalista Brasileiro”, tendo sido elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas. Apesar dessa restrição, não é incomum nos depararmos com a crítica

ao comportamento “antiético” de determinado canal de televisão ou de um certo programa ou com o elogio ao tratamento ético de uma dada narrativa, seja ela um *podcast*, um vídeo no *YouTube* ou um texto num portal noticioso na internet. Nesses casos, não há referência direta ao comportamento da/o jornalista e sim a instâncias outras, existentes e atuantes no universo que se abriga sob a expressão “Jornalismo”.

Isso nos faz ver que há uma espécie de campo de sombra no que diz respeito às dimensões éticas do jornalismo. A concentração do debate ético à deontologia da/o jornalista deixa de fora atores importantes como os proprietários dos meios e serviços de comunicação, as mídias e produtos informativos, as fontes, os produtores e assessores de comunicação e imprensa, entre vários outros. Estando em constante transformação, o Jornalismo, como uma atividade e um subcampo da Comunicação, abriga uma diversidade de agentes, cujas implicações e valores que regem sua atuação podem até ser tema de conversas cotidianas, mas escapam de um olhar mais atento e de um debate mais cuidadoso. Por exemplo: quais são os parâmetros éticos que regulam ou devem regular o controle dos meios e serviços de comunicação? Quais são os valores e compromissos públicos que devem orientar quem tem a propriedade privada desses meios e serviços? Como configurar uma ética das mídias e produtos informativos? Há uma ética assumida ou mesmo presumida das fontes? E o que dizer dos parâmetros adequados para as atividades de assessores de comunicação e de imprensa, de produtores culturais, de órgãos públicos? E mais: para cada um desses agentes jornalísticos haveria uma “ética geral” ou devem ser considerados parâmetros específicos conforme seu propósito, os setores sociais a que se filiam e com os quais dialogam? Haveria uma ética para quem consome os produtos e serviços de comunicação, sejam eles das mídias tradicionais, do *streaming* ou de redes sociais?

Tais questões não são, até pela ausência de discussão, fáceis de serem respondidas. Quanto mais nos aproximamos das complexidades que envolvem ética e jornalismo, porém, mais prementes elas se fazem. Da mesma forma, nesse movimento é possível ver também algumas simplificações. Ao lado da redução da dimensão ética do jornalismo à figura da/o jornalista, algumas dicotomias, como “ética/sensacionalismo”, se

apresentam como prisões perigosas, até por abrigarem preconceitos e relações de qualidades muito distintas. Para avançarmos nesse passeio, é importante termos em mente ao mesmo tempo a diversidade de processos e experiências que são abrangidas pelo termo “jornalismo” e também um aspecto incontornável, fundamental, que perpassa vários deles. Trata-se, nesse caso, do princípio realista que caracteriza até mesmo a função social e a razão de ser de notícias e outros produtos jornalísticos.

Como observa Ana Carolina Silveira (2014), num ensaio bastante didático, não só há diferentes atividades no campo da Comunicação que podem ser reconhecidas como “jornalísticas”, como há uma diversidade de produtos que são associados – de modo explícito ou não – ao “Jornalismo”. À pergunta “é tudo um mesmo jornalismo?”, Ana Carolina responde, inteligentemente: é tudo “jornalismo”, na diversidade de modos de ser e de fazer que diferentes realidades sociais e condições técnicas e socioeconômicas permitem. “Jornalismo” compreende uma diversidade de experiências, como uma “colcha de retalhos”, que constantemente se esfiapa, se molda e incorpora outros tecidos e linhas. Não há um único jornalismo, como as diversas classificações que abundam explicitam diariamente. Ainda que expressões como “jornalismo de referência”, “jornalismo popular”, “telejornalismo”, “webjornalismo”, “radiojornalismo”; “jornalismo de revista”, etc. etc. possam ser vistas como uma interminável lista de variações de um mesmo tema, elas apontam também para o contrário: há vários jornalismo no dia a dia, inclusive alguns que recusam ou não ousam dizer o seu nome.

Um elemento comum aos jornalismo é o compromisso com a verdade. Essa verdade, porém, não é uma verdade qualquer. Ela precisa ser verificável e, portanto, ter lastro, âncora, legitimidade, que por sua vez adviriam “dos fatos” ou do que é socialmente reconhecido como tal. Para que houvesse uma “verdade dos fatos”, porém, seria preciso que eles existissem independentemente da ação de diferentes agentes sociais, inclusive jornalísticos. Seria necessário também que os fatos fossem suficientemente estáveis e facilmente demarcados, no tempo e no espaço, de modo que eles pudessem sustentar uma investigação para trazer à tona sua identidade última. Isso é dizer que seria necessário que

houvesse uma única realidade, comum a todas e todos. No entanto, “a realidade” e os acontecimentos não são um dado no mundo, não estão prontos, ali parados, à espera de que a/o jornalista os descubra. A vida está em constante mudança, tem tensões, conflitos, dinâmicas muito variadas e as relações sociais são multidimensionais. A menos que se assuma uma visão nitidamente ingênua, a verdade com a qual diferentes jornalismo se comprometem não é a “dos fatos”, mas aquela que é reconhecida socialmente, seja pela ação de instituições (a ciência, o Estado, os agentes públicos, etc.) ou de grupos sociais específicos. A verdade que orienta o existir dos jornalismo não é única nem absoluta e sim “pragmática”, “contextual”, “localizada” e “historicamente situada”.

Os compromissos com a verdade estabelecidos pelos vários agentes jornalísticos contêm nuances e especificidades importantes. Um jornalista de celebridades, uma repórter de uma mídia de um dado movimento social, o editor de um programa de entretenimento ou a âncora de um programa esportivo sem dúvida buscam credibilidade e legitimidade para si, para os produtos nos quais atuam e para as informações que apresentam. Mas cada um/a o faz a seu modo, conforme as peculiaridades de cada produção jornalística. Todas/os, porém, se propõem a mediar o contato dos públicos com os acontecimentos e seus compromissos com a verdade são, assim, eminentemente realistas. Trata-se de um fundamento, de um “princípio” que organiza a informação jornalística, especialmente a partir do século XX.

A função social e a razão de existência da informação jornalística têm a ver com seu papel de mediador entre as realidades sociais e os diferentes setores, grupos e instituições e na afirmação de uma perspectiva comum a eles. Essa mediação tem como fundamento os acontecimentos e o compromisso jornalístico de apurá-los, narrá-los e apresentá-los às pessoas de forma precisa e acessível. Ideais como “imparcialidade” ou “objetividade” ou metáforas como “espelho do real” configuram a qualidade da mediação jornalística que, nesse caso, supõe que realidades e acontecimentos podem ser capturados com mínima ou nenhuma interferência. Esse princípio realista determina que qualquer “invenção”, “excesso”, “falta” ou “descaracterização” do comprometimento com a

verdade é uma grave ruptura ética, que desvirtua a própria razão de ser do jornalismo e o sentido do trabalho da/o jornalista.

Acontece que os agentes jornalísticos (repórteres, mídias informativas, fontes, etc) não são nem “desinteressados”, nem descomprometidos política, moral, social e ideologicamente. Eles atuam na promoção e configuração de acontecimentos e realidades, fazendo parte das dinâmicas de poder vigentes. Jornalismo e sociedade não são campos separados e estáveis, como observamos antes. Além disso, não há mediação neutra ou que seja capaz de simplesmente transportar um dado (o acontecimento) de um lugar (a vida social) a outro (o mundo das/os “leitoras/es”). Não há, por fim, nenhuma transparência na linguagem: não é possível refletir ou espelhar o mundo através de palavras, sons e imagens, ou seja, de signos articulados que se colocam no lugar das coisas e apresentam complexas relações de significação e referencialidade.

2. Sensacional.... ou não?

Mesmo com todas essas nuances e complexidades, é importante observar que o compromisso com a verdade, fundada numa ideologia realista, constitui o fundamento de qualquer discussão ética em relação aos jornalismo. No dia a dia, usado como sinônimo de “antiético”, o adjetivo “sensacionalista” aparece recorrentemente. É quase um xingamento, no mínimo uma classificação ofensiva, chamar uma narrativa jornalística qualquer, o comportamento de um/a jornalista ou o posicionamento de uma mídia informativa de “sensacionalista”. Aliás, o “Jornalismo” vive um aparente paradoxo: seu código de ética alcança apenas um de seus agentes, a/o jornalista, mas sua contraface, o sensacionalismo, parece estar em todo lugar e dizer respeito a outros atores e a outras identidades que fazem parte dessa comunidade imprecisa dos jornalismo.

Se ética é um termo escorregadio, que exige uma reflexão para além do seu uso naturalizado no dia a dia, o que dizer então de seu “oposto”, o “sensacionalismo”? Ele nem de longe é assim tão tranquilo também não. É preciso distinguir, de saída, ao menos três dimensões importantes abrigadas na expressão “sensacionalismo”: uma diz respeito às sensações, ou seja, à capacidade das narrativas e textos jornalísticos mobilizarem

nossos sentidos e nossas emoções; outra alcança uma apreciação estética, bastante questionável, acerca do que é “bom” e “ruim” nos modos como as histórias e produtos jornalísticas nos são apresentados; uma terceira, por sua vez, refere-se aos compromissos de jornalistas e mídias informativas com a realidade e os processos de apuração e construção da informação jornalística. Cada uma dessas dimensões organiza relações específicas, sem que, necessariamente, tenha a ver com as outras. Os usos de “sensacionalista” marcam a errância do termo por esses sentidos, adquirindo então matizes diversas e mesmo contraditórias.

Toda e qualquer história que os jornalismo contam e toda e qualquer produção que se define ou é tida como “jornalística” são construções de linguagem e parte de um processo comunicativo. Isso é dizer então que tem uma dimensão sensível, sedutora e/ou persuasiva. Lendo, vendo, ouvindo histórias e produtos jornalísticos, qualquer pessoa vai se envolver emocionalmente. Nossas sensações, nossos afetos são convocados pelas narrativas e produtos jornalísticos no esforço de captar e manter nossa atenção e nosso envolvimento. Não há como escapar: as letras numa página impressa, a diagramação de um portal na internet, a textura da voz de alguém, os movimentos das imagens, por exemplo, nos provocam sensações, buscam nos envolver, nos (co)movem sentimentalmente. Pode ser que alguém se entedie, se indigne, que não preste atenção nas palavras e somente no som ou nas imagens, que fique alegre, que queira ou não continuar a acompanhar a história ou o produto. Que seja: em todos os casos, narrativas, textos e produções jornalísticas, como construções semióticas e comunicacionais, têm uma dimensão sensível, de afetação, de estímulo e promoção de sensações. E isso não tem nada a ver nem com ética, nem com sensacionalismo como sinônimo de antiética.

Agora, uma coisa é reconhecer essa dimensão sensível, outra é qualificar narrativas e produtos jornalísticos como “sensacionais” ou “sensacionalistas”. Quando se quer elogiar alguma coisa podemos dizer que ela é “sensacional”, e isso é muito bom, salvo melhor juízo e jogos de ironia. Há narrativas e produções jornalísticas que são, para muitas pessoas, sensacionais, inesquecíveis, não? A bem dizer, quem não quer fazer algo que será reconhecido como “sensacional”? No entanto, quando

chamamos uma história ou produção jornalística de “sensacionalista”, parece que dizemos que o “sensacional” passou do limite, se torna algo apelativo, mal sucedido, talvez mesmo de mau gosto. É como se as sensações provocadas fossem indesejadas ou, talvez, deselegantes. Mas qual é a régua ou o sarrafo que estabelece o limite entre o “sensacional” e o “sensacionalista”? Esse limite só pode ser estabelecido por algum parâmetro estético, de gosto, assumido ou não.

No Brasil e outros países ocidentais, verifica-se recorrentemente a identidade entre o que é “sensacionalista” e o que é tido como popular, como se uma coisa fosse diretamente ligada à outra. Os jornais populares, responsáveis pela sobrevivência dos jornais impressos no Brasil no início do século XXI, são frequentemente chamados de “sensacionalistas”, muitas vezes, por pessoas que nunca os leram. Será mesmo óbvio que um produto impresso barato e que vende muito, destinado a classes populares, seja necessariamente apelativo e de mau gosto? A comoção da repórter no canal de notícias 24 horas ou a locução da apresentadora do telejornal de depois do almoço são mesmo mais elegantes que a do apresentador do telejornal policial? “Elegante” é mesmo o critério? E quem define o que é “elegante”?

Apelar às nossas sensações todas essas produções o fazem, assumidamente. A classificação de umas, entre outras, como sensacionalistas diz respeito então a valores de um determinado grupo social que é tomado como de referência para os demais. Nessa dimensão, adjetivar algo como “sensacionalista” frequentemente traduz preconceitos sociais e de classe, inclusive estéticos. Implica, além disso, adotar como parâmetro para os demais, mesmo sem prestar atenção, os valores e os modos de fazer de um jornalismo. Assume-se assim que há um “centro” e uma “periferia” para o Jornalismo, que se organizaria então em escalas verticalizadas: há um jornalismo de “qualidade superior” e outros jornalismos mais ou menos inferiores, merecedores de menor consideração.

Os valores e padrões estéticos de um jornalismo não são necessariamente melhores que os de outros e isso exige que a gente reflita sobre suas tradições, seus caminhos, seus porquês e suas sobreposições. A relação entre sensacionalismo e ética, nesse caso, revela-se como uma espécie de julgamento moral e estético, assentando-se em valores preconcebidos e

naturalizados que, como se vê, merecem ser vistos sob olhos críticos e cuidadosos. Um caminho possível para nos relacionarmos com as diferentes e as distintas características dos produtos e processos jornalísticos é não os organizar em torno de um possível “jornalismo de referência”, observando que suas condições de existência se dão em circunstâncias e em parâmetros específicos, ainda que interligados.

É o princípio realista que sustenta a extensão de “sensacionalismo” aos conjuntos de relações que acabamos de falar: seria faltar com a verdade, trair o vínculo com a realidade, quando se apela em demasia às sensações, quando se estimula artificialmente as emoções e as convocações a leitoras/es, internautas, seguidoras/es, telespectadoras/es, ouvintes, etc. Quando perguntamos – mais uma vez – o que demarca o “aceitável” e o “excessivo”, podemos ver com mais nitidez a ingenuidade dessa classificação tão comum. Mesmo assim, é o realismo que também fundamenta a deontologia das/os jornalistas e sustenta seu compromisso com a verdade. Com isso, alcançamos um terceiro núcleo de sentido para “sensacionalismo”, que alcança então o agir da/o jornalista, da mídia noticiosa, das fontes, dos assessores, etc. Espera-se que o compromisso com a verdade se apresente no agir de jornalistas e outros agentes jornalísticos, que evitarão assim recursos fáceis, invenções e mentiras. Será “sensacionalista” o agente jornalístico que, no afã de conseguir impacto para suas informações, negligencia a veracidade e a verificabilidade do que leva a público, seja por descuido ou direcionamento no processo de apuração, seja por excessos na construção textual das notícias, seja por deliberadamente mentir.

As ações de desinformação e notícias mentirosas (as *fake news*) se situam nesse universo de relações e não dizem respeito, como se vê, apenas à capacidade de alguém distinguir, na profusão de informações, quais são “verdadeiras” ou não. O compromisso com a verdade apresenta-se como um valor moral básico, imprescindível, e os processos de desinformação e mentira rompem com aquilo que historicamente parametrizou-se como “correto”, “adequado”, “jornalístico”. Nesse cenário, talvez a associação ao sensacionalismo seja até mesmo insuficiente. Tradicionalmente, chama-se de sensacionalista uma ação jornalística que, regida pelo compromisso com a verdade, desloca-se em direção ao falseamento,

à ausência de prova e verificação, à mentira. É dizer então de um comportamento moral inaceitável e que contraria tanto os hábitos e costumes usuais quanto o código de deveres consensuado no Jornalismo. Trata-se, assim, de um agir “antiético”, na amplitude do termo. Já os processos de desinformação e notícias mentirosas podem, na aparência, remeter aos modos de ser da informação jornalística, mas constituem-se como processos mais amplos, que respondem a princípios políticos e ideológicos muito além do que comumente se chama de “Jornalismo”.

3. Em questão

Observar que as mídias e as narrativas jornalísticas atuam na vida social, produzindo não um espelho, mas uma imagem possível de acontecimentos, pessoas e situações não implica romper radicalmente com o princípio realista que fundamenta diferentes jornalismo. Trata-se, nesse caso, de se dar conta de relações multifacetadas e multidimensionais que fazem com que a dicotomia sensacionalismo x ética seja uma enorme simplificação. Nesse sentido, por um lado, é importante reconhecer o compromisso jornalístico com a verdade, sabendo que esta não é absoluta, mas uma construção social, historicamente situada. Isso exige que as ações dos agentes jornalísticos sejam balizadas pela apuração, pela veridicção e pela verificabilidade, que se apresentam então como parâmetros éticos incontornáveis. Por outro lado, porém, situar o sensacionalismo no polo oposto da ética, sem observar suas flutuações, é deixar de lado não só a qualidade errante e imprecisa do termo, quanto adotar um parâmetro que se mostra por vezes insuficiente e, não raro, preconceituoso.

Nas primeiras décadas dos anos 2000, alguns países latino-americanos aprovaram leis de regulação dos meios de comunicação. Cada “*ley de medios*” teve sua história e um contexto específico. Uma ou outra já perdeu sua validade. Uma das mais elogiadas foi a que o Uruguai promulgou em 2015. Ainda que voltada exclusivamente para o rádio e a televisão, excluindo a internet, por exemplo, a lei uruguaia foi vista como um avanço em termos de organização e responsabilidade social dos meios de comunicação tradicionais. A palavra “ética” aparece 7 vezes nessa norma, sempre em referência aos processos de autorregula-

mentação. Diz a lei uruguaia que os responsáveis por rádios e televisões devem elaborar códigos de ética e de conduta profissional que, por sua vez, serão tornados de conhecimento público. Como se vê, não se determina um código de ética geral ou deontológico comum a todos os meios e profissionais, da mesma forma que se retira do Estado ou de instâncias a ele vinculados a obrigação de estabelecer os contornos dessas regras e valores. A opção é pela autorregulamentação, ou seja, pela escolha, por cada agente midiático, dos parâmetros éticos que guiarão suas ações. Isso não significa, porém, uma opção por alguma forma de “ética privada”. Na direção contrária, afirma-se o caráter e a responsabilidade pública do posicionamento ético dos agentes midiáticos.

O caminho encontrado pela lei de meios no Uruguai, talvez não seja ideal e certamente está longe da perfeição, até pela desconsideração da internet. No entanto, ele é sim um grande avanço quando determina que a reflexão e os posicionamentos éticos dos agentes midiáticos são inseparáveis de sua responsabilidade pública. E, mais, que diferentes agentes podem não só conduzir reflexões específicas como pode haver parâmetros éticos distintos no interior do campo midiático e jornalístico. No Brasil, nesse mesmo período, nenhuma lei de meios foi sequer discutida. Mais importante até que qualquer lei, temos que observar a necessidade de reflexões e debates éticos mais consistentes e abrangentes. Atentar-nos para a imprecisão e a simplificação contidas na dicotomia “ética x sensacionalismo” faz ver que a ação jornalística não se limita ao campo de atuação de jornalistas, nas diferentes funções que podem exercer nos diversos ambientes profissionais. Mostra-nos ainda que o debate ético no campo da comunicação é insuficiente e extremamente necessário, no qual há indagações prementes, muito além da categorização de algo como “ético”, “antiético”, “sensacionalista”. Construir respostas não é algo fácil, nem simples, assim como a elaboração precisa das interrogações e dúvidas é um desafio constante. Em todos os casos, a reflexão sobre jornalismo e ética não se resume a binarismos, nem se reduz a classificações.

Desentendendo...

1. Quantos jornalismo pode haver hoje no Brasil? E quais seriam os parâmetros éticos identificáveis em cada um deles?
2. Quais seriam os contornos de uma “ética da propriedade” de meios, produtos e serviços de comunicação?
3. Haveria “éticas” para quem consome produtos, meios e serviços de comunicação?
4. Quais outros agentes jornalísticos mereceriam uma reflexão ética, para além da/o jornalista?
5. As diferentes atividades da/o jornalista respondem igualmente a uma mesma ética e são suficientemente abarcadas pela deontologia da profissão?
6. Seria possível reivindicar parâmetros éticos jornalísticos para agentes e/ou produtos não jornalísticos?

Referências

- AMARAL, Márcia Franz. Sensacionalismo: um conceito errante. *Intexto*, v.2, n13, 2005, p.1-13
- BARBOSA, Marialva; ENNE, Ana Lúcia. O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional. *Eco-Pós*. Rio de Janeiro, 2005
- GOMES, Wilson. *Jornalismo, fatos e interesses*. Florianópolis: Insular, 2009
- LEAL, Bruno Souza. *Introdução às narrativas jornalísticas*. Porto Alegre: Sulina, 2022.
- LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo(org.). *Para entender o jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014
- LEAL, Bruno Souza (org). *Formação em jornalismo: da prospecção dos acontecimentos à edição*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018
- NERONE, John. *The media and the public life*. Nova York: Polity, 2015
- PONTE, Cristina. *Para entender as notícias*. Florianópolis: Insular, 2006
- SCHUDSON, M. *Descobrimdo a notícia*. Petrópolis: Vozes, 2010
- SILVEIRA, Ana Carolina. É tudo um mesmo jornalismo? LEAL, B.S; ANTUNES, E; VAZ, P. B. (org.). *Para entender o jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 19-27.

CAPÍTULO 3 ISENÇÃO / PARCIALIDADE

Os lados do jornalismo

FREDERICO DE MELLO BRANDÃO TAVARES

#informação #opinião #ideologia #imparcialidade

Há uma ideia comum no cotidiano de que o jornalismo não pode ter lado. Não à toa, existe a divisão corrente entre informação e opinião. Nesse contexto, à primeira cabe a neutralidade compulsória; à segunda, um posicionamento autorizado. Trata-se de um antigo e repetido binômio, como tantos outros por aí existentes, acerca de maneiras individuais e coletivas de se habitar o mundo, como se o mundo tivesse uma maneira “correta” de ser. Uma separação que diz muito das origens “modernas” do jornalismo ocidental e de várias de nossas instituições. Nesses termos, a palavra mundo, aqui, equivale a pessoas, organizações, profissões, espaços; todos eles convertidos em certas moralidades e normas polarizadas entre um certo e um errado que simplificam os modos de existência. Ora, como pensar, então, que há mais lados nessa história? Ou, melhor perguntando: como entender as coisas no mundo pelas suas características e funções específicas, mas também por suas complexidades, seus muitos lados e aquilo que os enreda?

Em 2004, no Brasil, foi criado pelo advogado Miguel Francisco Urbano Nagib o chamado Movimento Escola sem Partido (MESP). Trata-se de um tipo de movimento da sociedade civil que envolve polí-

ticos e cidadãos, tendo por base a pretensa ideia de impedir a “doutrinação em sala de aula” ou os “abusos da liberdade de cátedra” – o que significa interferir na liberdade de docentes para ensinar. Circundando a proposta, adaptada por inúmeros Projetos de Lei desde então, principalmente a partir de 2014, há preceitos relacionados a uma educação moral e religiosa, como se coubesse, portanto – e paradoxalmente –, uma maneira isenta de educar: aquela cujo lado de seus apoiadores, por fim, prevalecesse. Segundo a definição do “movimento”, presente em sua página virtual, o Escola sem Partido é “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Sob o guarda-chuva do “pluralismo de ideias”, argumenta-se que “um exército organizado de militantes travestidos de professores abusa da liberdade de cátedra e se aproveita do segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”. E que “pais, alunos, educadores, contribuintes e consumidores de serviços educacionais” não podem “aceitar esta situação”. Dizem-se, em suma, sob o pretexto da defesa da pluralidade, guardiães da “isenção político-ideológica” no ensino, endossando que cabe ao professor respeitar “o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. Ora, mas isso não significa tomar partido? O “partido dos pais”, por exemplo? Que isenção não-isenta seria essa?

Luis Felipe Miguel (2016) explica que o Movimento Escola Sem Partido, desde o seu surgimento, foi “abraçado por todos os grupos da direita brasileira”. No início, diz o professor, a preocupação central do MESP era o combate à “doutrinação marxista”. À medida que o “Movimento” passa a estar mais presente no debate público, há uma convergência dos discursos para uma crítica ao que ficou nomeado como “ideologia de gênero”, indicando a confluência a uma agenda conservadora na organização dos projetos daí advindos. Segundo Miguel (2016, p. 595-596), a partir de 2010, “o receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores”. Dessa forma, ao “fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente

‘moral’ (em contraposição ao ‘político’) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças” (MIGUEL, 2016, p. 596).

Como se sabe, a igualdade de gênero, desde a primeira década do século XXI no Brasil, tornou-se tema transversal a muitas políticas governamentais. Por exemplo, o Plano Nacional de Educação, de 2014, com longa tramitação no Congresso, e vários Planos de Educação discutidos em âmbito estadual e municipal a partir de então, pautaram questões referentes às identidades sexuais e às questões de gênero (MIGUEL, 2016), justamente buscando promover a diversidade, a inclusão e o combate às violências individuais e coletivas e o preconceito. Houve reação de católicos e evangélicos, acusando as políticas públicas de propagação de uma “ideologia de gênero” no ambiente educacional, o que colocaria em risco os valores da família e o bem-estar da sociedade “de bem” e “cristã”. “A fusão da denúncia da doutrinação marxista de inspiração gramsciana com a oposição à ‘ideologia de gênero’ obedeceu”, relata Miguel (2016, p. 601), ao “senso de oportunidade do MESP”. Com isso, deu ao Movimento e seus aliados de peso, “uma capilaridade com a qual nem poderia sonhar e um discurso com ressonância popular muito mais imediata. A confluência foi facilitada graças ao trabalho de propagandistas da extrema-direita” (2016, p. 601).

Assim, quando os argumentos da “ideologia de gênero” se aliam – sobrepondo-se – aos da “doutrinação marxista”, nos anos 2010, o (pretensão) discurso do MESP sobre neutralidade e pluralismo ganha contornos reveladores. “A defesa de uma educação ‘neutra’, que era predominante até então, cede espaço à noção da primazia da família sobre a escola. A reivindicação é impedir que professoras e professores transmitam, em sala de aula, qualquer conteúdo que seja contrário aos valores prezados pelos pais” (MIGUEL, 2016, p. 601). Se originalmente estava posta a defesa pela liberdade de expressão e a isenção, o que se alcança é um autoritário protocolo de vigilância com viés político-ideológico.

A aliança entre um conservadorismo moral e um ultraliberalismo econômico, cuja expressão contemporânea está encarnada na extrema-direita brasileira e mundial, ao adentrar o debate educacional, relega-o a uma “ultrapassada compreensão de uma educação limitada à trans-

missão de ‘conteúdos’ factuais, dos quais o professor é um mero repetidor e o aluno, receptáculo passivo” (MIGUEL, 2016, p. 617). Ficam suprimidos aí direitos de estudantes e docentes em nome de “[...] valores, da tradição ou mesmo da vontade divina” (MIGUEL, 2016, p. 617). E, conjuntamente, há uma ideia de que conteúdos que não se vinculem a opiniões diretas não carreguem opiniões e pontos de vista. Ora, para pegar um exemplo: um conteúdo de História, que conta feitos e realizações de um personagem e não de outro, por si só, já não é uma opinião, uma seleção daquilo que deve ser dito e do que não deve? Ou, ainda que dito, essa maneira de dizer compactua com quais sentidos e significados, com quais palavras e implícitas visões de mundo?

A contradição exposta pela pretendida retidão do Escola sem Partido joga algumas luzes para pensarmos o jornalismo, sua constituição histórica, suas práticas correntes e o imaginário que o cerca como instituição social, imputando-lhe uma série de maneiras de ser. Diante desse cenário, o próprio jornalismo, num sutil jogo reflexivo e ao mesmo tempo estratégico, age: cabe ao jornalismo ser neutro e o jornalismo, portanto, “assume” essa neutralidade. O faz, porém, historicamente, construindo a sua própria maneira de ser isento.

Isso posto, é necessário compreender e problematizar a porosidade das próprias distinções fabricadas no interior do jornalismo, como a oposição entre a opinião e a informação, entre isenção e parcialidade. O que também conduz para uma reflexão acerca dos “limites” da neutralidade, mas também dos horizontes ético e estético que a habitam. Trata-se, portanto, da necessidade de se pensar não um jornalismo certo ou errado, tampouco um jornalismo relativizador, mas relacionado a um mundo comum possível e coerente com valores sociais mais justos e diversos.

1. Jornalismo sem partido?

O jornalismo como se conhece hoje, aquele compromissado com valores deontológicos e com uma função social voltada ao interesse público, possui uma trajetória indicadora de singularidades e deveres. O chamado jornalismo moderno está ligado a uma diferenciação histórica que, entre os séculos XIX e XX, serviu para fundar preceitos que indicariam certo lugar de autoridade para as práticas e instituições midiáticas,

cindindo com a ideia de um olhar muito “panfletário” sobre o cotidiano. Ainda que, desde os séculos XVI, XVII e principalmente XVIII, seja possível localizar um sem-número de publicações impressas e periódicas na Europa e Estados Unidos, que divulgavam fatos de interesse da população, formando noções incipientes de público, predominava uma relação do jornalismo com o “mundo das letras”, sendo ele, portanto, expressão de opiniões e de textos autorais relacionados a intelectuais, políticos, escritores. Era um mundo propriamente “pré-massivo” e em processo de industrialização.

No século XIX, há uma espécie de expansão da imprensa, o que na primeira metade do século XX culminou na formatação de um jornalismo “industrial”, lucrativo, com um modo de ser relacionado aos negócios, tendo a notícia como principal produto, uma mercadoria embalada e vendida com ares de verdade, isenção, imparcialidade, objetividade. Como aponta o estudioso Nelson Traquina (2005, p. 34), “o jornalismo como conhecemos hoje na sociedade democrática tem suas raízes no século XIX. Foi durante o século XIX que se verificou o desenvolvimento do primeiro mass media, a imprensa”. A vertiginosa expansão dos jornais no século XIX, diz o autor, “[...] permitiu a criação de novos empregos neles; um número crescente de pessoas dedica-se integralmente a uma atividade que, durante as décadas do século XIX, ganhou um novo objetivo – fornecer informação e não propaganda” (TRAQUINA, 2005, p. 34). É esse conjunto de preceitos que carregará a construção de um imaginário sobre o jornalismo no interior das sociedades ocidentais, atrelado a condições sócio-históricas estruturadas pela urbanização, escolarização da população, formalizações jurídicas sobre liberdade de expressão e democracia (MEDINA, 2007). Num Ocidente de viés essencialmente capitalista, herdeiro de bases coloniais na organização dos modos de vida, as “empresas jornalísticas modernas” passam a construir hegemonias e a constituírem-se não apenas como mediadoras de representações e narrativas sobre fatos e acontecimentos, mas também como um pêndulo de poder, reproduzidor de “formas de controle social”.

Entre o século XIX e XX, como afirma Jácome (2020, p. 16), a expressão “moderno” (e seus correlatos) para designar o jornalismo diz de “[...] um julgamento positivo que busca afirmar que certas mídias e suas práticas

seriam atuais e que, por isso, estariam adequadas ao tempo presente”. No entanto, como afirma o autor, se no século XIX é ainda possível identificar uma certa “pluralidade própria da ideia de jornalismo”, “[...] à medida que nos aproximamos da metade do século XX em diante, o adjetivo moderno toma contornos específicos nos discursos autorreferentes das diversas mídias informativas brasileiras” (JÁCOME, 2020, p. 16) e mundiais. O que, pode-se dizer, corrobora modelos e contextos “ocidentais” de construção de autoridade e legitimidade para o jornalismo. A ideia de um jornalismo “moderno” e não “atrasado” casa-se com a supremacia da “informação” sobre a “opinião”, da objetividade sobre a subjetividade, do fato sobre o ponto de vista, atrelando essas ideias não apenas a uma polarização, mas também a temporalidades e noções estanques a respeito dos próprios termos. Desse modo, afirma Jácome (2020, p. 17) a partir de Barbosa (2007): “[...] a crença e a busca pela fidelidade ao fato são alicerces fundadores de uma retórica que passa a elencar, por meio de critérios normativos, as barreiras entre uma prática jornalística séria e empenhada frente a outras, desviantes, descomprometidas”.

O casamento dessa “formação social” do “jornalismo moderno do século XX” com o próprio ensino e pesquisa sobre a área levou, inclusive, ao longo de décadas, à formalização de tipologias e classificações a respeito do texto jornalístico, num sentido amplo, e da prática da profissão, enquadrando os binarismos e, em alguma medida, reforçando-os. As ideias de gêneros e formatos jornalísticos, por exemplo, ainda que sejam balizas importante para o aprendizado da prática, criaram padronizações e cristalizações acerca dos textos – considerados no imaginário como produtos finais do jornalismo –, desconsiderando o próprio circuito de sentidos que os envolvem na tensão entre produção, produto, recepção e circulação; como se o discurso e sua materialidade fossem algo transparente e de significado fixo. A padronização textual e os imaginários em constituição sobre um jornalismo moderno, objetivo e imparcial, são eixos que caminham juntos no ideário da profissão e da relação da sociedade com ela. Porém, tal ideia sobre “ser isento” significa assumir uma neutralidade perigosa; já que qualquer escrita, relato ou narrativa trazem consigo um autor, uma perspectiva de mundo e/ou

linha editorial, um conjunto de interações subjetivas e sociais, um caldo cultural e contextual.

Os gêneros jornalísticos carregam não apenas uma circunscrição textual, mas também temporal. Pensar a variedade de estilos e formas do relato jornalístico diz respeito a reconhecer a gênese desses formatos ao longo do tempo. Se até o século XIX, como já dito aqui, o que se publicava em jornais impressos pode ser tomado como sinônimo de jornalismo, nesses espaços estava marcada uma escrita de lógica mais opinativa, com vieses literários, intelectuais e autorais, bem como caracterizada por um tom partidário. Sem generalizar, claro, pode-se dizer que esse “momento” teve importância para o desenho de uma função pública do jornalismo, como agente e instituição partícipe dos rumos da sociedade – inserido numa vida dita ocidental, capitalista, urbana e em “vias de massificação”.

No século XX, a defesa por uma linguagem mais enxuta para o jornalismo, com a valorização de textos curtos e “objetivos”, coincidiu com a atenção a padrões de consumo em larga escala dos meios de comunicação, bem como com uma aceleração, rotinização e profissionalização da produção noticiosa e de sua recepção. Além disso, cresceu o imperativo de imparcialidade para que uma técnica jornalística legitimasse a consolidação de um campo social e propriamente midiático, no qual os jornais e outros produtos informativos deveriam ocupar um lugar de relevância. Técnica e racionalidade, portanto, apoiadas em ideais positivistas, vão carrear a primeira metade do século XX, assumidas como paradigmas da consolidação da fase industrial da imprensa e da configuração desta como ator político-social.

Como reflete Cremilda Medina (2008, p. 25), passa a haver, no jornalismo, uma eliminação da “[...] vã erudição e se constrói um relato da ordem natural das coisas”. Desse contexto, surge para o jornalismo todo um conjunto de princípios da formação universitária, bem como profissional, na qual, via livros didáticos e manuais de redação, estarão “[...] fixados os cânones dessa filosofia [positivista]” (2008, p. 25). Estruturas da produção textual-noticiosa do jornalismo – lead, pirâmide invertida, uso de aspas, procedimentos de apuração, o mito dos “dois lados” da cobertura etc. – passam a ser maturadas e difundidas

sob um viés (quase) científico, configurando uma cisão sujeito-objeto, com consequências.

Há, aí, uma separação, jornalista x texto, à medida que o acontecimento passa a ser o referente principal e ao mesmo tempo o delineador de um fazer noticioso de caráter testemunhal, mas um testemunho “desencarnado”, sem a experiência e a afetação dos sujeitos narradores. Como explicam Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel, “[...] é porque o envolvimento parcial com a realidade é inevitável que as técnicas que tornariam a objetividade possível correspondem a estratégias ou marcas de distanciamento” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 23). Assim, a objetividade enfatiza a,

[...] valorização de práticas e habilidades que permitiriam que o acesso à realidade não fosse maculado pelos intermediários que o tornam possível. O reconhecimento de que os profissionais têm competência distinta para acessar – e esclarecer – a realidade exterior sobrepõe-se à desvalorização da singularidade e da posição social específica desses mesmos indivíduos (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 23).

À medida que a geografia dos jornais e produtos periódicos da imprensa vai se moldando, espaços para a informação e a opinião ao longo de páginas e seções em diversos produtos midiáticos são separados. Predominando, nesse todo, a preferência pela informação e a divulgação de notícias. O espaço da opinião e da subjetividade foi sendo acomodado às fontes (especialistas, personagens, profissionais, líderes etc.) no interior das matérias, aos colunistas, editores e jornalistas dentro de espaços recortados por editorias específicas para expressão de ideias. Eis aí a formação hegemônica de um “jornalismo sem partido”, praticado pelos meios de comunicação mundo afora e ao longo das últimas décadas, o que serviu de maneira estratégica para acomodar empresas jornalísticas dentro de um mesmo campo simbólico e de interesses.

Isso permitiu ao jornalismo assumir, na história recente, o lugar de “organizador” da sociedade, investindo-se de um papel de referência, mas também de controle social e ordenamento do mundo (BERGER; MAROCCO, 2006); bem como colocou a objetividade como “mediadora entre o jornalismo e seu público” e como protagonista no interior de uma cultura jornalística. Dessa maneira, como valor histórico, a objeti-

vidade e o lugar “neutro” do jornalismo diferem-no de outros discursos e práticas sociais. Em torno deles, “[...] organizam-se a ética que define o jornalismo como profissão e as práticas rotineiras que estabelecem as diferenças entre o bom e o mau jornalismo” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 23). Para o público, dizem os autores, “[...] o registro competente da verdade pelos jornalistas depende de sua capacidade de tomar contato com a realidade sem os vieses que a falta de conhecimento apropriado, de um lado, e o interesse e a parcialidade, de outro, imporiam à ampla maioria dos indivíduos” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 23). Edificam-se aí tanto um ethos profissional contemporâneo, quase que impelindo o surgimento de um estereótipo para o jornalista, quanto uma maneira de ser, por definição e normativa, dos tipos de textos e formatos que cabe ao jornalismo produzir – que, no fundo, levarão a cabo menos que fatos e acontecimentos, mas perspectivas sobre eles.

Em suma, ainda hoje em vigor, mesmo que atualizada e borrada por distintos dispositivos e materialidades, a cisão do jornalismo em espaços estanques de narrativização do mundo serve a dois propósitos que caracterizam os próprios modos de ser do jornalismo: 1) o de organização da produção e identificação do público em relação aos conteúdos jornalísticos por meio de gêneros textuais e formatos narrativos consolidados, fazendo valer uma ética e uma estética do informar e opinar e 2) a reprodução de um modo de vida, associado principalmente a uma leitura de mundo que normaliza o capitalismo e o neoliberalismo como modelos de estruturação da sociedade. Nesse contexto, os binômios informação/opinião e isenção/parcialidade atuam sustentando não apenas um primado da objetividade em relação à subjetividade, mas um apagamento das complexidades e imbricamentos que envolvem essa “dupla natureza” do jornalismo. Como se o jornalismo não tivesse partido e como se a transparência fosse o pilar de sua existência; mascarando os “lados” do próprio jornalismo.

Do ponto de vista textual-narrativo, é preciso problematizar “[...] como se dão as relações interdiscursivas e intersubjetivas na articulação de fontes, personagens e suas inserções no mundo do acontecimento jornalisticamente narrado” (LEAL; CARVALHO, 2015, p. 163). Além disso, é necessário atentar-se: 1) para o papel de materialidades e inte-

rações comunicativas na conformação de experiências, sensibilidades e semioses jornalísticas; 2) para as tramas e textualidades que envolvem os discursos e narrativas constituídas pela imprensa, suas verdades e interesses. Como diz Vogel (2005, p. 124),

[a]lém de originados e desenvolvidos dentro de rotinas e lógicas de trabalho próprias do campo jornalístico, cristalizadas num momento histórico determinado, esses modelos e técnicas também integram estruturas específicas de percepção e organização do mundo, ou seja, participam ativamente da produção e reprodução dos padrões perceptivos e o espectro ideológico de uma época, seus costumes, projetos e propósitos. Por isso, reforça-se a necessidade de problematizar a naturalização que tende a atravessar as práticas discursivas do jornalismo informativo, seus pressupostos e efeitos, com um olhar que ponha em questão inclusive o próprio lugar de onde se olha.

Em perspectiva parecida, Eliza Casadei (2014, p. 52) aponta que a escrita jornalística “é um ato performativo (pois constrói o seu referente à medida que o enuncia)” e está fincada em um determinado lugar social “[...] que garante o seu crédito imaginário com o real a partir das práticas de pesquisa e de apuração consideradas legitimadas pelo grupo profissional mais amplo e que são reconhecidas pelos leitores – práticas essas que, por sua vez, delimitam as possibilidades estéticas que o narrado pode assumir” (2014, p. 52).

Além disso, com relação ao mundo elaborado pelo jornalismo, pensando a realidade por ele partilhada através de representações, enquadramentos e angulações, desde as pautas e editoriais tradicionais, há um recorte que sobrevaloriza ou minimiza certos temas e/ou acontecimentos. Há ênfase na política, na economia, na cobertura relacionada ao meio ambiente e aos temas internacionais. Isso se dá entremeadado por outros assuntos, do esporte à cultura, passando pela polícia e os serviços, numa junção de entretenimento e informação.

Todo esse conjunto, mais que oscilar por caminhos estéticos específicos e matrizes de sentido bem-marcadas – numa possível contraposição entre veículos tradicionais de referência e veículos sensacionalistas –, atrela-se a preceitos orientadores de visões de mundo mais coincidentes que dissonantes, ligados principalmente a um histórico do capitalismo

dominante e estruturalmente desigual, que tem corroído o próprio lugar do jornalismo na sociedade e, conseqüentemente, colocado em questão os seus próprios pressupostos de pretensa neutralidade. Como explica a pesquisadora Rita Filgueiras (2019), ao reforçar e naturalizar o neoliberalismo em benefício da “mundividência das elites políticas e econômicas neoliberais”, o jornalismo vê-se também “ameaçado” e com menor influência, o que diminui também o poder político dos cidadãos e o sentido de interesse público.

Por exemplo, ainda que nos últimos anos o “protofascismo de um modelo ultraliberal torna-se o inimigo do jornalismo convencional, como no caso dos enfrentamentos constantes entre o bolsonarismo e a imprensa brasileira” (SOUZA, 2021, p. 71), de maneira transversal, a pauta jornalística hegemônica segue sem arranhar criticamente o setor econômico,

[...] sendo que o jornalismo não consegue ter força na articulação entre os fatos sociais que eclodem no plano do singular e um contexto mais amplo de compreensão das dissonâncias sociais. Reificadas, as informações perdem seu lastro com o real histórico, incapacitando processos críticos que poderiam gerar transformações sociais (SOUZA, 2021, p. 71).

É quando volta a questão: o jornalismo tem partido?

2. O partido do jornalismo: indagações

Não é possível e tampouco válido que, para reconhecer posturas do jornalismo frente ao mundo, deva-se renunciar a seus preceitos e fundamentos. O jornalismo é uma instituição social, historicamente constituída, possui relação indissociável com o interesse público e cerca-se de inúmeras finalidades perante a sociedade. No entanto, reconhecidas as complexidades que envolvem sua produção e circulação cotidiana, é preciso problematizar a polarização entre a isenção e a parcialidade, compreendendo que o dispositivo de objetividade que edifica a matriz jornalística é, ele mesmo, apenas uma face das muitas dobradiças que a sustentam.

Considerando-se que o jornalismo dito hegemônico ainda está longe de cumprir com a construção de um “lastro com o real histó-

rico” (SOUZA, 2021), é possível lembrar do argumento ensaiado pelos professores portugueses Filipa Subtil e José Luís Garcia (2022, online): “o jornalismo é essencial para a liberdade, política democrática, soberania e para se alcançar justiça e igualdade social, mas a sua degenerescência é um dos grandes problemas das sociedades”. O que leva à pergunta: como chegamos a esta situação? Questão que se assemelha a reflexões de Fabiana Moraes (2019, p. 215). Ao defender a ideia de “jornalismo de subjetividade”, a professora indaga: “um jornalismo que reúne informação, boa apuração, enquadramentos não viciados e temas sociais urgentes é algo para ser evitado ou buscado?”. A própria pesquisadora e docente, com anos de atuação no jornalismo, a responde:

Pensando a partir do resultado de trabalhos que traziam temas como racismo, feminicídio, transfobia, machismo, classismo, vi que, na prática, questões urgentes e emergentes podiam ser trabalhadas a partir de uma perspectiva ativista sem prejuízos ao “bom jornalismo” – na verdade, entendemos que, de saída, ao tentar repensar as práticas vistas na confecção de notícias e reportagens, já se realiza um ativismo em si.

Tal “ativismo” está relacionado, na proposta da autora, na desestabilização de representações redutoras e de lógicas que reproduzem hierarquias nos processos de produção da notícia, como acontece nos propósitos basilares dos chamados valores-notícia. Nesse sentido, assevera Moraes (2019, p. 217): “[...] não é possível continuar empregando molduras anacrônicas para dar conta de uma sociedade que também se repensa. Há algo de muito errado em uma prática jornalística que não absorve os movimentos a sua volta em nome de uma ‘isenção’”. Ou mesmo uma prática que, sob a chancela da isenção, relativiza em sua cobertura situações fascistas em nome de uma falsa ideia de “ouvir os dois lados”, como tanto se vê no Brasil. Ainda que ambos possam ser vistos como “conciliáveis” a depender de um ponto de vista editorial, o que significa o jornalismo não traçar uma linha que separa um descabro ético e/ou legal, posicionando-se a favor de políticas que condizem com seu papel histórico e social, independentemente de qual seja o veículo?

Se é esse o partido do jornalismo hegemônico – e, portanto, sua parcialidade velada – caberia pensar um outro partido ou, em outras

palavras, aquele que parece ser o lugar ainda não alcançado do jornalismo. O partido do jornalismo, em diálogo com técnicas e rigor, no compromisso da formulação de uma informação que opina, pode sim priorizar e defender uma sociedade mais justa e igualitária, mais inclusiva e democrática. Pode sim, pautar-se por outras visões de mundo, de maneira mais “ativista” e menos “financista”. Pode pautar criticamente o mundo que o cerca, com sentimento e conhecimento. Pode pensar eticamente o bem do Outro, tendo em vista valores e desigualdades de classe, de gênero, de raça, entre outras, que necessitam ser superadas. Sem fazer, com isso, moralismos ou cair na enganação de um discurso purista, pasteurizado, ou na exaltação torta e cega dos “fatos”. Sem cair na magia torta do legalismo ou da factualidade, na produção de verdades inocentes, que não saibam complexificar e problematizar a possibilidade e o reconhecimento das versões. As muitas e necessárias versões, todas elas ligadas a um propósito de transformação social e ambiental.

Como dizem Filipa Subtil e José Luís Garcia (2022, online), “[...] não é necessário reinventar por completo o jornalismo, nem há uma solução mágica para a sua desestruturação”. Mas é preciso, mesmo reconhecendo a concorrência de outras formas culturais ou de consumo, que desnor-tearam o jornalismo, (re)assumir uma missão que lhe seja própria novamente; o que implica reativar a compreensão de sua própria história. Se hoje colocaram o jornalismo “num labirinto de propósitos”, com um entendimento impreciso de si próprio (SUBTIL; GARCIA, 2022), é preciso que o jornalismo situe as pessoas num mundo comum, gerando participação política e elevando a responsabilidade social coletiva.

Retomando o paralelo inicial realizado no início deste texto, entre o jornalismo e a educação, aproximados agora pelo partido que os congregam, é possível lembrar de Paulo Freire (2000, p. 48) e seus dizeres sobre a esperança:

[...] o exercício da vontade, da decisão, da resistência, da escolha; o papel das emoções, dos sentimentos, dos desejos, dos limites; a importância da consciência na história; o sentido ético da presença humana no mundo, a compreensão da história como possibilidade, jamais com determinação, é substantivamente esperançosa e, por isso mesmo, provocadora da esperança.

Narrar o mundo, relatar a vida, como finalidades do jornalismo, exige escuta, respeito, apuração, perícia. Exige esperança. Exige reconhecer o próprio exercício de narrar, como criador de realidades, sem simplificá-lo a partir da técnica. Não se trata de voltar a um passado panfletário, de uma incipiente institucionalidade do jornalismo. Mas fazer valer eticamente as versões jornalísticas de mundo, versões que somente o jornalista pode fazer, rompendo com anacronias que perpassam as polarizações e falsas transparências. E, nesse sentido, legitimar, cada vez mais, versões cujo lado é o do compromisso com um lutas contextuais e com um acerto histórico acerca de rumos para uma mudança social, que deve estar, de fato, por vir. De forma perene no horizonte.

Desentendendo...

1. Há, no universo midiático brasileiro, uma efetiva diversidade de perspectivas, de posições ideológicas, de lados?
2. Quando você consome um produto midiático, o posicionamento que materializa de modo implícito ou explícito é importante para você?
3. Haveria demandas e perspectivas sociais sem espaço ou voz nos produtos jornalísticos?
4. O que significa ao jornalismo apenas relatar injustiças e desigualdades e não se posicionar sobre elas?
5. Como o controle empresarial e os modelos de negócio condicionam a diversidade ideológica do jornalismo no Brasil?
6. Que pautas e narrativas seriam urgentes e necessárias, hoje, na produção jornalística brasileira?

Rerências

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. A notícia como forma de controle social. *Contracampo*, v. 14, p. 7-17, 2006.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre jornalismo e seu público. *Opinião Pública* (UNICAMP. Impresso), v. 18, p. 22-43, 2012.

CAETANO, Kati. Presenças do sensível nos processos interacionais. *Revista Galáxia*, São Paulo, v. 22, p. 12-24, dez. 2011.

CARVALHO, Carlos Alberto de. O que veio primeiro: o jornal ou o jornalismo?. In: Bruno Souza Leal; Elton Antunes; Paulo Bernardo Vaz. (Org.). *Para entender o jornalismo*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 121-130.

CARVALHO, Carlos Alberto de; LEAL, Bruno Souza. Jornalismo e polifonia: problematizações conceituais e metodológicas. *ALCEU (ONLINE)*, v. 16, p. 155-170, 2015.

CASADEI, Eliza B. *Como contar os fatos: a história da narrativa do jornalismo de revista no século XX*. São Paulo: Alameda, 2015.

CASADEI, Eliza B.; PAGANOTTI, Ivan. Convenções do estilo jornalístico em proto-fake news: entre padronizações, réplicas, emulações, paródias e fraudes. In: SOARES, Rosana de Lima; GOMES, Mayra Rodrigues (Orgs.). *Narrativas midiáticas: crítica das representações e mediações*. 1ed. São Paulo: ECA-USP, 2020. p. 256-281.

FILGUEIRAS, Rita. Neoliberalismo e reconfiguração das condições estruturais de mediatização política. *In Mediaciones de la Comunicación*, 14(2), 59-77, 2019.

FRANCA, Vera. Impessoalidade da experiência e agenciamento dos sujeitos. In: LEAL, Bruno Souza; GUIMARÃES, César; MENDONÇA, Carlos (orgs.). *Entre o sensível e o comunicacional*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 39-54.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GOMES, Wilson. *Jornalismo, fatos e interesses: Ensaio de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.

JÁCOME, Phellipy. *A constituição moderna do jornalismo no Brasil*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

LEAL, Bruno. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ALZAMORA, Geane (Orgs.). *Textualidades Mediáticas*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2018. p. 17-34.

MEDINA, Cremilda. *A Notícia: um produto à venda*. São Paulo: Summus, 2007.

MEDINA, Cremilda. *Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Summus, 2008.

MELO, José Marques; ASSIS, Francisco. *Gêneros Jornalísticos: ideias fundamentais*. São Paulo: Editora Loyola, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: o “Escola Sem Partido” e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, v. 15, p. 590, 2016.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: Ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. *EXTRAPRENSA*, v. 12, p. 204-219, 2019.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade? In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI (Orgs.) *Jornalismo e Sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012. p. 219-241.

QUÉRÉ, Louis. O caráter impessoal da experiência. In: LEAL, Bruno Souza; GUIMARÃES, César; MENDONÇA, Carlos (Orgs.). *Entre o sensível e o comunicacional*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 19-38.

REGINATO, Gisele Dotto. *As finalidades do jornalismo*. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos* – CEBRAP, v.79, p.71-94, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo, conhecimento. *Educação & Realidade*, v. 26, nº 1, p. 13-32, 2001.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues. Jornalismo em tempos de desmanche: elementos dominantes, residuais e emergentes. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 18, n. 2, jul./dez., p. 67-76, 2021.

SUBTIL, Filipa; GARCIA, José Luís. (2022-07-14). Mantém o jornalismo uma missão na sociedade contemporânea?. *Setenta e Quatro*, 14 de julho de 2022. Disponível em: <https://setentaequatro.pt/ensaio/mantem-o-jornalismo-uma-missao-na-sociedade-contemporanea>

TAVARES, Frederico M. B.; BERGER, Christa. Na notícia e para além dela: o conceito de informação no jornalismo. *INFORMAÇÃO & SOCIEDADE*, v. 20, p. 25-37, 2010.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. V.1. 2. ed. Florianópolis: Insular. 2005.

VOGEL, Daisi. A escrita da notícia e a ordem do mundo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis (SC), v. 2, p. 123-131, 2005.

CAPÍTULO 4
JORNALISMO / FICÇÃO

Passeio pelo bosque das jaqueiras

NUNO MANNA

#narrativa #diegese #mimese #realidade social

Quando me perguntam por que não aderi a essa história de “estória”, respondo (e não evasivamente) que é simplesmente porque, para mim, tudo é verdade mesmo. Acredito em tudo. Acreditar no que se lê é a única justificativa do que está escrito. Ai do autor que não der essa impressão de verdade! (QUINTANA, 2013, p. 50)

1. Adentrando o parque

Se você começou a percorrer essas linhas, cara pessoa leitora, é porque temos um interesse em comum: as relações entre jornalismo e ficção. Em honra a esse encontro, gostaria de te convidar para um passeio por um bosque, onde poderemos ter dois dedos de prosa de forma mais proveitosa e agradável. Pode ser?

Primeiramente, perceba que o sol nasceu há pouco e luzes discretas da aurora começam a iluminar a vasta paisagem de árvores e arbustos ao nosso redor. Um vento suave do fim de verão farfalha as folhas e derruba sobre nós algumas gotas da chuva que caiu nesta madrugada. Caminhando alguns passos, alcançamos a beira de uma lagoa. Lá adiante, num canto desse grande corpo de água, um aglomerado de canoas colo-

ridas flutua à espera de tripulação. Mas vamos pelo caminho oposto. Afastando-nos da lagoa, passeando por entre as árvores, notamos que algumas delas estão carregadas de enormes frutos exóticos.

Note que nosso bosque está dentro de um grande parque urbano. Se você olhar ao longe, poderá ver topos de prédios erguendo-se sobre a vegetação. Enquanto isso, no nosso entorno, começamos a notar alguma movimentação, e descobrimos que não estamos a sós.

São seis da manhã de uma terça-feira de março, e os primeiros visitantes começam a circular pelas aleias do Parque Municipal Américo Renné Giannetti – uma grande área verde em pleno Centro de Belo Horizonte. No prédio administrativo, um funcionário recebe um senhor e o conduz até o depósito onde há equipamentos de jardinagem e quatro grandes barris de plástico verde. Ele pergunta o nome do visitante e confere se está na lista. Em seguida destampa um dos barris, de onde exala um cheiro forte, e tira dali um fruto esverdeado de casca grossa, do tamanho de um leitão. É tempo de jaca, e é chegada a vez daquele cidadão. (MANNA, 2013, s/p)

Pois é, a administração do Parque Municipal de Belo Horizonte resolveu que não ia mais permitir que qualquer um chegasse assim, levemente, cutucando suas jaqueiras de olho numa fruta farturenta e gratuita. Em 2011, criou uma espécie de fila da jaca, com registro dos dados da pessoa pleiteante (nome completo, RG e telefone) para organizar a distribuição. Barbosa é o funcionário do parque que cuida da nobre tarefa: “Aos 24 anos, o baiano Barbosa é uma peça central na gestão das jacas do Parque Municipal. Não fosse pela sua diligência, a fila não andaria” (s/p). Mas como a temporada de jacas dura só três meses no ano e o número de inscrições só tem crescido, a espera na fila pode chegar a anos.

Eu te trouxe aqui porque, pra começo de conversa, queria que você conhecesse esse caso e visse com seus próprios olhos essa situação inusitada. Sempre me interessei por histórias insólitas. E quando me contaram sobre o controle institucional das jaqueiras do Parque Municipal de Belo Horizonte, achei que isso parecia ter saído de uma fábula do Kafka, com seus labirintos desvairados em meio às burocracias modernas. Decidi

transformar o caso em pauta, apurei as informações e, em abril de 2013, a revista *piauí* publicou minha matéria intitulada “A fila da jaca”.

Quando falamos de Kafka, eu provavelmente não precisaria me esforçar para te convencer que as histórias narradas em *O processo* e *A metamorfose* são ficções, certo? Ao mesmo tempo, deve parecer uma obviedade afirmar que matérias jornalísticas não o são. Mais do que isso: no modo como hegemonicamente entendemos ficção e jornalismo, a relação tende a se configurar na forma de uma oposição, na medida em que o primeiro parece se apresentar como uma espécie de *outro* do segundo. Mas precisamos explorar com mais cuidado os terrenos dessa dicotomia.

O parque em que nos situamos é um espaço de ficção? Que importância esse estatuto ficcional (ou não) tem na nossa experiência dessa história? O estatuto se modifica quando fazemos a transição de uma situação inicial, supostamente hipotética, e adentramos as linhas da reportagem? E se eu não tivesse revelado que se tratava de uma reportagem, não tivesse remetido sua publicação a um veículo jornalístico nem assumido a sua produção? Faz diferença o fato de que eu tenho um diploma de jornalista? Ou importa que eu tenha afirmado que fiz um trabalho de apuração para escrever a história? Há elementos do texto citado que imprimem características de um texto jornalístico – e que o distinguem de um texto ficcional? E se a *piauí* tivesse publicado o mesmíssimo texto na seção “Ficção”?

Mas, afinal, o que significa ficção? Há várias respostas fáceis para essa pergunta. A maioria delas têm a consistência da polpa de uma jaca madura. Vamos rapidamente a algumas.

“Ficção” seria o ramo de histórias com elementos absurdos, fantasiosos – como os contos de fadas, as histórias da Marvel ou as do próprio Kafka. Com isso, ignora-se que narrativas realistas podem ser tão ficcionais quanto as do fantástico ou da fantasia. Ah, então seriam ficcionais as histórias que, de modo mais geral, são feitas com elementos imaginados, inventados, que não existem no mundo real, independente do seu nível de verossimilhança. Mas o que dizer de uma narrativa como o conto de Kafka sobre a Muralha da China, e do próprio fato de que o escritor buscava inspiração para suas histórias em matérias de jornais? E se nos lembrarmos de *Friends*, podemos até concordar que as pessoas que criaram a série imagi-

naram Phoebe, Joey, Rachel, Ross, Monica e Chandler, mas elas certamente não inventaram uma cidade chamada Nova York.

Há ainda aquela compreensão da ficção que a invoca como mero sinônimo de mentira e de falseamento, como antônimo de verdade. Usado nesse sentido, o termo serve desde aos ataques sobre as versões de um crime relatadas num tribunal do júri até às acusações de um público revoltado com supostas mentiras contidas numa matéria jornalística. Em ambos os casos, denuncia-se: “Isso é uma ficção!”. Tal compreensão, ainda que legítima em seu contexto, perde de vista uma série de aspectos importantes do universo semântico e do repertório cultural do termo. Ignora, inclusive, que a ficção pode ter muito a nos dizer sobre a realidade – e que, em certas ocasiões, pode até fazê-lo melhor do que muitos discursos pretensamente “verdadeiros”, “reais”, “não ficcionais”, seja revelando seus aspectos mais ocultos ou mesmo apontando para potências ainda não realizadas da realidade.

O debate sobre a ficção é muito amplo e complexo, e suas possibilidades de contribuição para os estudos (e para as práticas) do jornalismo são inúmeras. Mas em vez de tentar dar conta de tudo isso nesse nosso breve passeio, proponho que percorramos modestamente duas trilhas em busca de pistas dessa complexidade. Se, ao final, conseguirmos acumular suspeitas sobre as respostas fáceis, já teremos chegado longe. Essas trilhas não apenas nos encaminham para abordagens distintas da ficção, mas efetivamente apresentam dois significados que o termo ganha em diferentes tradições de estudos. Sigamos bosque adentro.

2. Jardim da diegese

Nessa trilha, caminhamos em meio a perspectivas que costumam florescer de modo especialmente fértil por terrenos chamados de narratologia, voltados às análises internas das narrativas. Trata-se de uma perspectiva que se preocupa em destrinchar, interpretar, comparar e categorizar os elementos que compõem textos narrativos. Ainda que tal perspectiva seja nativa dos estudos literários, seus modos de interpretação estendem-se para quaisquer obras que componham uma unidade narrativa – um romance, um conto, uma crônica, mas também um filme, uma telenovela, ou mesmo um álbum musical e, por que não?, uma

notícia. Aliás, nos encontramos por aqui com o teórico da literatura Yves Reuter que, ao sintetizar a perspectiva da narratologia, o faz justamente mencionando o mais emblemático tipo de texto jornalístico: “Podemos assim analisar uma notícia da imprensa do ponto de vista de sua organização, de sua construção formal, dos conteúdos apresentados. Este é o ponto de vista da abordagem narratológica” (REUTER, 2002, p. 15).

As análises internas das narrativas operam em dois níveis. Um deles diz respeito à *forma como uma narrativa é configurada*. Em que ordem os fatos são organizados? Qual é o ritmo impresso no desenrolar das ações? Por qual perspectiva a história é contada (por um narrador externo aos acontecimentos, por exemplo, ou pelo olhar do protagonista da história)? Essas são algumas questões referentes ao que é compreendido como o *nível do discurso* da narrativa. O outro nível refere-se ao *que é configurado pela narrativa*, indica seu *conteúdo*: seu universo espaço-temporal, suas personagens, sua história... O mundo que uma obra encena (ou põe em cena) ao se tecer progressivamente, seguindo o fio do texto e de sua leitura, define justamente o que aqui se entende por *nível da ficção* da narrativa. E devemos compreender “leitura”, claro, em um sentido amplo, que pode dizer respeito a experiências de diversos tipos de textos (como os sonoros ou audiovisuais). Nessa definição, *ficção* é sinônimo do que se chama de *diegese*.

Tal distinção entre o “como” e o “o quê” da narrativa, é claro, diz de um modo de apreender objetivamente elementos que, na prática, são experienciados de modo indissociável – ou seja, é impossível separar forma e conteúdo quando nos lançamos a acompanhar e fruir a tessitura de uma narrativa. No entanto, essa distinção permite didaticamente identificar elementos composicionais de um texto na sua riqueza de nuances configurativas.

Por essas bandas, tomando o termo *ficção* como um conceito da análise interna das narrativas, devemos analisar o mundo criado pelo texto por meio dos signos linguísticos que os constituem, sem confundir texto e referente: “a palavra cão – ao contrário do seu referente – não late nem morde; as personagens do romance não existem no nosso universo e só podem ser construídas em relação ao enunciado do texto” (REUTER, 2002, p. 18). Tal entendimento, assim, não implica em nenhuma relação

com as ideias de verdadeiro/falso, real/imaginário. Ele nos estimula a nos lançarmos pelas narrativas – quaisquer narrativas – observando a realidade que ela instaura, atentando-nos para o universo ficcional que elas compõem em suas intrincadas arquiteturas e suas regras de organização.

Por isso, a partir dessa perspectiva, aproveitemos para observar brevemente alguns dos componentes possíveis da ficção com um pouco mais de minúcia. Começemos por aquilo que é o coração de toda narrativa, a *história* que ela conta. Entre o início e o ponto final de um texto, conhecemos uma espécie de bocado de vida, cuja combinação de elementos e fluxo de acontecimentos compõem um todo de sentidos. Perceba aqui a importância que as *ações* adquirem nas narrativas, constituindo um motor para o andamento de uma história. Podemos inclusive tomar as ações como “unidades” analíticas de uma narrativa, tendo em vista certos parâmetros. Para além de identificar quais são as ações que constituem uma história, podemos considerar qual a sua natureza (“internas”, constituídas na mente das personagens, ou “externas”, referentes a atos concretos no mundo em que elas habitam, por exemplo), qual o seu grau de explicitude, qual a sua relevância para a definição dos rumos da história, entre outros aspectos.

Voltemo-nos também para as entidades que performam as ações e sobre/com/em relação a quem as ações são performadas, as *personagens*. Reuter nos mostra que, enquanto componentes da ficção, as personagens têm papel fundamental na organização das histórias: “Elas permitem as ações, assumem-nas, vivem-nas, ligam-nas entre si e lhes dão sentido. De certa forma, toda história é história de personagens.” (REUTER, 2002, p. 41) E para compreender as várias relações que constituem os papéis das personagens na narrativa, devemos levar em conta fatores como o seu destaque e a sua hierarquização em uma história (se são, de forma mais geral, protagonistas ou coadjuvantes, por exemplo), a sua relação com as ações em curso (se são agentes, pacientes ou influenciadoras delas) e o seu nível de especificidade (personagens podem ser desde muito distintas e complexas até extremamente genéricas, como certos tipos sociais).

Olhemos ao nosso redor e percebamos também para a relevância de outro componente dos mundos configurados pelas narrativas, o *espaço*. Ele nos permite compreender a importância da dimensão onde perso-

nagens habitam e ações transcorrem. Além disso, precisamos notar que histórias só existem na medida em que compreendemos o mundo narrado por meio das suas relações temporais. Em outras palavras: histórias nascem quando se age no *tempo*. Por isso, tomando o espaço e o tempo como operadores de análise interna da narrativa, podemos levar em conta as categorias que os definem, nas suas mais diferentes formas de distinção (espaços podem ser urbanos, periféricos, domésticos, exóticos, mágicos, virtuais...; e tempos podem se traduzir de minutos a séculos, de nossos tempos históricos a tempos fantasiosos, se aplicar a um indivíduo ou a toda uma sociedade...). Podemos ainda observar que eles possuem diferentes níveis de detalhamento, ordenamento e explicitude nas narrativas, e que sempre variam quanto à relevância que imprimem às histórias.

Com esse breve percurso, apenas começamos a observar a riqueza que compõe um universo diegético. Mas, se buscamos refletir sobre a relação entre ficção e jornalismo, já temos elementos suficientes para, numa determinada mirada, dizer que não se trata de apontar para dois tipos de textos diferentes. Em vez disso, trata-se de considerar que a ficção pode ser tomada como uma dimensão das narrativas jornalísticas. Lembra-se do Barbosa, que te apresentei há pouco? Ele é a personagem central do mundo ficcional configurado na reportagem da *piauí*. É ele quem encarna a administração do parque e quem articula as demais personagens, cuja história transcorre no interior do referido parque. E esse Barbosa, com essas características e funções, só existe a partir do momento que a narrativa o constitui nesses termos.

As jacas, até certo ponto, são componentes desse espaço, mas ganham força na medida em que se tornam objetos fundamentais para as ações da narrativa. Na curta cena que presenciamos, a principal dessas ações é a entrega da fruta, espécie de pequeno clímax criado pela narrativa: *é tempo de jaca, e é chegada a vez daquele cidadão*. O momento tem sua demarcação no calendário – uma terça-feira de março –, mas a dimensão temporal aqui chama mais atenção para a definição de uma (prestigiada) estação e um sentido de culminância de um processo.

Quero, com isso, chamar atenção para o grande potencial analítico e reflexivo de um olhar sobre o mundo configurado pelas narrativas. Ele

nos incita a apreender uma matéria de jornal nem como mero “espelho do mundo” – para usar a expressão canônica do imaginário jornalístico – nem só como um meio através do qual informações são transmitidas, mas como uma trama heterogênea e dinâmica que configura uma realidade que só existe na/por causa dessa narrativa. Essa trama dá os contornos de uma história de personagens espacial e temporalmente situada, tanto nas matérias de um jornal quanto, digamos, em um romance ou em uma série de TV. Isso obviamente não significa dizer que, em termos gerais, todas essas tramas ficcionais são compostas do mesmo modo. Devemos considerar as particularidades de composição de linguagens, gêneros, formatos e tradições estéticas entre diferentes tipos de obras.

Vimos há pouco que, nessa trilha que nos trouxe à narratologia, estamos considerando os textos como objetos linguísticos fechados em si. Como eu havia adiantado, essa não é uma abordagem consensual das narrativas e tampouco encerra um entendimento único do conceito de ficção. Uma outra trilha nos leva justamente para uma perspectiva que entende o termo como um marcador de relações de referencialidade estabelecidas entre o mundo do texto e o mundo “externo” a ele. Por isso, te convido a prosseguirmos, por outra via desse bosque.

3. Campo da *mimese*

Não precisaríamos abandonar o terreno das análises internas das narrativas para reconhecer algo que é indiscutível: toda narrativa é um fenômeno da cultura, o que significa que ela é produto social e historicamente inscrito. Nesse sentido, mesmo as abordagens mais focadas nos seus aspectos textuais reconhecem que os sentidos de um texto não podem ser desconectados das relações com a realidade social que o tornam possível. E se avançamos para explorar justamente essas dinâmicas mais amplas, percebemos que as conexões entre um texto e o que existe antes/depois/ao redor dele não são meramente da ordem de um “pano de fundo”. Elas são efetivamente constitutivas daquilo que analisamos. Para explorar tais dinâmicas, poderíamos nos lançar por diversos caminhos, mas nos direcionamos aqui sobretudo na direção de uma vertente dos estudos das narrativas chamada de hermenêutica – cujo termo indica, em linhas

gerais, que estamos nos voltando para os *processos de interpretação e produção de sentidos sobre os fenômenos da linguagem*.

Observemos, então, para além dos universos diegéticos que as narrativas colocam em cena por meio de suas configurações, os estratos que compõem o campo em que as narrativas nascem e no qual elas são *experienciadas*. O que queremos alcançar, agora, é o vínculo vivo das narrativas com o que chamamos de mundo real e, para isso, é importante considerar um processo denominado *mimese*. De maneira mais recorrente, esse termo costuma designar o gesto de “imitação” ou de “representação” da realidade por meio da linguagem. Mas temos aqui conosco o filósofo Paul Ricoeur (2010), que apresenta uma definição mais interessante da *mimese*, entendida como um gesto criador – ou seja, a cada vez que narramos, criamos algo novo e específico –, que parte de condições que são previamente constituídas.

Assim, a *configuração* das narrativas (que, na trilha que seguimos anteriormente, era o próprio âmbito de instituição da ficção) passa a ser vista como uma das instâncias da operação mimética. Para se constituir, a configuração se baseia numa espécie de enciclopédia das formas humanas de produção simbólica. Essa outra instância fundamental da *mimese* é denominada por Ricoeur de *pré-figuração*. Com isso, buscamos compreender que, quando contamos histórias, temos sempre como ponto de partida a nossa realidade, que tomamos como nosso universo de referência. Melhor dizendo: as narrativas partem sempre das formas que geralmente utilizamos para significar a realidade, o que implica considerar as próprias formas que definimos para dizer o que é real.

Nesse ponto em que estamos, encontramos um interessante panorama para refletir sobre a relação, operada por toda narrativa, entre a referenciação da realidade e a criação (a invenção, a imaginação...). É inegável que essa relação funciona de maneiras muito diferentes, possui diferentes estatutos e implicações culturais. Observemos, como exemplo, a particularidade das narrativas históricas (entendendo que “história”, nesse caso, designa uma disciplina, um campo de conhecimento). Para sua existência e legitimidade, é crucial que as narrativas históricas estejam fortemente ligadas a contextos, eventos e indivíduos reais, amparadas por métodos de pesquisa e comprovação de documentos e

testemunhas. Seria impreciso e problemático, portanto, simplesmente passar uma régua entre, digamos, um estudo sobre o nazismo alemão e os filmes sobre o Império Galáctico de *Star Wars*, como se pudéssemos tratá-los nos mesmos termos – ambos são, afinal, “apenas” narrativas, constituídas por personagens, histórias, tempos e espaços. No que diz respeito aos modos como são estabelecidos e reconhecidos os vínculos com a realidade, dizer que toda narrativa funciona da mesma maneira colocaria em xeque aspectos de enorme relevância social e política que estão envolvidos naquilo que é tão caro à história e à sociedade que dela se nutre. O mesmo poderia ser dito sobre o jornalismo – pelo menos de forma geral, desconsiderando aqui algumas particularidades importantes que poderíamos explorar em outras andanças.

É por isso que, por essa segunda trilha que tomamos, o termo *ficção* ganha um sentido diferente daquele anterior. Aqui, ele é utilizado para distinguir que, de modo distinto dos textos que aspiram a uma pretensão de se remeter rigorosamente à realidade social, *certas operações narrativas – as ficcionais – são realizadas de maneira mais livre quanto às expectativas de referência de marcos concretos verificáveis no mundo.*

Mas não nos apressemos. Na sua riqueza, os campos da *mimese* são muito densos de nuances que envolvem a compreensão das dinâmicas da ficção e os modos como elas nos permitem olhar para o jornalismo. Por isso, precisamos tomar cuidado com algumas armadilhas que certos raciocínios precipitados colocam no caminho. Avistamos facilmente uma delas quando somos tentados a retroceder e concluir simplesmente que narrativas ficcionais não possuem vínculo com a realidade. Isso é improcedente não apenas naqueles casos em que narrativas ficcionais são “inspiradas” em pessoas e casos reais – tal como o filme *Marighella*, de Wagner Moura, baseado no livro-reportagem homônimo Mário Magalhães –, mas no modo amplo como toda narrativa carrega as marcas diretas ou indiretas do mundo na qual ela é gestada. Narrativas de ficção científica, por exemplo, são frequentemente histórias que reinventam alegoricamente os elementos e os dilemas de uma realidade do presente e que, com isso, podem adquirir grande potencial de compreensão aguda e crítica do mundo.

Ora, como já vimos, toda narrativa é criada em uma relação intrínseca entre pré-figuração do mundo e gestos criativos de configuração. Nossa análise sobre a questão da ficção aqui deve, então, *compreender a complexidade dos modos como essa relação é acionada e modulada em cada texto*, observando que essa modulação nunca se resume a uma lógica linear e polar. Se temos clara essa compreensão, evitamos também cair na armadilha que seria insistir no raciocínio inverso, o de que narrativas não ficcionais seriam canais puros de acesso à realidade. É esse raciocínio que sustenta o discurso mais simplório da factualidade jornalística. Ele interdita um importante caminho rumo à reflexão e ao amadurecimento do jornalismo, que precisa reconhecer (e valorizar) de maneira consciente os gestos de intervenção criadora que ele produz a cada nova configuração. Neste ponto, nossa trilha cruza o mesmo ponto da trilha anterior, quando nos posicionamos de maneira crítica à metáfora do espelho.

Enquanto fenômeno humano de linguagem, as narrativas jornalísticas trabalham sempre com um nível de invenção. Experienciá-las com foco na realidade à qual elas fazem referência é possível graças a pelo menos dois aspectos: às convenções de realismo e verossimilhança das quais o jornalismo lança mão e ao contrato simbólico de confiança (em permanente processo de reafirmação social) que permite que ele seja lido como instituição narrativa do real.

E já que mencionamos o realismo, não podemos deixar de contornar a armadilha de compreender o termo apenas como um tipo de texto que mais “se parece” com a realidade, como se isso pudesse ser feito de maneira espontânea e natural. Mais apropriado seria compreender os efeitos de real como aspectos ligados a procedimentos e características estéticas culturalmente situadas. O realismo é, portanto, um modo particular de criação produzido – como sempre – a partir dos substratos da pré-figuração. Além disso, sendo convencionalizado, o realismo está em permanente atualização e transformação.

Uma última armadilha no nosso caminho é o ímpeto de compreender a ficção por uma lógica dura de categorização: isso é ficção, aquilo não é. Embora, como já dissemos, seja importante reconhecer distinções, seria, no mínimo, pouco produtivo chegar até aqui para insis-

tirmos na manutenção do pensamento dicotômico. A ficcionalidade, afinal, deve ser reconhecida como questão permanentemente colocada, como uma dinâmica em ação, que nos permite abrir compreensões e abordar de maneira complexa os processos comunicacionais. A pressa por classificações, inclusive, falhará quando, não raramente, nos depararmos com fenômenos em que os marcos para designar a (não) ficção encontram-se borrados. Caso emblemático disso é o clássico livro de Truman Capote, *A sangue frio*, trabalho jornalístico minucioso que não se furta em assumir o processo de imaginação na narração e de adotar formas típicas de um romance.

Mas, aqui, o que mais importa não é a engenhosidade de Capote. Como estamos em meio a processos comunicacionais e não nos fixamos apenas a características inerentemente textuais, devemos dar mais alguns passos para chegar ao que acredito ser o centro do nosso percurso – e não o final dele, espero. Devemos reconhecer algo (ou melhor, alguém) que é decisivo para nossa discussão sobre a ficção: você, cara pessoa leitora. Afinal, nos campos da *mimese*, não basta considerarmos apenas a pré-figuração e a configuração para uma compreensão plena da relação entre o mundo do texto e a realidade. O que completa o ciclo mimético é a chamada *refiguração*, a ação pessoal da leitura, que efetivamente percorre o trajeto de uma história, sempre de posse da enciclopédia simbólica que lhe dá condições de locomoção e inteligibilidade. É você quem reconhecerá ou não as referências, produzirá sentidos, atestará o estatuto, o nível e as implicações da ficcionalidade em jogo em cada texto.

É você quem, enfim, transforma um texto em obra, e que compreende de que obra se trata. Você não o faz, é claro, de maneira arbitrária, mas negociando com informações, convenções e normas culturais, fazendo com que a percepção sobre a ficção seja sempre tanto da ordem da experiência individual, quanto social. E como essa negociação é sempre um processo instável e aberto, não surpreende que, com tanta frequência, um discurso hegemônico sobre o jornalismo se esforce para demarcar a ficção como uma terra distante e proibida. Mas esse discurso nunca poderá te roubar a experiência, com qualquer que seja o texto, de perceber os raios do sol, o farfalhar das folhas e as gotas de chuva que

caem sobre você numa manhã de fim de verão. Ele não poderá atestar por você se são reais as jaqueiras do bosque, nem avaliar previamente como isso habita seu mundo. É você quem julgará a procedência e imprimirá significância sobre a história ocorrida no Parque Municipal. E é você quem, ao encerrar esse texto, decidirá se irá ou não colocar seu nome no cadastro da fila da jaca.

Desentendendo...

1. Que motivos fazem com que a ficção pareça um termo tão avesso ao jornalismo? Que disputas essa tensão revela?
2. Em que medida podemos compreender a ficção por uma discussão ética? E como podemos aproximar tal discussão do jornalismo?
3. Considere o seguinte exercício: busque uma matéria jornalística qualquer e se debruce sobre sua história, suas personagens, tempos e espaços. Que mundo diegético é esse configurado por essa narrativa? Busque então por outras matérias sobre o mesmo fato e empreenda o mesmo gesto analítico. Que implicações as especificidades de cada um desses mundos têm na sua experiência de leitura?
4. Tome como exemplo o *A sangue frio*, de Capote, ou qualquer outra obra (jornalística ou não) que joga com a relação entre referência à realidade e invenção. Como isso se materializa nessa narrativa e que caminhos isso abre para a percepção sobre essa obra e sobre a história que ela conta?
5. E quando você, pessoa leitora, ocupa o lugar de narradora? A trajetória compreendida neste capítulo te instiga a repensar seus próprios processos de produção de narrativas? Como você pode reconhecer e analisar seu lugar nos processos comunicacionais quando você se propõe a contar histórias da realidade social em que habitamos?

Referências

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

EAGLETON, Terry. *Como ler literatura*. Porto Alegre: L&PM, 2019.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

LEAL, Bruno. *Introdução à narrativa jornalística*. Porto Alegre: Sulina, 2022.

MANNA, Nuno. A fila da jaca. *Piauí*, abr. 2013. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-fila-da-jaca>>.

QUINTANA, Mario. Quando me perguntam. In: QUINTANA, Mario. *Caderno h*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2013.

REUTER, Yves. *Introdução à análise da narrativa*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: WMF, 2010.

WOOD, James. *Como funciona a ficção*. São Paulo: SESI-SP, 2017.

CAPÍTULO 5
JORNALISMO / LITERATURA

Velas ao vento, sem âncoras no mar

NICOLI TASSIS

*#novo jornalismo #romance #reportagem
#escritoras(es) jornalistas# narrativas*

1. Atenção, navegantes, embarcação não-identificada se aproxima

O jornalismo, em suas diversas formas, tempos e espaços, tem sido visto como um navio que se lança no mar das narrativas e, periodicamente, regressa aos portos, para comercializar o fruto do seu trabalho. Nessas idas e vindas, ele segue ancorado no real, que também lhe serve como bússola e passaporte em águas, muitas vezes, traiçoeiras e um tanto turvas. A ancoragem no real, ao longo das infindas viagens, acabou por ganhar uma nova utilidade, passando também a tremular como uma bandeira no alto do mastro, ostentando a pretensa habilidade de desanuviar as águas, atribuída socialmente a seus tripulantes. Reza a lenda que a tripulação, devido a técnicas e práticas centenariamente esculpidas, testadas e validadas, teria o poder de revelar o que está encoberto, até nos cantos mais sombrios dos oceanos, desbravando ilhas desconhecidas e comprando briga com inimigos hostis.

A literatura, por sua vez, compartilha os mesmos oceanos, mas a sua âncora é a imaginação. Ainda que tenha como referência as convenções das rotas e das estações pelas quais transita, o fazer literário navega cons-

tantemente em “um jogo livre de possibilidades”, descompromissado das regras sociais e, portanto, teria a liberdade provisória de “pôr em imagem” (na e com a linguagem) outros mundos e relações (Ricoeur, 1991, p. 219).

Diante de embarcações, a princípio tidas como tão diferentes, se torna fácil ouvir “o canto da sereia” e ser seduzido pela ideia de que os campos jornalístico e literário - apesar de dividirem as mesmas águas e, por muitas vezes, até os mesmos tripulantes, rotas e portos - não deveriam ser confundidos. Contudo, o problema é que vez ou outra, os navios não apenas se cruzam ou emprestam recursos e tripulantes, mas lançam as suas redes de modos e com propósitos tão similares, que até os mais atentos poderiam se “enganar”. Afinal, é jornalismo ou literatura? É reportagem ou romance? A essas narrativas convencionamos chamar de jornalismo literário. Mas, será que isso resolve a questão?

2. De onde partimos e para onde vamos?

A partir do início do século XIX, as transformações vivenciadas pelas sociedades ocidentais, especialmente pelos países europeus e os Estados Unidos, começam a reverberar no fazer jornalístico. Nesse processo, as narrativas jornalísticas também se tornam uma importante instância de diálogo e referência sociais. O jornalismo brasileiro, claro, seria também tensionado, posteriormente, por tais modificações. A necessidade de abordar as questões cotidianas nos mais diversos âmbitos – local, regional, nacional e internacional – gradativamente impõe ao jornalismo um ritmo frenético e a obrigação de ubiquidade, uniformizando práticas e formas de narrar, diante da árdua tarefa de dialogar com públicos cada vez mais abrangentes e heterogêneos.

Temos, assim, os primórdios de uma era de racionalidade capitalista, que reconhecera a informação como um produto desejável e, portanto, de valor comercial, transformando a prática jornalística em uma verdadeira indústria da informação. É nesse cenário que surge o modelo de jornalismo objetivo, como uma espécie de “grito de independência” dos pressupostos centrais atribuídos ao fazer literário. O campo, em seu processo emancipatório, reivindica o ideal de uma escrita imparcial, simples e concisa, que rejeitava a carga subjetiva e as alegorias literárias (Genro Filho, 1987).

Contudo, ainda que o contexto ocidental aqui brevemente resgatado tenha inegáveis conexões com a conformação do campo jornalístico no Brasil, a trajetória da imprensa brasileira é historicamente delineada, de modo igualmente inquestionável, pela estética literária. A partir do século XIX, temos vários indícios dessa afirmação, desde a presença de escritores nas redações até a corriqueira publicação de fragmentos de romances, de modo seriado, além de contos e poesias nos periódicos. A atividade foi exercida por diversas camadas sociais, indistintamente, sob a exigência de que os jornalistas contassem histórias, pressupostas reais e socialmente relevantes, bem como tivessem as habilidades necessárias para as narrar de modo envolvente.

Curiosamente, enquanto as formas de narrativa e compartilhamento variam nos diversos tempos e espaços, as características exigidas para a validação social de alguém como “um bom jornalista” parecem muito similares em sociedades e épocas diferentes. Como observam Kovach e Rosenstiel (2003), a expectativa geral é de que sejam profissionais rápidos e precisos na apuração e que consigam contar as histórias de uma forma atrativa.

Assim, não é de se estranhar que os primeiros profissionais fossem especialmente os literatos da época, pessoas afeitas às letras, preocupadas com questões de ordem política, interessadas na compreensão dos modos de vida na sociedade brasileira e na denúncia dos problemas sociais. Durante o século XX, temos também a explosão das crônicas e folhetins nas páginas dos jornais, que contribuíram ainda mais para a conformação de uma estética literária no fazer jornalístico (Costa, 2005).

Assim, antes de ser reconhecido a partir das convenções que o conformam como um campo distinto e independente do literário, o jornalismo, como prática emergente, buscou tecer os seus contornos tendo como referência a literatura, até então uma das principais práticas que se dedicava à prosa. Isso pode ser observado não apenas no Brasil, mas em grande parte das narrativas noticiosas do Ocidente, até a primeira metade do século XX.

Tradicionalmente, os periódicos atuavam como uma destacada arena de lutas políticas, materializando ideais partidários, interesses institu-

cionais e mercadológicos das mais diversas ordens. No caso brasileiro, observamos que tanto os romances naturalistas / realistas, quanto as coberturas jornalísticas ao longo do século XX, por exemplo, se prestaram, em grande medida e de diferentes formas, a narrar as principais transformações sociais, culturais, políticas e econômicas, ora reiterando, ora transgredindo ou ressignificando tempos, sujeitos, espaços e relações (Guedes, 2007).

Apesar dos inúmeros cruzamentos de rotas, afetos e agentes, o fazer jornalístico, gradativamente, reivindicou a sua emancipação do campo literário. Contudo, muitas das bases desse processo de independência vieram da própria literatura. Foram os literatos, por exemplo, que trouxeram para o jornalismo os preceitos de uma literatura moderna, tais como, a economia de palavras e a primazia da informação, comumente atribuídos como elementos distintivos entre as narrativas ditas jornalísticas e literárias.

Desse modo, é possível observar - até mesmo nos supostos pontos de distinção - uma aproximação evidente entre o projeto de profissionalização do jornalismo e os ideais dos escritores realistas/naturalistas e modernistas brasileiros. Ambos ansiavam por eliminar de suas narrativas alguns “inimigos” comuns, dentre os quais destacamos: o beletismo (amadorismo e superficialidade na escrita) , a literatice (obras consideradas pretensiosas e de baixa qualidade) e o uso exagerado de adjetivos. Desse modo, vem da própria literatura brasileira e não apenas de modelos estrangeiros, como o informativo estadunidense, alguns dos elementos estéticos basilares que passam a ser reconhecidos amplamente na caracterização do jornalismo no Brasil, a partir de 1950.

Muito antes da adoção das noções de objetividade e neutralidade como elementos supostamente singulares e distintivos do fazer jornalístico, vemos o projeto modernista tensionando na imprensa brasileira transformações estéticas importantes nessa direção. Afinal, os ideais dos literatos da época de eliminar ao máximo as “gorduras” do texto, trazendo as informações consideradas mais importantes com a maior concisão e precisão possíveis, podem muito bem ser observados, com variações, em qualquer manual de redação contemporâneo. Assim, semelhante à progressiva cisão entre a literatura parnasiana e a modernista, consoli-

dada como efeméride na polêmica Semana de Arte Moderna (1922), a imprensa também experimenta esse marco a partir da década de 1950.

Contudo, longe de ser um processo linear, esse movimento de profissionalização e de configuração de contornos do campo já vinham sendo trabalhados há pelo menos três décadas, pelas(os) próprias(os) escritoras(es) jornalistas. Alguns dos marcos que evidenciam esse momento e se consolidam no fazer jornalístico nas décadas seguintes são: a expulsão do nariz-de-cera (as divagações que precedem o núcleo da informação na estruturação da notícia); a adoção da pirâmide invertida (trazer logo na abertura do texto – lide e sublide – os elementos nucleares da história a ser contada – quem, onde, quando, por que e como); e a constante vigilância das subjetividades e da opinião.

A profissão de jornalista só é de fato regulamentada no país a partir do primeiro curso de graduação, fundado pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero de São Paulo (SP), em 1947, e a posterior exigência do diploma, em 1969. De modo gradual, são construídos os contornos não apenas dos produtos jornalísticos, suas formas de apuração, construção e circulação, mas da própria carreira, que deixa de ser vista somente como um meio propício para os aspirantes a escritores se sustentarem até conquistarem o seu espaço no mercado editorial. Os diálogos com a imprensa francesa, de caráter mais opinativo e prolixo, aos poucos, dão lugar à perspectiva estadunidense, com a proposta de narrativas noticiosas mais diretas e concisas.

Apesar da ampla reverberação desse modelo, inclusive, no imaginário social, construído e discursivamente sustentado pelos próprios veículos e seus agentes (como posicionamento editorial e mercadológico), é importante destacar que esse é um dos modos de compreender o jornalismo, espacial e temporalmente circunscrito. A isso equivale dizer que veículos e profissionais de um mesmo período e sociedade podem ofertar modos e relações múltiplas, até contraditórias, construindo narrativas muito diferentes. Isso nos aponta para o jornalismo como um campo diverso e multifacetado, impossível de ser apreendido de forma estanque e uniforme, como muitas vezes é tratado nos âmbitos profissional e acadêmico.

A partir da segunda metade do século XX, a noção de objetividade - assim como a dicotomia real x ficção e os pressupostos de transparência e neutralidade - se firmam como algumas das fronteiras mais endurecidas entre os campos jornalístico e literário. O que é, no mínimo, contraditório, uma vez que a ideia do jornalista como um observador neutro e de que os fatos falam por si, tal como conhecemos hoje, já era compartilhada pelos escritores e obras ficcionais brasileiras, como uma herança do realismo social.

Dentre inúmeros outros exemplos possíveis, destacamos *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (1902), obra considerada emblemática da literatura nacional e que é fruto do trabalho de cobertura da Guerra de Canudos. Euclides foi enviado como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*. Assim como outros escritores jornalistas do período, ele investigou a fundo os sujeitos envolvidos no conflito, mapeando seus posicionamentos e motivações políticas. O ambiente é detalhado de tal modo em sua obra que o sertão baiano se torna quase um personagem, destacando o trabalho de Euclides de outras tantas coberturas realizadas no período (Avigh, 1987).

A noção de objetividade encontra ainda raízes no modelo positivista de ciência. No campo jornalístico, isso pode ser percebido na crença de que métodos próprios de apuração, tratamento dos dados e construção narrativa - tais como a busca criteriosa de fontes fidedignas; a proposta de ouvir todos os lados envolvidos em um determinado conflito, com igual peso; e a rigorosa verificação dos relatos e documentos levantados (entre outros) - poderiam garantir uma narrativa pretensamente neutra, transparente e que funcionasse como um “espelho do real”. Por gerações, jornalistas têm sido formados nas academias e redações, em alguma medida, a partir desses pilares. Reflexo disso é o fato de que os veículos de caráter assumidamente combativo tiveram os seus espaços cerceados e os textos explicitamente opinativos passaram a ser confinados em cadernos especiais e colunas assinadas.

Desse modo, a proximidade entre os textos reconhecidos como jornalísticos e literários não é totalmente abandonada, mas eles passam a conviver em espaços cuidadosamente vigiados, delimitados em dicotomias como as chamadas *hard news* e *soft news*, do modelo estadunidense. Bird

e Dardenne (1999) evidenciam essa separação, atribuindo às notícias classificadas como *hard* um caráter mais informativo e relevante socialmente, enquanto as *soft* são caracterizadas por serem interessantes e divertidas.

Ainda no bojo dessa discussão, temos o critério de factualidade, que reveste o jornalismo diário dos ideais de objetividade e imparcialidade na cobertura de “real interesse social” e na oferta de conteúdos “quentes”, construídos sobre a chancela da urgência e do “furo” jornalístico, traduzidos no gênero notícia. Já os demais acontecimentos, considerados de “interesse humano” ou “frios”, poderiam assumir uma forma textual que incorpora elementos “literários”, compreendidos de forma superficial como “ficcionalis” ou “subjetivos”, como se toda a literatura (em sua diversidade de movimentos e obras) se resumisse a tais elementos ou mesmo não pudesse se desenvolver sem eles.

Assim, esse uso indiscriminado do termo “literário” se mostra redutor, na medida em que apaga as complexidades da literatura, como campo cultural, desconsiderando a sua historicidade e variadas formas de expressão, tais como as já citadas Escolas do Naturalismo, Realismo e Modernismo. Além disso, de modo geral, atrela apenas ao exercício da reportagem, a possibilidade de vivenciar o “jornalismo literário”, devido ao maior tempo de produção, esforços interpretativos e tratamento estilístico usualmente mais elaborado.

Com isso, corremos o risco de perder de vista a literariedade das notícias, baseados unicamente no caráter mais factual e na estrutura narrativa de tendência mais simples, concisa e direta. Essa linha de pensamento se torna ainda mais problemática na medida em que se forma uma hierarquia de textos considerados mais “sofisticados” e, portanto, passíveis de serem considerados “literários”, em detrimento dos mais “pobres”, que supostamente não possuem a mesma potência.

Demarcam-se, assim, dois espaços convencionais que, ainda que não sejam tão rígidos na prática cotidiana como as dicotomias aqui brevemente descritas propõem, pautam, em maior ou menor grau, certo imaginário coletivo em torno da prática jornalística. Isso é sustentado discursiva e mercadologicamente, em grande medida, pelos próprios veículos e seus agentes. De um lado, temos o esforço de validação do campo jornalístico como autônomo e singular, supostamente eficaz

no bloqueio das inconvenientes intromissões dos modos de narrar da literatura, com suas subjetividades e ficcionalidades. De outro, temos várias narrativas que escapam propositalmente dessa lógica positivista, acolhendo de modo explícito as inegáveis interlocuções com o fazer literário, bem como o caráter subjetivo que reveste, inevitavelmente, todo exercício de narrar o mundo, até aqueles que se pressupõem objetivos.

Na impossibilidade de classificar tais narrativas por aquilo que são, visto que não cabem nas classificações prévias e endurecidas, geralmente caímos na cilada de tomá-las pelo que não são, para no momento seguinte enquadrá-las no entrelugar ou, melhor, em um não-lugar. Se as pessoas, eventos e relações narradas possuem, necessariamente, uma correspondência direta e concreta com o cotidiano social, podemos considerar tais narrativas literárias? Se acolhem subjetividades, sensações e afetos podemos entendê-las como jornalísticas? E como lidamos com formas de narrar que embaralham esses contornos e não se encaixam diante da separação arbitrária e rígida das embarcações?

Colocamo-nos, então, a observar os barcos, seus tripulantes e produtos, à distância, como uma espécie de híbrido tão sedutor, quanto indecifrável. Não parece pertencer propriamente ao jornalismo, nem à literatura. Não conseguimos apanhá-los por aquilo que os define e passamos, então, a fixá-los pelos pontos em que não parecem não se encaixar. A essas narrativas, no horizonte, resolvemos atribuir uma nova âncora e bandeira. Apaziguamos as suas contrariedades, criando uma nova frota, denominada jornalismo literário. Mas será que isso resolve mesmo a questão?

3. Múltiplos portos, identidades em trânsito

Além dos fatores já discutidos até aqui, diversos pesquisadores contemporâneos têm tratado o termo “jornalismo literário” como quase sinônimo do chamado “novo jornalismo”. Tom Wolf (2004), um dos precursores desse movimento estadunidense, explica que o novo jornalismo começou de modo desprezioso, sem que se dessem conta, num primeiro momento, de que estavam construindo propriamente um movimento, ou mesmo que este teria repercussões tão capilares no meio literário internacional, a partir dos anos de 1960.

Desde a cobertura da 1ª Guerra Mundial, é notável a presença de narrativas jornalísticas que buscam tornar os relatos mais humanizados e, de certo modo, palpáveis até mesmo para os leitores mais distantes e alheios às dores e violências experienciadas. Diante dos dilemas emergentes em meados do século passado, escritores e jornalistas não demoraram a se dar conta de que, para narrar uma sociedade tão efervescente e complexa, era preciso mais do que o modelo informativo poderia ofertar. As experiências começam a se materializar, passando por jornais, revistas, cinema documentário e os chamados romances de não-ficção, conhecidos hoje no Brasil também como livros-reportagem.

Esse cenário coexistia com a primazia do furo jornalístico e a cobertura factual, norteadas pelo valor de apurar e publicar as notícias antes dos concorrentes, que movimentava grande parte dos veículos e do imaginário social em torno do “bom jornalismo” ou “jornalismo de verdade”. Assim, nas reportagens especiais, havia um espaço mais propício para que repórteres construíssem narrativas que se debruçassem sobre personagens, dados, conflitos e relações também pelas vias das sensibilidades e dos afetos, tensionando o jornalismo industrial (por que não?) como uma forma de arte, reflexão e crítica social.

Nesse ponto, precisamos repensar e desconstruir o discurso, alimentado pela maioria dos manuais de redação, pelas vivências cotidianas nas redações e até por pesquisas acadêmicas, que tende a fixar o campo jornalístico como expurgador das subjetividades e a atribuir a manifestações pontuais, como a grande reportagem no formato livro ou audiovisual, por exemplo, as únicas vias de transgressão dessa rota. Afinal, se compreendemos o jornalismo como uma forma de narrar o mundo, o concebemos como um exercício eticamente engajado, indissociável do sujeito que narra, bem como sobre/para/com quem se narra.

Os valores, sentidos e relações implicados nesse processo são sempre temporal e espacialmente constituídos e, constantemente, reelaborados e disputados, o que significa que a ficção (tomada no sentido de construção) está presente em todo processo narrativo, ainda que com diferentes *nuanças* e apropriações. É por isso que o ato de narrar, mesmo que atravessado por essa “vontade de verdade” que reveste o jornalismo (assim como outros campos de saber e poder, tais como a história e a

ciência, por exemplo), está logo na largada incapacitado de cumprir a sua promessa de transparência e neutralidade. Assim, não se trata de fazer um *check list* de critérios estilísticos e procedimentais para dizer se tal narrativa se enquadra ou não no que convencionamos chamar arbitrariamente de jornalismo, literatura ou mesmo de jornalismo literário.

Muitos trabalhos se prestam a classificar tais produtos a partir dos elementos tradicionalmente presentes em sua composição narrativa, tais como: o cuidado mais acentuado na construção cena a cena, conclamando elementos contextuais que não são apenas pano de fundo, mas, de fato, constituintes do relato; o registro de diálogos mais complexos, que tendem a incorporar impressões, pensamentos, sonhos, receios e sentimentos das fontes; pontos de vista na primeira pessoa, construindo cada cena a partir da perspectiva peculiar de um personagem ou da presença de um narrador-personagem, que se permite ser vulnerável e atravessado pelas questões que ele próprio se propõe a relatar; e o registro minucioso de hábitos, contextos, relações, usos e costumes, como modo não apenas de organizar o caos a sua volta, mas de questionar hegemonias, apontando para outros mundos possíveis.

Vários destes estudos, inclusive, atrelam tais elementos ao novo jornalismo estadunidense e, no caso brasileiro, é comum condicionar grandes reportagens produzidas no país a partir da década de 1960, de maneira simplista, a uma suposta influência do movimento. Contudo, esse modo de compreensão encontra muitos pontos questionáveis, não apenas pelo seu caráter simplificador das diversas manifestações jornalísticas e literárias, como também por desconsiderar as singularidades das produções que buscam classificar *a priori*.

O que deixamos de enxergar quando já partimos de um roteiro pronto? O que temos silenciado pela necessidade de classificar as narrativas que não se enquadram? Por que teimamos em percorrer os rastros já mapeados e estabelecidos? O que tememos encontrar? Talvez, diante da necessidade de compreender o jornalismo enquanto campo autônomo e coeso, estejamos lançando ao mar formas diversas de fazer jornalístico que estão mais presentes em nosso cotidiano, ao longo dos espaços e tempos, do que ousamos confessar. Quando o gesto de investigação se volta com um olhar menos prescritivo para as materialidades

(narrativas e veículos jornalísticos), é possível percebemos que essa questão é muito mais complexa e que há, inclusive, elementos atribuídos unicamente ao novo jornalismo, por exemplo, que estão presentes na produção brasileira publicada décadas antes da explosão do movimento estrangeiro. Como podemos definir certas narrativas pelo que não são, quando não sabemos, de fato, quem somos e podemos ser?

Assim, não se trata de invalidar os diálogos e vestígios sedimentados, mas, de questionar as idéias de “novidade”, “apropriação” ou de “cópia”, muitas vezes presentes quando o tema é jornalismo literário no Brasil. Deparamo-nos, aqui, com uma variação da mesma pergunta colocada por Luís Costa Lima, em *Sociedade e Discurso Ficcional* (1987), sobre a importância que a observação e o testemunho sempre tiveram em nossa literatura. Será que as tais narrativas que nos acostumamos a enquadrar como jornalismo literário são mesmo fruto de uma apropriação do novo jornalismo que vem do além mar ou tão bem se aclimataram em nossas terras tropicais por serem nossas velhas conhecidas?

Num simples movimento de olhar para algumas bases da produção jornalística e literária nos últimos dois séculos, como fizemos ao longo deste capítulo, já percebemos muitos indícios para pensar essa questão e, quem sabe, mapearmos outras rotas possíveis. Muito antes da gênese desse tal “novo jornalismo” e da nomenclatura “jornalismo literário”, temos percorrido portos compartilhados com a literatura e o registro histórico, passando pelo cinema e, mais recentemente, pelas mídias sociais. Quem sabe o que nos espera em lugares ainda não visitados ou sequer descobertos? Será que já estivemos em lugares que não nos permitimos registrar porque estávamos procurando os portos que nos disseram possíveis de abrigar uma embarcação jornalística?

Se podemos afirmar que as diversas formas de ser jornalismo no contexto brasileiro ao longo dos tempos, em alguma medida, esbarram na literatura, como podemos nomear apenas parte desses produtos como jornalismo literário? Não seria todo jornalismo, de certo modo, literário? Se nos permitirmos considerar, sem restrições, a literariedade das narrativas jornalísticas, mesmo de uma “simples” notícia, talvez sejamos capazes de perceber a sua complexidade estética e simbólica ao invés de antecipadamente negá-la. Espero que sejamos capazes de

resistir ao canto da sereia e abandonar a necessidade de seguir à risca os trajetos já sedimentados. Quiçá possamos, assim, conquistar novos carimbos no passaporte, assumir outras identidades, tão contraditórias, caóticas, surpreendentes e fluidas como pode ser a própria experiência nos mares. Sabe-se lá o que podemos experienciar... Eu gostaria de descobrir. E você?

Desentendendo...

1. Que narrativas jornalísticas você conhece que são geralmente atribuídas ao jornalismo literário? Quais elementos em tais produtos lhe chamam mais a atenção?
2. É possível encontrarmos experiências jornalísticas mais fluidas, que fujam ao padrão do modelo informacional, em veículos e produtos de caráter factual? Você consegue pensar em algum exemplo? Que reflexões essa fluidez lhe desperta?
3. Um dos espaços privilegiados da grande reportagem brasileira é o mercado editorial. Você já leu algum livro-reportagem? Como o escritor jornalista abordou o tema, espaço, tempo e personagens?
4. O mercado audiovisual, especialmente o cinema e as séries documentais, também se estabelece como uma das arenas para experimentação das técnicas de apuração, entrevista e roteirização. Você já assistiu e/ou trabalhou em alguma dessas produções? Que recursos estéticos e procedimentais você conseguiu identificar / desenvolver?
5. E no jornalismo mais voltado para *hard news*? Você consegue mapear e discutir indícios da sua literariedade? Como pensar tais narrativas para além das fórmulas já sedimentadas?

Referências

AVIGHI, Carlos Marcos. *Euclides da Cunha Jornalista*. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 1987.

COSTA, Cristiane. *Pena de Aluguel: escritores jornalistas no Brasil – 1904 a 2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Tchê, 1987.

GUEDES, Nicoli Glória De Tassis. *Nos rastros de Rota 66 e Abusado: o livro-reportagem e a tradição das narrativas realistas / naturalistas brasileiras*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2007.

LIMA, Luís Costa. *Sociedade e Discurso Ficcional*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

RICOEUR, Paul. *Do texto à acção*. Porto: Res, 1991.

WOLFE, Tom. *Radical Chique e o Novo Jornalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CAPÍTULO 6

JORNALISMO / ENTRETENIMENTO

Opostos que se atraem ou faces da mesma moeda?

FERNANDA MAURICIO DA SILVA

#razão #emoção #formatos jornalísticos #cultura massiva

1. Começando um bate-papo

“Meu sonho? Meu noticiário ser divertido de assistir. Esse é meu sonho”. Essa frase foi dita pela personagem Shin Jae-kyung, interpretada pela atriz Seo Jae-hee, no drama coreano “Vinte e cinco, vinte e um” (temporada 1, episódio 11, 32’51” – 35’01”). Na trama, a personagem é a âncora de um telejornal de horário nobre no início dos anos 2000, e se encontra num momento desafiador para manter a audiência. A personagem se ressentida de que o telejornal compete com: “filmes, séries, livros, bate-papo online, beber e conversar com os amigos... Tudo isso é minha concorrência. Quero que assistam ao noticiário mais do que tudo isso. Quero que parem o que estão fazendo e liguem a TV”.

A confissão de Shin Jae-kyung nos faz pensar não apenas no caráter mercadológico do telejornalismo, que toma decisões em função de suas estratégias de competitividade diante de outros produtos midiáticos, mas diz de uma aproximação do jornalismo com a esfera do divertimento ou, de forma mais ampla, do entretenimento. Essa aproximação

gerou diversas inquietações, estudos e pesquisas, tomando o jornalismo impresso, a web, mas principalmente a televisão como objeto.

A TV tornou-se o espaço midiático preferencial para analisar as aproximações entre jornalismo e entretenimento em função de um discurso que se formou desde seu início: em relação a outros produtos jornalísticos, como o rádio e o jornal impresso, e outras mídias audiovisuais, como o cinema, a TV estava inserida fortemente na lógica da indústria cultural e do mercado, voltada para a cultura popular massiva e apelando para estratégias de “sedução” da audiência. Essa forma negativa de enquadrar a televisão levou a uma inferiorização de seus formatos e suas práticas foram assumidas como procedimentos de menor qualidade em relação a outras mídias.

Com o objetivo de “tornar o jornal divertido”, o campo de produção do jornalismo recorre a estratégias diversas, desde o uso de formas visuais e sonoras (trilhas musicais, recursos gráficos, efeitos de imagem, cenas de filmes e/ou desenhos animados etc), até adaptações textuais e discursivas, como o uso da informalidade e da conversação entre os jornalistas no estúdio. Quando se fala, portanto, sobre a aproximação entre o jornalismo e o entretenimento, o que se procura é separar as duas esferas e ratificar suas diferenças, salientando apenas os momentos em que uma recorre à outra.

Historicamente, a aproximação entre jornalismo e entretenimento não foi vista com bons olhos pelo campo jornalístico que, após o século XIX, rechaçou o entretenimento de seu processo de legitimação. Mas por que isso ocorreu? Em que momento essas duas dimensões se colocaram em lugares opostos, de forma que uma deslegitimava a outra? Para compreendermos essas questões e seus desdobramentos, vamos iniciar retomando alguns significados que a palavra “entretenimento” adquiriu ao longo da história, lembrando-nos de que a linguagem é dinâmica, ela se altera de acordo com as mudanças culturais e agregam novos significados e valores ao longo do tempo.

2. Disputas entre jornalismo e entretenimento

Motivado pelas distinções entre arte e entretenimento, o filósofo Richard Shusterman realizou uma pesquisa sobre as transformações dos sentidos

do termo “entretenimento” e suas diversas apropriações nos campos da filosofia e das ciências sociais. Em sua genealogia, o autor mostrou que, historicamente, os significados de “entretenimento” se fizeram em oposições com outros valores. Uma das primeiras foi educação/conhecimento x entretenimento, estabelecida por Sócrates e outros filósofos gregos para os quais a verdadeira filosofia mantinha seriedade apenas no debate oral de ideias, por meio do qual o intelecto é cultivado.

Assim, o verdadeiro conhecimento só poderia ser alcançado quando o intelecto não se desviava da racionalidade e do cognitivo. O prazer, relacionado à esfera do entretenimento, entrava nessa equação como um desvio que afastava os indivíduos do esforço intelectual ativo. É o que afirmam os filósofos acerca da arte, que provocava prazer imediato e infantil, que se desviava do valor filosófico de verdade. Se para Platão, as artes visuais, com seu divertimento intrínseco, promoviam uma distorção da seriedade e a corrupção da alma pelo deleite, para Aristóteles as artes miméticas e seus prazeres eram definidos como versões inferiores do contentamento provocado pelo conhecimento filosófico.

Já no século XVI, Michel de Montaigne é responsável por retomar um outro sentido para o termo “entreter” de modo a legitimá-lo e tensionar os significados dominantes até então. Segundo o filósofo, a mente precisa de uma distração a fim de reter os conteúdos e elaborar o pensamento. Assim, o autor via no prazer e na distração formas de elevar a mente e promover melhor construção do conhecimento. Assim, ele destaca outro significado de “entretenimento”: estar prazerosamente absorto, permanecer seriamente envolvido com alguma atividade *enquanto se diverte*.

Para Montaigne, o entretenimento pode envolver não apenas mero prazer, mas também o exercício superior da mente. Por isso, *entreter não é um aspecto negativo em si mesmo* e, ao contrário de diminuir a mente, ele pode fortalecê-la, providenciando alívio e um exercício alternativo que promove um descanso. Com isso, o autor nos permite compreender que o entretenimento não é essencialmente vazio e não possui necessariamente um teor negativo. São os valores da sociedade que, quando agregados ao entretenimento, lhe dão conotações positivas ou negativas, estabelecem oposição ou ponte para que algo novo e produtivo se forme.

Ainda em nossa breve genealogia do termo “entretenimento”, o binômio arte x entretenimento persistiu até o século XX e ainda podemos localizar ecos dessa antiga discussão. Nessa dicotomia, arte é a expressão de tudo que há de melhor produzido numa sociedade, enquanto o entretenimento é reduzido ao aspecto mercadológico. A separação entre as duas esferas ganhou contorno mais forte com as pesquisas desenvolvidas na Escola de Frankfurt, que estabeleceu uma distinção entre alta e baixa cultura, legitimando algumas expressões culturais, como a ópera, a literatura, as artes plásticas, a música clássica, e invalidando outras, tais quais a literatura popular, a televisão, a música massiva.

Nesse embate, os sentidos de entretenimento provenientes da antiguidade e do iluminismo que orientaram uma leitura estética sobre a arte predominaram na criação de categorias para análise da cultura e seus produtos. Essa leitura da Escola de Frankfurt sobre arte e entretenimento é tributária dos filósofos do século XVIII, especialmente Hegel, que identificava o entretenimento como algo indigno e sem valor, uma distração das coisas sérias e importantes que ampliavam a mente e a racionalidade. Num período em que o Iluminismo gestava um projeto de sociedade calcada em sentidos de modernidade, racionalidade, liberdade e autonomia dos sujeitos, as dimensões de seriedade e formalidade tornaram-se valores a serem buscados nas práticas culturais, políticas e sociais. Por isso, novas dicotomias ganharam relevo nesse momento: razão x emoção; subjetividade x objetividade; fato x opinião. E em boa medida, essas dicotomias se fizeram marcantes na forma como o jornalismo se constituiu e se constitui ainda hoje.

No entanto, na própria Escola de Frankfurt uma leitura alternativa sobre o entretenimento se forjou na contramão de uma distinção entre alta e baixa cultura. Walter Benjamin (1982) trouxe uma relevante contribuição para pensar numa nova forma de sociabilidade que se formava a partir do consumo de produtos da cultura massiva. Para ele, o público que ia à sala de cinema encontrava-se completamente absorto, desenvolvendo sua percepção, enquanto se distraía prazerosamente com o filme. Benjamin entendia que essa forma de recepção era “sintoma de importantes modificações” de todo um campo de experiência que trans-

formava o público das salas escuras em não apenas um espectador, mas em “um examinador que se distrai” (1982, p. 238).

Com isso, Benjamin chamou a atenção para uma nova sensibilidade que estava em formação, uma percepção que não rejeita a atitude crítica, mas a elabora enquanto se distrai. Com base nisso, autores como Itania Gomes (2008) entendem o entretenimento como um valor das sociedades contemporâneas que estabelece o prazer como forma de recepção. Portanto, temos dois sentidos predominantes sobre o entretenimento que se colocam em permanente disputa: de um lado, uma dimensão cuja ênfase se coloca no divertimento como distração, de outro, o entretenimento como valor que indica formas de consumo em que os sujeitos se envolvem com os produtos enquanto se distraem. Quando o jornalismo se constitui como uma instituição social da modernidade, apenas um desses sentidos foi utilizado para corroborar com sua legitimidade e servir como justificativa para o papel que assumia na sociedade.

3. Mas de que jornalismo estamos falando?

Em diversos capítulos deste livro, iremos ver que os modelos de jornalismo são plurais, ganharam ou perderam força em momentos específicos da história, transformaram-se para se ajustar aos novos valores que a sociedade trouxe. Até o século XVIII, eram conhecidos dois modelos mais expressivos de práticas jornalísticas (ainda que não tivessem esse nome). Por um lado, predominavam folhetins, textos muito próximos aos literários, crônicas que relatavam o cotidiano de forma subjetiva, divertida e cujo objetivo era prender a atenção dos leitores. Portanto, de acordo com os critérios da época, os jornais eram produtos de entretenimento, de baixa cultura, menos comprometidos com a intelectualidade do que com o divertimento.

Por outro lado, havia o jornalismo panfletário opinativo com textos argumentativos que defendiam ideias e opiniões de seus autores. Esse modelo de jornalismo precedeu a formação dos estados democráticos europeus e foi responsável por publicizar suas ideias, “vender” um novo modelo de sociedade em que as noções de público, igualdade e cidadania permitiriam uma nova experiência política. E a estrutura dos textos argumentativos concretizava alguns dos valores iluministas, em

especial a razão em torno de argumentos. Com as revoluções sociais na Europa e a implantação de regimes democráticos especialmente no contexto inglês, o jornalismo, no século XIX, se reestruturou para assumir um novo papel: o de mediador entre assuntos do campo político e a sociedade. Fortemente arraigado numa dimensão de esfera pública tal qual formulada por Jürgen Habermas (1984), o jornalismo adotou valores para sustentar esse discurso autolegitimador: a transparência e a fiscalização contra o segredo de estado; a autonomia e a defesa do interesse público contra a dependência política e econômica; a objetividade e a razão contra a opinião e a emoção.

Notemos que a formação desse discurso legitimador do jornalismo moderno destituiu a dimensão mercadológica que marcou seu desenvolvimento: para desvencilhar-se do patrocínio político, o jornal passou a vender espaços para publicidade, assim como passou a ser comercializado nas ruas a baixou preços. De acordo com Michael Schudson (2010), muitas das estratégias visuais e textuais adotadas pelos jornais tinham como finalidade aumentar suas vendas e atrair a atenção do público. Os jornais populares usavam cores fortes e letras grandes para tratar de assuntos cotidianos de um público que lia os jornais no trem enquanto se deslocava para o trabalho, enquanto os jornais voltados para as elites convencionaram uma estética mais sóbria e temática baseada em temas como política e economia.

Como nos mostra Gutmann (2014), apesar de as questões mercadológicas terem sido muito relevantes para a construção do jornalismo, os fatores considerados para a legitimação dos produtos levavam em conta apenas sua dimensão discursiva, tornando o jornal um espaço de discussão de assuntos sérios a respeito da vida coletiva. Questões de âmbito íntimo, assuntos domésticos, problemáticas ligadas à identidade e ao corpo estavam ausentes do escopo do “jornalismo sério”. Deste modo, a relação com a noção habermasiana de esfera pública fortaleceu-se no jornalismo, que se constituiu numa instituição social relevante para a promoção do debate público de ideias, quase como se o espaço do jornal fosse uma arena para a disseminação de ideias, papel também foi referendado socialmente.

Nesse processo, o entretenimento e as dimensões relacionadas a ele – emoção, intimidade, diversão, prazer – foram destituídas de valor pelo campo jornalístico, que agarrou-se à informação, ao interesse público, à objetividade, à transparência. Porém, o que observamos nas práticas jornalísticas cotidianas é algo muito mais complexo, pois os jornais, revistas, emissoras de rádio e TV, portais na internet constantemente empregam marcas que vêm do campo do entretenimento, como quando o telejornal se constitui como telenovela (Coutinho, 2006), ou quando os apresentadores de telejornais batem papo ao vivo (Silva, 2010). A própria noção de esfera pública foi revista para adequar-se às novas dimensões de cidadania que hoje vemos em construção. Para além da dimensão cívica, a cidadania se expressa no consumo que diz sobre as identidades em construção e em disputa (Canclini, 2010). Por isso, para Örnebring e Jönsson (2004), se por um lado o jornalismo fixou temas da esfera íntima como parte de um processo de tabloidização, por outro, são esses os lugares onde os sujeitos se constroem e movimentam o debate público emocional. Segundo os autores, a audiência deve ser pensada não apenas a partir de seu papel político institucional (por meio do voto), mas em todo o espectro de sentimentos, pensamentos e emoções. Por isso, os autores afirmam que “para motivar os cidadãos a assumirem seu lugar no discurso político, é necessário para as notícias midiáticas tentar alcançar e apelar a ambos: a mente humana racional e às emoções” (ÖRNEBRING; JÖNSSON, 2004, p. 8-9).

Por isso, acreditamos que é mais produtivo olhar para a relação entre jornalismo e entretenimento sem atribuir juízo de valor *a priori*, sem desmerecer as práticas utilizadas para construir a informação e, sobretudo, sem estabelecer uma barreira que isola os dois campos. Em alguns casos, a aproximação entre jornalismo e entretenimento rendeu produtos reconhecidos pela sociedade, pela crítica acadêmica e pela crítica midiática como produtos de qualidade. Um deles foi o *talk show* *Jô Soares Onze e Meia*, exibido pelo SBT entre 1988 e 1992, que trazia entrevistas bem-humoradas com celebridades e representantes políticos. O programa chegou na emissora de Sílvio Santos num momento em que buscava melhorar a qualidade de sua programação, acusada pelos

críticos de TV e por agentes políticos de trazer de volta uma programação “mundo cão”, com forte apelo popularesco (Freire Filho, 2004).

Até então, Jô Soares havia se tornado conhecido na televisão como humorista do programa *Viva O Gordo* (Globo, 1981 a 1987), mas sua trajetória é bem anterior: ele participou da produção do que é hoje considerado o primeiro *talk show* brasileiro, o *Bate-Papo com Silveira Sampaio*, exibido pela TV Paulista em 1958 e depois pela Record até 1964 com o nome *SS Show*. Após esse período, tentou ancorar seu próprio *talk show* na Globo, o *Globo Gente* (1973) que durou apenas sete meses. Jô Soares também ficou conhecido por sua atuação no Pasquim, assegurando uma trajetória intelectual em busca da redemocratização no país. Essa combinação entre jornalismo e humor foi o que levou o *Jô Soares Onze e Meia* a ter sido considerado um dos principais programas de entrevistas do país em 1992, como afirmou a revista *Veja*: “como jornalismo, *Onze e Meia* é uma aula de pós-graduação. [...] Como humor, o programa exhibe um talento nato, que não dedica a piada pela piada e passa longe de qualquer atitude que lembre a palavra grossura” (A VITÓRIA DA GRAÇA..., 1992, p. 82-83).

Como podemos observar nesse trecho, para o crítico de TV, o sucesso do programa residia na combinação das duas coisas: um bom jornalismo e um bom humor. Também se pode notar outros valores típicos do campo de entretenimento, como a leveza de uma conversa, e do campo do jornalismo, como perguntas perspicazes que incomodam o entrevistado. Deste modo, a crítica e a sociedade receberam com bons olhos a junção das duas esferas.

Para Itania Gomes (2008), as fronteiras entre informação e entretenimento sempre foram porosas e, mais recentemente, se abriram ainda mais, aviltando um conjunto de estudos fundamentados pelo neologismo “*infotainment*” ou *infotenimento*. Para a autora, os recursos para construção do *infotainment* são inúmeros, tanto do ponto de vista de seu conteúdo, quanto das estratégias semiótico-discursivas: no primeiro caso, áreas da vida prioritariamente voltadas ao lazer (esporte, cultura, moda, música), ênfase na vida privada, no comportamento, no bem-estar e cuidado com o corpo; no segundo, incluem-se os recursos sonoros, grafismos, vinhetas, narrativa leve e agradável, bate-papo de

apresentadores de telejornais entre si e com repórteres entre outros (Gomes, 2008, p. 7-8).

O *Jô Soares Onze e Meia* é um dos casos em que o bate-papo se apresenta como estratégia produtiva para a construção de uma entrevista de qualidade. Um caso ainda mais ambíguo é do programa *Estúdio i*, presente numa rede televisiva *all news*, a *Globonews*. Em seus primeiros anos de exibição, o *Estúdio i* assumia-se como um programa que misturava “informação, inteligência e informalidade” num formato híbrido entre telejornal e *talk show* (Silva, 2014).

Hoje apresentado por Andrea Sadi, que construiu sua carreira na emissora em coberturas ao vivo do campo político, o programa se apresenta ao telespectador como um “telejornal [que] antecipa tendências e discute os principais acontecimentos do dia, de maneira descontraída e com interatividade”. A jornalista traz sua trajetória para discutir os temas árdios da esfera pública de forma leve, aprofundada pela presença de colunistas de diversas áreas que refletem sobre temas da atualidade. O clima de conversação entre os participantes contribui para a construção de uma informação fora da que foi convencionalizada pelo telejornalismo. Embora não seja um consenso entre os telespectadores, o programa atrai boa parte da audiência pela mistura entre marcas de jornalismo e entretenimento.

Os exemplos acima tratam de hibridações no âmbito televisivo, mas a vinculação entre jornalismo e entretenimento não se esgota na TV. Os novos formatos midiáticos proliferam as possibilidades de interseção entre as duas esferas, de modo a borrar ainda mais as supostas fronteiras que separam as duas esferas. Podcasts como *Mamilos*, *Medo e delírio em Brasília* e *Modus Operandi* são alguns exemplos de produtos em que informações jornalísticas ou mesmo um trabalho de investigação acionam marcas de entretenimento para fazer refletir enquanto divertem.

Esses casos também ilustram o modo como marcas dos dois campos, vistos nos estudos de jornalismo como esferas opostas, podem se unir a fim de gerar um produto informativo com profundidade, sem perder a seriedade e sem deslegitimar a dimensão do prazer do consumo. Também demonstram que as práticas jornalísticas têm se utilizado historicamente e ainda mais na atualidade de elementos considerados como “do entretenimento” de modo sistemático para enriquecer suas narra-

tivas e para atrair a audiência. Certamente muitas práticas usam estratégias de entretenimento para vender ou chamar a atenção do público sem o objetivo de produzir e ampliar um conhecimento (quem nunca caiu numa notícia “caça-cliques”?). Por isso, levantar uma barreira entre as duas instâncias talvez não seja o caminho mais profícuo para compreendermos os modos como o jornalismo efetivamente se constrói na atualidade. Quem sabe o lugar mais produtivo seja olhar a partir das interfaces que o jornalismo estabelece com tantas instâncias sem estabelecer juízos de valor à priori, uma vez que muitas vezes é na interseção entre as múltiplas esferas que algo novo se forma, se renova e se transforma.

Desentendendo...

1. Quais estratégias de entretenimento você encontra em programas jornalísticos do horário nobre?
2. Na sua opinião, há algum programa de jornalismo que escape de alguma marca de entretenimento? Qual e de que maneira?
3. Como formatos não jornalísticos constroem uma informação sobre o mundo?
4. De que forma assuntos da esfera íntima podem contribuir para uma reflexão mais ampla sobre a realidade ao nosso redor?

Referências

A VITÓRIA da graça e da inteligência. *Veja*, São Paulo, p. 82- 83, 19 ago. 1992.

BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Época de sua Reprodutibilidade Técnica. In: LIMA, Luiz Costa (org). *Teoria da Cultura de Massa*, 3ª, Rio de Janeiro: Ed. Terra e Paz, [1936] 1982, pp. 209-240.

CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

COUTINHO, Iluska. Telejornal e narrativa dramática: um olhar sobre a estrutura da informação na TV. In: PEREIRA JÚNIO, Alfredo, MOTA, Célia, PORCELLO, Flávio (orgs.). *Telejornalismo: a nova praça pública*. Florianópolis: Insular, 2006, pp. 99-124.

FREIRE FILHO, João. Notas históricas sobre o conceito de qualidade na crítica televisual brasileira. *Galáxia*, São Paulo, n. 7, p. 85-110, abr. 2004.

GOMES, Itania Maria Mota. O embaralhamento de fronteiras entre informação e entretenimento e a consideração do jornalismo como processo cultural e histórico. In: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lília Dias de (Org.). *Em torno das Mídias*. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 95- 112.

GUTMANN, Juliana. *Formas do telejornal: linguagem televisiva, jornalismo e mediações culturais*. Salvador: EDUFBA, 2014.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

ÖRNEBRING, H; JÖNSSON, A.M. *Tabloid journalism and the Public Sphere*, 15:e Nordiska konferensen för medie- och kommunikationsforskning, Reykjavik, 11-13 augusti 2001, Arbetsgrupp: Mediehistoria (capturado em <http://www.nordicom.gu.se/mr/iceland/papers/five/AMJonsson.doc>, em 26 de janeiro de 2008)

SCHUDSON, Michael. *Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, Fernanda Mauricio. Telejornal com clima de talk show: a hibridização de gêneros televisivos no Estúdio i. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart, SACRAMENTO, Igor, ROXO, Marco. Televisão, história e gêneros. Rio de Janeiro :Editora Multifoco, 2014, pp. 134-154.

SILVA, Fernanda Mauricio. *A conversação como estratégia de construção de programas jornalísticos televisivos*. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, UFBA, 2010.

SHUSTERMAN, Richard. *Entertainment: a question for aesthetics*, British Journal of Aesthetics, vol 43, no. 3, julho 2003, 289-307.

CAPÍTULO 7 HARD NEWS / SOFT NEWS

Não “tá suave”

FELIPE BORGES

#notícia #temporalidade #jornalismo moderno #hierarquias

O jornalismo busca, em alguma medida, organizar o mundo — uma pretensão e tanto. Por meio do trabalho jornalístico, os acontecimentos cotidianos (dos mais variados tipos e com as mais diversas consequências) ganham a forma de texto, som e imagem, num ritmo que precisa ser cada vez mais acelerado. É irônico, assim, que o caráter organizado e organizador do resultado final — a notícia, construída a partir de uma série de protocolos consagrados — se oponha a um dia a dia não raro caótico e errático por parte das/dos profissionais da informação, que se apressam para fechar a edição do jornal do dia. Como dizem, “quem vê *close* não vê corre”.

Não surpreende, portanto, que jornalistas e empresas de comunicação tenham buscado organizar sua rotina profissional e procurado dotar de algum sentido os processos e as escolhas que permeiam o cotidiano jornalístico. O problema é quando tais definições ganham ares de verdade absoluta, justificada com base em parâmetros utilizados pelo jornalismo, como instituição, para se legitimar. É o caso da divisão das notícias entre *hard* e *soft news*.

O que faz uma notícia ser *hard* ou *soft*? Essa é a primeira pergunta que surge quando se considera tal diferenciação. Porém, como toda definição

que se pretende universal e exata, a classificação é escorregadia e problemática — tanto jornalistas quanto pesquisadoras/es jamais conseguiram responder a ela de forma satisfatória e/ou concordante. Basta observar diversos artigos sobre o assunto, inclusive o clássico texto de Gaye Tuchman (1973), cuja metodologia incluía entrevistas com jornalistas — que se viam, a julgar pelas respostas oferecidas, em apuros ao serem confrontados com a indagação sobre o que faz uma notícia ser *hard* ou *soft*.

Os modos pelos quais se tenta responder à questão revelam elementos fundamentais acerca da constituição do jornalismo como instituição social e das suas relações com a temporalidade. Afinal, o que essa confortável dicotomia entre *hard* e *soft* nos mostra sobre a maneira como o jornalismo se entende e se coloca para o mundo? Qual o seu apelo para permanecer viva até hoje? Que luzes ela lança sobre a complicada relação do jornalismo com a temporalidade? E, por fim, como ela pode ser posicionada na atualidade, décadas após sua formulação inicial?

1. Uma coisa é uma coisa

A origem dos termos *hard* e *soft* não é precisa, mas sabe-se que foram jornalistas, e não acadêmicos, os primeiros a utilizá-los (MARTINS, 2016). No artigo “*Making news by doing work: routinizing the unexpected*”, Tuchman (1973) busca entender de que forma as/os jornalistas criam uma rotina para lidar com algo recorrente em seu cotidiano: o inesperado. Dentre as estratégias utilizadas, está a separação das notícias em diferentes classificações, sendo a oposição entre *hard* e *soft* talvez a mais famosa delas. No texto, Tuchman mostra como as/os próprias/os jornalistas tinham dificuldade para caracterizar os dois padrões de notícia, que diriam respeito ao tipo de conteúdo noticioso.

Na pesquisa realizada pela autora, algumas/alguns se valeram do recurso de citar exemplos para definir as *hard* e as *soft news*: no caso das primeiras, as referências iam de uma proposta legislativa a um assassinato, passando por um acidente de trem; no das segundas, citavam a história de um motorista de ônibus que é simpático com os passageiros e a vida de uma urso solitária. Ora, o uso de exemplos como modo de definição já escancara o problema, pois as categorias são caracterizadas pela consequência de sua divisão (os exemplos concretos), e não pelos motivos que

supostamente as fundariam e as tornariam relevantes e necessárias.

Feita essa consideração, voltemos à pergunta fundamental: o que as categorias *hard/soft* pretendem definir? Como segmentam as notícias? Ao analisar os trabalhos de autoras/es que se debruçaram sobre o assunto (os quais são referenciados ao longo deste capítulo), pode-se perceber que *hard* e *soft news* são categorias que enfatizam ora uma questão temática, ora uma dimensão temporal, as quais se encontram entrelaçadas. No primeiro caso, a oposição se daria entre as notícias que tratam de assuntos “importantes” e “sérios” — como política e economia —, assim chamadas *hard news*; e as que abordam tópicos “interessantes” e “leves” (e, por tabela, supostamente “menos relevantes”) — como cultura, moda, gastronomia e estilo de vida —, os quais comporiam as *soft news*. No segundo caso, ligado ao primeiro, o contraste se daria entre as matérias urgentes, de publicação imediata (ou seja, notícias “quentes”), que representariam as *hard*; e aquelas que não tem a necessidade de saírem em dado momento específico (consideradas “frias”), taxadas de *soft*.

Percebe-se, desta feita, como a categorização atende a um modo de se organizar a produção da notícia: um dos objetivos é estabelecer quais matérias devem sair naquele dia, em quais editorias, com mais ou menos destaque na edição do jornal. O problema é a tomada dessa forma de organização como algo natural, tanto por jornalistas quanto por acadêmicas/os: da maneira como são colocadas, as categorias surgem como força imanente, como algo que “existe no mundo” e deve ter a sua essência percebida pela/o jornalista, cuja missão seria separar os eventos entre os que dão origem às *hard* e às *soft news*. E, quanto mais isso é feito nas redações jornalísticas mundo afora e aceito acriticamente por pesquisadoras/es, mais passa a parecer, de fato, incontornável. Vamos, então, demonstrar de que maneira tais categorias são apenas um modo de organizar a forma como se produzem as notícias — e como se revelam limitadas e simplistas em sua pretensão, uma vez que tal segregação não se sustenta na realidade.

2. A importância do interessante, a “interessância” do importante

A naturalização da divisão tratada neste texto compõe o paradigma do jornalismo moderno, assentado em ideais como a objetividade e em

proposições como a do “espelho do mundo”: a “dureza” ou a “suavidade” da notícia se encontraria na própria essência dos acontecimentos. No caso das *hard news*, por exemplo, o fato se faria escolher. Da maneira como isso é colocado, parece que a compreensão sobre os eventos do mundo está dada, e caberia ao jornalista apenas filtrar os eventos segundo um critério desistoricizado, que atravessa o tempo e o espaço e serve para qualquer situação profissional. Em outros termos, tratar-se-ia somente de um esforço para determinar como fazer a transição entre os acontecimentos que entram nas redações para as notícias que dela saem, retornando, enfim, para o mundo: um governador acusado de corrupção é *hard news*, a nova exposição no museu é *soft*, um grave acidente de carro é *hard*, o modo correto de cuidar das plantas no verão é *soft* etc..

A divisão *hard/soft* é, como dissemos, um modo de se organizar a produção da notícia. Adotamos essa noção com vistas a enfatizar que se trata de uma divisão cuja origem é fortemente arbitrária, a qual define o próprio “acontecer” jornalístico — quer dizer, não é algo que surge depois dos acontecimentos, mas que formata a maneira mesma como eles são apreendidos pela/o jornalista. Isso definirá, de forma decisiva, o enquadramento dos eventos, o olhar lançado ao mundo, o diálogo proposto a leitoras e leitores.

Além disso, qualquer pessoa que abre o jornal, liga a TV no noticiário do dia ou acessa portais jornalísticos pode perceber: a variedade de notícias — em termos de assunto, tamanho, objetivo, alcance etc — é tal que seria, no mínimo, ingênuo acreditar na possibilidade de separá-las em duas caixinhas fechadas e apartadas. Algumas matérias não caberiam em nenhuma das duas, outras se adequariam a ambas, e ainda haveria aquelas que apresentariam partes dignas ora de uma, ora de outra. Daí a proposta de Elizabeth de S. Bird e Robert W. Dardenne (1999) de considerar a notícia como um mito, justamente para se contrapor à categorização *hard/soft*: mais do que o tipo de assunto ou o conteúdo informado, é preciso pensar as matérias jornalísticas como parte de um sistema simbólico duradouro — que educa, movimenta a cultura e dissemina valores ao construir um mundo próprio.

A busca por definições precisas e universais atende a uma demanda muito cara ao jornalismo: a de sua própria legitimação. O jornalismo

procura se legitimar como instituição moderna, o que envolve sua construção como disciplina autônoma, uma forma de conhecimento e parte fundamental dos modos de se compreender e de se gerir a experiência do tempo. Tal esforço encontra esteio na construção do jornalismo nos moldes da imprensa do século XX nos Estados Unidos, país que serve de referência, em boa medida, para o que seria o tal “jornalismo moderno” — fundado num paradigma que separa fato e texto, objetividade e subjetividade, mundo e linguagem. Assim, opera-se por divisões muito categóricas e, por diversas vezes, reducionistas e pouco produtivas no que se refere às práticas e aos conceitos que rondam o fazer jornalístico — neutralidade, realidade, não ficção e, enfim, *hard/soft news*, para ficar em apenas alguns exemplos.

Voltemos, mais detidamente, à oposição fundamental entre *hard* e *soft*. As notícias duras seriam aquelas centradas em fatos e acontecimentos, se apresentariam na chave do registro e primariam pela objetividade. Já as suaves se caracterizariam pelo cunho subjetivo e pelo “interesse humano”, e contariam com maior autonomia interpretativa do jornalista, até mesmo com certa possibilidade inventiva de sua parte. No caso das *hard*, caímos no velho, e talvez mais fundamental, ideário do jornalismo moderno: o da objetividade, do registro do fato. Esse postulado se apoia numa visão que separa a realidade de quem a vive/interpreta — aspecto que, no caso específico do universo jornalístico, subtrai da/o jornalista seu papel como sujeito histórico e social no modo como vivencia o mundo, experimenta os acontecimentos e constrói uma possível versão do ocorrido, a partir de um recorte mais ou menos qualificado, mais ou menos ético.

É até curioso: em sua busca pela legitimação, o jornalismo transforma seu principal agente num mero reproduzidor de fatos, numa quase nulidade cujo dever seria filtrar acontecimentos que chegam prontos (tendo como bússola uma deontologia limitada) a fim de transmiti-los para o público. É muito mais interessante (e condizente) pensar a/o jornalista de outra maneira: um sujeito que faz parte do mundo, que é considerado competente a partir não apenas de sua capacidade de mimetizar as práticas de um manual, mas de saber seu lugar no mundo e de construir versões dos acontecimentos que prezem pela coerência com o

contexto, pela qualidade do texto, pelo repertório cultural e histórico e pelo compromisso ético com a sociedade. Trata-se de um profissional que, enfim, não posiciona um espelho para o mundo, mas ajuda a criar imagens pertinentes para se compreendê-lo melhor.

Por sua vez, a aproximação das *soft news* com a “subjetividade” também é problemática, quando elas supostamente cederiam espaço para a “autonomia interpretativa” da/o jornalista — como se o esforço de interpretação não fosse parte fundamental do fazer jornalístico. Além disso, seriam dotadas de “interesse humano”. Ora, o que seria uma matéria jornalística sem interesse humano? Haveria, por acaso, alguma peça informativa desprovida de tal demanda? E, se houvesse, seria digna de sequer ser publicada? Revela-se, inclusive, uma contradição: as *hard news* seriam “importantes”; as *soft*, de “interesse humano”. Então o que é importante não é de interesse humano? Esse tipo de segmentação reforça lugares-comuns: o de que, por exemplo, política e economia são assuntos chatos e/ou difíceis, ainda que necessários. Será que isso não reforçaria (ou autorizaria), no fim das contas, um tipo de cobertura que se abstém de torná-los mais atraentes para o público em geral?

O estabelecimento das *soft news* como pouco importantes — quase como simples curiosidades que as pessoas *querem*, mas não *precisam* saber — acentua também uma visão que rebaixa, por exemplo, assuntos ligados à cultura — mera “perfumaria” jornalística, por assim dizer. A divisão *hard/soft* revela-se, portanto, limitada não só do ponto de vista jornalístico, pois escancara certa perspectiva sobre o que seria fundamental para a sociedade como um todo. As artes, por exemplo, jamais poderiam ser dignas das *hard news*, pois envolveriam assuntos secundários: não seriam importantes, mas apenas de “interesse humano”. Ao se compartimentalizar os campos da existência social dessa forma, ignora-se que, nesse caso específico, as produções artísticas materializam percepções, sentimentos e disputas da sociedade os quais, sem elas, se encontrariam dispersos; e que, ao mesmo tempo, a circulação dessas produções passa a integrar tal espírito do tempo, numa troca dinâmica e incessante dotada de repercussões éticas e políticas.

Além disso, como já apontaram diversas autoras (ZIEGLER; WHITE, 1990; LUMBY, 1994; LIEBLER; SMITH, 1997), a divisão enseja, histori-

camente, uma dinâmica que também é de gênero. Isso porque, durante muito tempo (e ainda hoje isso não é raro), a visão predominante é de que jornalistas homens devem ficar responsáveis pelas *hard news*, enquanto às mulheres são reservadas as *soft*, inclusive porque as primeiras seriam de interesse do público masculino e as segundas, do feminino.

E quando nos voltamos para o noticiário, como sustentar essa divisão? Mesmo nos Estados Unidos, onde surge a separação, seria realmente possível divorciar, por exemplo, política (*hard*) e escândalos da vida privada (*soft*)? Não se verifica, ao longo das últimas décadas, certa obsessão de estadunidenses com a vida pessoal, amorosa e sexual de seus políticos (CHACOFF, 2014), que torna um tanto insustentável a oposição *hard/soft*? Ademais, o que seriam as figuras políticas que despontaram recentemente em diversos países (incluindo o Brasil), se não caricaturas dignas das páginas de jornais que dificilmente seriam considerados referências de *hard news*?

No Brasil, talvez mais fortemente nos últimos anos, seria também incongruente afirmar que o noticiário político esteve separado do escandaloso e mesmo do grotesco, quando o radicalismo em ascensão veio temperado com um gosto pelo obsceno, um apreço pelo humor perverso e uma estética abertamente tosca. Alguns desses personagens lamentáveis, por sinal, ganharam fama muito por conta de sua atuação não no meio político, mas na mídia de entretenimento, em *reality shows* e programas de humor. E mais: atrações televisuais que misturam política e humor — as quais noticiam e comentam eventos da semana, tais como o *The Late Show* com Stephen Colbert (CBS) e o *Greg News* (HBO) — embaralham ainda mais essa divisão, como já demonstrado por Sam N. Lehman-Wilzig e Michal Seletzky (2010).

3. Devagar com o andar

Não se pode esquecer que, para além do aspecto temático, há um forte componente temporal quando se trata da divisão *hard/soft*. Enquanto as notícias “duras” têm a ver com o imprevisto, com o urgente, com aquilo que precisa ser divulgado de imediato, as “suaves” podem esperar, não “envelhecem” se deixadas para integrar a edição do jornal dos dias ou das

semanas seguintes. Isso coloca outra camada na hierarquização, quando o jornalismo mais valorizado é aquele do inesperado, das *breaking news*.

No aspecto temporal, a relação do jornalismo com o que se encontra na “ordem do dia” embasa discursos (interessados, mais uma vez, na busca pela legitimação) os quais posicionam o jornalismo na pomposa categoria de “história do presente”. Essa imagem também é problemática, na forma simplória como compreende o jornalismo, a história e a temporalidade.

Em primeiro lugar, assumir o jornalismo como história do presente implica determinar que a história, como campo do conhecimento, daria conta dos acontecimentos do passado — enquanto os eventos contemporâneos caberiam ao noticiário (e o futuro, há de se perguntar, ficaria a cargo de quem?). Tal perspectiva trabalha, acima de tudo, com uma divisão artificial entre passado e presente, como se a história não invadisse o nosso cotidiano e o jornalismo não amarrasse os assuntos do dia a partir de uma contextualização histórica e de um olhar mnemônico. Não se faz jornalismo sem perspectiva histórica, assim como não existe historiografia desprovida da ótica contemporânea.

A própria experiência do tempo não pode ser assim apartada. Não vivemos, afinal, num presente absoluto: experienciamos passado e futuro a todo momento, de diversas formas, em diferentes chaves, de maneira porosa e alternada, seja assistindo a uma reportagem sobre um acontecimento histórico, estudando projeções baseadas em dados científicos, visitando o museu, ouvindo uma canção de décadas atrás, alimentando expectativas sobre eventos programados etc.

Além do mais, é preciso alinhar expectativas. Dizer que o jornalismo não faz história não significa rebaixá-lo ou inferiorizá-lo. Como lembra Carlos Alberto de Carvalho (2012), o tipo de conhecimento da realidade propiciado pelo jornalismo não é da mesma ordem de campos como a filosofia e a sociologia. Sua força não está na elaboração de discursos acerca dos sentidos da existência ou das explicações sobre os problemas sociais, mas na capacidade de atualização constante e de registro histórico elementar no que se refere a acontecimentos culturais, políticos e econômicos, por exemplo — os quais fundamentam diversos outros discursos produzidos na sociedade, de hoje e de amanhã. O jornalismo se insere, como afirma Carvalho, numa busca por apanhar o tempo, em

seu esforço por trazer à tona costumes, disputas e contradições de cada época e sociedade.

Como seria possível à/ao jornalista fazer historiografia, a qual demanda um regime temporal de estudo, considerações e análises muito mais lento? Ao jornalismo não se exigiria, afinal, rapidez? Não se trata, importante dizer, de uma crítica à busca pela atualização constante, mas ao tipo de conhecimento que se espera produzir a partir de tal demanda: de que modo aliar a pretensão ao instantâneo a uma vontade de ser capaz de considerar circunstâncias, causas e consequências de modo mais detido, o que só é possível a partir de um “decantar” dos acontecimentos?

4. E o lugar de quem lê?

Para além de uma busca por legitimação — cuja consequência pode ser, como vimos, a simplificação —, um fator que talvez esteja no cerne das contradições da dicotomia *hard/soft* é o fato de se tratar de uma divisão cuja origem é profissional, até mesmo burocrática. Diz pouco, assim, da experiência do público com a notícia: o jornalismo faz parte de uma comunidade interpretativa, a qual é composta também pelos leitores (além das fontes e mídias noticiosas, por exemplo). Desse modo, não caberia apenas às/aos jornalistas definir o que uma notícia é ou deixa de ser, segundo uma lógica transmissiva de informação.

As notícias, como parte da cultura e como sistema simbólico midiático, referem-se a um mundo que não é experimentado em divisões tão evidentes, inclusive entre o que é importante e divertido. Além disso, invadem o cotidiano das pessoas de formas variadas, suscitando discussões as mais diversas e propondo maneiras de se compreender o mundo que pouco tem a ver com o fato de serem *hard* ou *soft*. Tal divisão diz mais de uma perspectiva do jornalismo sobre si mesmo do que a respeito da realidade da vida cotidiana, ou mesmo da experiência do leitor/ouvinte/telespectador de notícias. Mais ainda se pensarmos no tanto que o jornalismo mudou ao longo das décadas, com o surgimento da internet e o advento das redes sociais on-line, que modelam contextos significativamente diferentes daquele no qual tais categorias foram sugeridas. No encontro com a matéria, a leitora e o leitor reposicionam o conteúdo e o formato segundo seus interesses e suas necessi-

dades, reapropriando-se do material jornalístico para além de qualquer tentativa de categorização.

Desentendendo...

1. Pouco se discute, no campo da temporalidade, a relação do jornalismo com o futuro. De que maneira o porvir compõe as matérias jornalísticas? Quais as formas que o jornalismo confere a um tempo que ainda não é?
2. Diante da ampla proliferação das *fake news*, como combater um relativismo cego e/ou perverso sem cair na reiteração dos ideários modernos do jornalismo (verdade, neutralidade, objetividade etc)?
3. No cenário de redes sociais on-line e de atualização permanente dos portais jornalísticos, quais modos de se organizar a produção da notícia parecem ser mais interessantes para se pensar o regime temporal do jornalismo contemporâneo? Quais categorias podem ser mais ricas e pertinentes do que as de *hard* e *soft news*?
4. Nas últimas décadas, algumas tentativas de misturar política e humor resultaram em programas televisuais marcados pela irresponsabilidade no trato com questões éticas e mesmo democráticas. Como aproximar — com consciência, leveza e profundidade — pautas mais específicas (e não só de política e economia, mas de arte, urbanismo, ecologia, dentre outros) do público em geral?

Referências

BAUM, Matthew A. Sex, lies, and war: How soft news brings foreign policy to the inattentive public. *American Political Science Review*. 96(1), 2002. p. 91–109.

BIRD, Elizabeth de S. e DARDENNE, Robert W. Mito, registro e “estória”: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1999. p. 263-277.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. *MATRIZES*. São Paulo, ano 6, nº 1, p. 169 – 187, jul./dez. 2012.

CHACOFF, Alejandro. A tragédia da vida privada: imprensa, campanha e caçadores de escândalos. *Piauí*, São Paulo, edição 97, out. 2014.

LEAL, Bruno. JÁCOME, Phellipy. Outros agentes na comunidade interpretativa do jornalismo. *Rumores*, v. 7, n. 14, p. 45-61, 27 dez. 2013.

LEHMAN-WILZIG, Sam N.; SELETZKY, Michal. Hard news, soft news, ‘general’ news: The necessity and utility of an intermediate classification. *Journalism*, volume 11, issue 1, 2010, p. 37-56.

LIEBLER Carol M.; SMITH, Susan J. Tracking gender differences: a comparative analysis of network correspondents and their sources. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*. 41: 58–68, 1997.

LUMBY, Catharine. *Feminism and the media: the Biggest fantasy of all*. Media Information Australia. 72: 49–54, 1994.

MARTINS, Kelly da Rocha. *A linha tênue entre o jornalismo e o entretenimento: o caso da informação diária e de fim de semana da SIC*. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Jornalismo) – Universidade de Coimbra, 2016.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: entre o real e o simbólico. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

PATTERSON, Thomas E. Doing well and doing good: how soft news are shrinking the news audience and weakening democracy. Cambridge: *Harvard University Press*, 2000.

TUCHMAN, Gaye. Making news by Doing work: routinizing the unexpected. *American Journal of Sociology*, 79(1), 1973, 110–131.

ZIEGLER, Dhyana; A. WHITE, Alisa. Women and minorities on network television news: an examination of correspondents and newsmakers. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*. 34: 215–23. 1990.

CAPÍTULO 8 REPÓRTER / FONTE

Novos estatutos para um novo jornalismo

MOZAHIR SALOMÃO BRUCK

#acontecimento #apuração #testemunho #entrevista

1. Ir aonde o acontecimento está

Por certo não é exagero afirmar que na atividade jornalística cotidiana, as notícias resultam de complexos e dinâmicos processos de construção e retroalimentação. Desde a irrupção do fato de pretense interesse social, sua análise e validação como acontecimento jornalístico e sua transformação em notícia a ser visibilizada, há uma série de agentes, circunstâncias e padrões de trabalho, digamos, razoavelmente convenionados pela imprensa.

É nesse jogo de descobertas e decisões que quero destacar duas figuras fundamentais da atividade jornalística: o repórter e suas fontes. A despeito de, hoje em dia, repórteres estarem cada vez menos presencialmente no local onde o acontecimento se desenrola, fazendo a cobertura, muitas vezes, das próprias redações ou mesmo *home office*, a dependência do jornalismo desses dois atores – repórter e fonte e ou entrevistado – é decisiva.

Sobre isso, há que se dizer que nada – nada – substitui a presença do repórter no local do acontecimento. A cobertura jornalística remota

pode até suprir, mesmo em sua superficialidade, e atender ao veículo – seja ele um portal de notícias, o jornal, a emissora de rádio ou televisão etc – das informações mais básicas. Mas a ausência do repórter no local do fato significa sempre perdas. Pois é da expertise do repórter colher dados, informações, observar cenários, lincar circunstâncias e significados, levantar dúvidas e suspeitas e enxergar o mais além daquilo que é aparente. É preciso estar presencialmente. De corpo, alma e coração. Não há jornalismo humanizado possível sem a mediação de um jornalista presente ao fato para que dele possa fazer relatos compreensíveis e sensíveis. Assim como não há jornalismo humanizado possível que não se realize empaticamente percebendo o Outro em sua alteridade, suas urgências, seus medos e seus desejos.

E é este outro ator, objeto do jornalismo e também sua essência e sentido de ser, que trazemos para nossa discussão: pensar no trabalho de reportagem é refletir sobre as figuras dos repórteres e suas fontes, que também se colocam eventualmente como entrevistados. A fonte de informação guarda e traz em si o que substancia a narratividade jornalística. É basilar da atividade da reportagem. É partícipe original e legítimo do acontecimento que transformaremos em narrativa. Em muitos casos, ele viveu e sofreu aquele fato e tem a oferecer o testemunho do que viveu, do que experimentou e presenciou.

2. Classificação das fontes

Classificar pode ser um procedimento relevante em termos do conhecimento, desde que seja útil no modo e momento certos; que não nos tornemos reféns da classificação e de que ela não simplifique aspectos e circunstâncias mais complexas do que se busca categorizar e classificar. A tentativa de uma teorização das fontes jornalísticas, em geral, desaguou em classificações. E nas últimas décadas, vários estudiosos e teóricos do jornalismo se dispuseram a fazê-lo.

Mas as classificações são díspares e se distinguem entre si conforme a perspectiva teórica de cada um de seus proponentes. No levantamento feito por Aldo Shmitz (2022), Molotch e Lester conceituam as fontes como “promotores de notícias” (*news promoters*) para caracterizar a intencionalidade de promover certas ocorrências à categoria de

notícias ou quando tentam impedir. Para os autores, as fontes utilizam os processos jornalísticos para promover as suas notícias, notadamente aquelas com poder de alterar as rotinas a seu favor e ter acesso regular à mídia, embora eles reconheçam que os jornalistas detêm uma elevada autonomia para definir o que é notícia ou não e seus respectivos enquadramentos.

Outro modo de tipificar aponta para a forte influência exercida pelas fontes em termos das decisões dos jornalistas e são denominadas, sem a intenção de classificar, em função de sua natureza: institucionais, oficiosas, provisórias, passivas, ativas, conhecidas e desconhecidas. Ou seja, os jornalistas recorreriam às fontes conforme as suas necessidades de produção e a posição delas na sociedade, considerando a proximidade social e geográfica.

Também pode se pensar a classificação das fontes por meio de tipos e está vinculada à perspectiva e ao interesse. Para tal, tipifica as fontes segundo a natureza (pessoais ou documentais), origem (pública ou privada), duração (esporádicas ou permanentes), âmbito geográfico (locais, nacionais ou internacionais), grau de envolvimento nos fatos (primárias ou secundárias), atitude face ao jornalista (ativa ou passiva), identificação (explicitadas ou confidenciais) e segundo a metodologia ou estratégia de atuação (proativas ou reativas).

Por sua vez, Lage (2001) descreveu a natureza das fontes como sendo mais ou menos confiáveis, pessoais, institucionais ou documentais. Classifica como “oficiais”, instituições que preservam algum poder de Estado; “oficiosas”, as que não estão autorizadas a falar em nome de uma organização ou personalidade e “independentes”, as organizações não governamentais. Apontou ainda as fontes “primárias” e “secundárias” na perspectiva da sua relação direta e indireta com os fatos, respectivamente. Ainda indica as “testemunhas”, que presenciaram os fatos e os “*experts*”, especialistas em determinados assuntos que interpretam os eventos.

E, por fim, Aldo Shimidt buscou classificar as fontes por sua Categoria (primária ou secundária: por tipo de Grupo (oficial, empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada e referência); Ação (proativa, ativa, passiva ou reativa); Crédito (identificada ou sigilosa) e por sua Qualificação (confiável, fidedigna ou duvidosa).

Perceba-se, então, que a classificação de fontes tem o sentido de ordená-las buscando estabelecer agrupamentos possíveis para sua identificação. E a utilidade disso, como mencionamos na abertura deste tópico, tem a ver antes com a necessidade e desejo de compreendê-las do que em termos de sua abordagem prática na cotidianidade do jornalismo.

Cabe considerar aqui que tais classificações têm como referência, por assim dizer, o modelo verticalizado e tradicional de jornalismo. Se o jornalismo se vê diante da urgência de reinventar-se, dados os novos contextos, cenários e exigências da ambiência midiática, também alguns de seus procedimentos e conceitos fundamentais também têm se alterado fortemente. Entre eles, está a noção das fontes de informação. Cabe dizer que se muitas das categorizações mencionadas acima ainda, de algum modo, se mostram vigentes, as práticas jornalísticas, que se mostram cada vez mais diversas, também passaram a considerar novas dinâmicas.

Entendendo que o jornalismo deve ser considerado na atualidade em sua pluralidade de ocorrências, atuando de modo reticular e nem sempre estabelecido em estruturas empresariais e profissionalizadas, é preciso considerar que há novos formatos, novas emergências e novas lógicas quando se trata de pensarmos o(s) jornalismo(s) e o modo como as informações são obtidas e as fontes são abordadas. Deve-se considerar também como estas passam a estabelecer novos comportamentos e práticas, reorientando elas mesmas seu relacionamento com as mídias, em suas mais diversas configurações.

3. Fontes protagonistas

As redes sociais digitais e o *streaming* já alteraram bastante também no jornalismo a lógica espaço-temporal e os modos de percepção do continuum que experimentamos. Desvinculada das lógicas e dinâmicas espaço-temporais próprias das mídias tradicionais, a notícia, na ambiência digital, reconfigura-se como o próprio jornalismo. É importante considerar que nesse novo cenário midiático, em que se observa um processo de plataformação, fontes, conteúdos e mesmo estratégias comunicacionais entrelaçam-se e sobrepõem-se. A antiga figura do *gatekeeper*, que possuía papel decisivo na linha de produção da notícia, pois era o responsável, de algum modo, pela primeira seleção dos fatos

e informações que deveriam ser considerados acontecimentos jornalísticos e, portanto, transformados em notícia, deu velozmente lugar a novas lógicas de coleta e seleção. Se na mídia massiva, o jornalismo industrial, em sua natureza compartimentada e fragmentária, o processo de produção noticiosa era demarcado por funções claras em termos de uma divisão interna do trabalho nas redações, esse processo, mesmo nas mídias tradicionais, tal lógica cada vez mais se verticaliza.

O jornalismo ao se reconfigurar passa a contar com novas dinâmicas e novos agentes. Em vez da decisiva figura do *gatekeeper*, que, de certo modo, tinha o condão da incorporação e, de certa forma, poder sobre a própria agenda do jornalismo, sobressai-se cada vez a figura do *gatewatcher*, certamente um sintoma de uma crescente tendência da desverticalização do fabrico noticioso, com a incorporação de novos agentes, novos modos de inclusão temática e de ampliação da consideração das fontes, elas mesmas agora, também enunciadores que têm a possibilidade (leia-se o poder) de visibilizar seus conteúdos.

No novo contexto midiático, trazido pela internet, em que o jornalismo perdeu, por assim dizer, o que historicamente parecia uma legitimidade quase que exclusiva de informar, e todos podemos ser enunciadores, as fontes também ganharam uma autonomia em relação aos canais potentes veículos jornalísticos. Não é exagero afirmar que parte considerável da pauta hoje do jornalismo tem origem nas redes sociais digitais. E por elas ficamos sabendo dos fatos – em qualquer lugar do mundo – geralmente antes do que surgem divulgados nas tevês, no rádio e mesmo nos portais noticiosos. Vivemos em um tempo ultrarreal. É o chamado *presentismo* da mídia, que aqui buscamos observar no âmbito do jornalismo: uma sensação de presente infinito, mas que escoo e nos escapa tão rapidamente, dada a intensidade da vivência. Mostra-se, assim, um presente desancorado do passado que lhe precedeu e diante de um futuro cada vez mais imediato.

Mas, a despeito de suas decisivas impactações, não vamos nos prender aqui a essas reconfigurações de nossas experiências espaço-temporais, já amplamente em estudo na contemporaneidade. É preciso que nos concentremos em outros movimentos que podem ser percebidos nos processos interacionais e de midiatização da própria sociedade. Quando

se diz que a midiaticização passou a ser nosso processo interacional de referência (Braga, 2009), fazemos coro à noção de que não apenas os hábitos de consumo midiático se alteraram, mas as bases das nossas próprias relações com o mundo simbólico passaram a compreender novas lógicas e práticas. É nesse ponto que devemos considerar que o jornalismo historicamente conheceu situações em que a fonte se colocou como protagonista, mesmo que de modo anônimo: a iniciativa de buscar o repórter para uma denúncia; o envio de documentos, imagens etc até então sigilosos ou desconhecidos à imprensa, o fornecimento de detalhes e novas pistas ao repórter. Não é exagero afirmar que pelas páginas da imprensa ou dos noticiários de rádio e televisão, a H(h)istória dobrou esquinas e conheceu novos caminhos.

O que se defende neste texto, no entanto, é que estão claramente em ativação novos modelos de funcionamento dessa relação entre o jornalismo e as fontes. Sabidamente, se observa com intensidade cada vez maior é que as próprias fontes, como já mencionado, se colocam como enunciadorees. E nesses arranjos reconfigurados, informação também parece ganhar cada vez mais um modo de conteúdo narrativizado e, muitas vezes, visibilizado pelas redes sociais digitais e outras plataformas. Em uma palavra: as fontes de algum modo oferecem conteúdos à imprensa, mas já midiaticizando-os em seus canais próprios. Você pode até se perguntar: mas o envio de releases às redações, então, não eram uma prática idêntica a esta? Certamente, não. Agora, falamos em uma abordagem midiaticizada em que as fontes até encaminham release e outros materiais informativos à imprensa, mas o fazem concomitantemente – senão antes – aos seus públicos de relacionamento e na vastidão das redes sociais.

4. As relações entre repórteres e fontes

O entendimento que tende a prevalecer sobre a relação do jornalista com as fontes de informação é, muitas vezes, de caráter operacional. O que é, a princípio, até compreensível, mas sabemos que as fontes de informação - sejam elas documentais, de pessoas etc - têm relevância fundamental na atividade jornalística. Efetivamente substancial. Por isso mesmo, há que se refletir sobre elas em perspectivas outras, em

especial no que diz respeito à ética do jornalismo.

Os códigos de ética do jornalismo em todo o mundo abordam, em suas perspectivas, contextos e culturas profissionais distintas, o tema das fontes de informação. Em geral, prevalecem orientações aos profissionais, no sentido de preservá-las e protegê-las. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros em pelo menos três artigos (5º, 6º e 12º.) faz referência às fontes. A primeira menção toma o sigilo das fontes como um direito do jornalista. A segunda coloca como dever do jornalista não colocar em risco a integridade das fontes e, por fim, a terceira referência assinala que cabe ao jornalista ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas. Em termos do âmbito deontológico, tais questões se mostram coerentes e necessárias. Mas no dia a dia da profissão, as dinâmicas do trabalho jornalístico acabam, muitas vezes, por trazer para cena situações que podem colocar em tensão fortemente o relacionamento do repórter com suas fontes. Mesmo em um cenário de circulação tsunâmica diária de informações e em que todos nos tornamos, de algum modo, enunciadores midiáticos, os repórteres sabem que cultivar fontes e fazer uma boa gestão desse relacionamento é ainda um capital importante da profissão.

E a despeito dos reposicionamentos que o jornalismo vem conhecendo na própria sociedade, o seu valor institucional – em função do papel que cumpre e a credibilidade que mantém – permanece ainda inegável. Se jornalistas querem defender o valor e a imprescindibilidade do jornalismo, devem começar por aí, por diariamente atestar que a confiabilidade que reivindicam tem como contrapartida um trabalho profissional, comprometido com a ética da categoria e da própria vida e que se objetividade e imparcialidade são, na verdade, referenciais para o trabalho jornalístico, o jornalismo conhece e assume suas possibilidades e impossibilidades, sua potência e suas limitações.

Desde o sigilo - e os riscos e questionamentos que ele gera em termos da credibilidade em relação à informação - passando por uma eventual proximidade do repórter em relação à fonte e mesmo se esta é pode ser

considerada credível ou não pela opinião pública, o repórter tem diante de si, muitas vezes, desafios agudos a enfrentar em termos da decisão de incluir ou não determinada fonte e as informações que ela fornece ao seu trabalho de apuração.

Em geral, colocam-se para o repórter dúvidas não apenas de natureza técnica - como a relevância de determinada informação obtida junto à fonte para a notícia e a clareza e confiabilidade em relação a tais dados - mas também as questões éticas, como as mencionadas no Código de Ética brasileiro da categoria. Onde há uma questão ética é porque estamos falando em dúvidas e impasses em termos de direitos, de limites, em dar ou não um passo tendo em vista valores convencionados tanto na profissão quanto socialmente, mas em especial, o respeito às pessoas e a dignidade humana. A ética deve ser a balizadora das relações entre o profissional e suas fontes e entrevistados. Respeitar-lhe os direitos, sua condição, seu sofrimento e mesmo sua decisão de não querer expor-se, por mais apelo midiático que determinada situação possua, são princípios básicos da profissão. Fora isso, temos a vitória da barbárie.

Mas tratam-se, certamente, de situações agudas, apesar de nem tão raras assim. No cotidiano da relação dos jornalistas com as fontes/entrevistados(as), o sentido desta relação que parece prevalecer é que se trata de um jogo para o qual se busca dar um sentido colaborativo. Jornalistas precisam de fontes/entrevistados(as) e os entrevistados(as) têm também seus interesses tanto em termos de procurar dar visibilidade a determinadas temáticas quanto de tentarem fazer prevalecer suas opiniões e versões acerca de temas polêmicos ou opacizados. Talvez isso fique mais evidente nos noticiários e programas jornalísticos diários e/ou semanais nas mídias eletrônicas tradicionais.

O que se convencionou chamar de grade de programação das emissoras de rádio e televisão estabelece horários e duração para tais programas, independentemente da fortuna de acontecimentos daquele dia/semana. Isso leva as emissoras de rádio e tv e mesmo jornais a trabalharem com um elevado percentual das chamadas matérias frias (ou de gaveta). Só assim é possível preencher todo o horário ou espaço que lhes é dedicado.

Mauro Wolf, em seu livro *Teorias da comunicação* (1999), ao falar das rotinas produtivas do jornalismo, nos chama a atenção para a depen-

dência do jornalismo de tais fontes e, mais ainda, alerta para o risco de estabelecermos uma relação viciada de dependência dessas fontes. Isso significaria que para determinado assunto, dada a disponibilidade e boa vontade (que também pode ser entendida como interesse) da fonte em atender ao jornalista e seu veículo, que eles passem a ter sempre uma visão muito reiterada e convencional, abrindo mão, assim, de considerar outras possibilidades de entendimento e transformando a fonte quase que em um comentarista regular daquele veículo.

5. Repórteres como testemunha e testemunhos

A relação do jornalismo com testemunhas e testemunhos é essencial e fundadora da própria atividade. Mediador de relatos de quem experimentou e viveu o acontecimento, o repórter, ele mesmo, se faz, muitas vezes testemunha deles. Pelo menos, por assim dizer, testemunha de testemunhos. Jean Philippe Pierron (2006), em sua proposta de uma filosofia do testemunho, faz o diagnóstico: o testemunho está em toda parte, mas em toda a parte ele é suspeito.

O testemunho traz em seu núcleo um paradoxo: a verdade estaria menos do lado da objetividade que se pode esperar das provas e dos argumentos do que do lado da subjetividade da experiência e da emoção. O testemunho atesta, portanto, uma verdade que não sendo objetivamente suficiente, o é, porém, subjetivamente.

Sua possibilidade reside em selar com o selo da confiabilidade, ou mesmo da fidelidade, a relação do testemunho com sua testemunha e esta faz da verdade a história da sua própria vida, mas cujo sentido só existirá na apreensão pelo outro. Carrega, portanto, uma faceta relacional. Não há testemunho sem diálogo. Não há testemunho para si, nem testemunha sozinha. O testemunho é um testemunho diante dos outros e para os outros. É, inevitavelmente, intersubjetiva.

Mas a testemunha atesta e traz em si mais do que si mesma. É portadora de uma verdade – forjada na experiência – que, por isso mesmo, não pode ser reduzida a uma mera opinião. O testemunho liga, em sua fala e em sua vida, o destino da verdade com seu próprio destino. Mas, qual verdade?

Como ato de linguagem e de sentido, o testemunho é uma relação ao mesmo tempo que é uma realização. Apresenta o que ele representa. Não

se contenta, nos ensina Pierron (2006), em recordar, relatar o passado: ele o concebe ao dizer “Eu estava lá. O testemunho é performativo. Um sujeito que fala como um sujeito que age. Ação que resulta, de imediato, em um compromisso: manter o dito. A ética testemunhal. É a sinceridade do testemunho que inscreve o sujeito em seu dizer. Por isso mesmo, o essencial do testemunho encontra-se na difícil posição da realidade que ele atesta e a qual se refere para se constituir.

Daí a importância da sinceridade, da verdade que almeja e que espera fazer circular. A testemunha e o testemunho movem-se nas franjas do visto, do sabido e do narrativizável. A fragilidade do testemunho provém de que sua recepção não é a garantia de uma adesão. Porque atestar não é demonstrar. Falar não é provar. O testemunho depende, nos mostra Jean-Philippe Pierron (2006), de uma benevolência hermenêutica. De ser entendido e, mais, ser compreendido, no sentido de acolhido. Inúmeras narrativas ficcionais e não ficcionais narram casos de mulheres ou crianças que mesmo relatando abusos sofridos, não são considerados, não são ouvidos. Não são compreendidos.

O acolhimento do testemunho depende da efetividade da escuta e da consideração do outro. O pesadelo mencionado por Primo Levi, em “É isto um homem?”, da testemunha que tenta contar e vê os seus pretensos ouvintes dando-lhe as costas sem prestar a atenção, é o pesadelo de quem se propõe a testemunhar. Será que por isso tantos se silenciam? Historicamente, pensando aqui a mídia massiva e tradicional, não é assim que tantos e tantas se sentiram e se sentem diante de uma mídia inegavelmente formada por valores burgueses e, por isso mesmo, excludente, que valoriza, seleciona e prioriza acontecimentos e fontes em função, muitas vezes, de sua origem, natureza e condição social?

6. A entrevista: embates e negociações

A entrevista deve ser percebida como um dos procedimentos e momentos mais essenciais e relevantes da reportagem e de toda a atividade jornalística. Realizá-la com sucesso exige do repórter o domínio de habilidades e competências e um constante aprendizado. Entrevistar é interagir, relacionar-se. Dispor-se a ouvir, mas também, com clareza e objetividade, saber arguir. Colocar-se numa linha de tensão – muitas

vezes até em situações de polarização – em que, de um lado temos um profissional construtor de narrativas que possui demandas específicas, materializadas em perguntas e questionamentos - e do outro alguém que quer oferecer uma visão específica, uma versão bem particular ou uma abordagem que mais lhe interesse da temática em questão. Ou sequer, o que não é incomum, deseja manifestar-se.

A entrevista é um procedimento intelectual, mas que se dá em circunstâncias atravessadas por muitos outros marcadores, que denotam sua complexidade. Ela é perpassada pelo ideológico, pelo psicológico, pelo cognitivo, pelo emocional, pelo cultural, pela crença religiosa e tantos outros. E este combo impacta os dois atores – entrevistados e repórteres. Na entrevista em ato, cabe lembrar, entrevistador e entrevistado passam a movimentar-se em outra dimensão – a dimensão discursiva. Como dito, o repórter com sua visão do assunto em questão e suas demandas específicas e o entrevistado também com sua perspectiva pessoal, sua verdade e seus interesses.

Não é incomum que fontes e entrevistados se sintam insatisfeitos (ou até mesmo traídos) com o modo como aquilo que disseram ao repórter em uma entrevista – gravada ou não - para determinado veículo foi incorporado à notícia ou reportagem. “Mas isso não era o mais importante do que falei”, reclamam. A tessitura da notícia é essa articulação da visão do repórter sobre o fato e para a qual se vale dos discursos dos outros. Ou seja, a notícia ou reportagem resulta dessa articulação entre enunciados do próprio repórter e aquilo que ele colhe, ou seja, enunciados de entrevistados e fontes, gerando um terceiro enunciado, o jornalístico. Reside na entrevista também um dos mais belos paradoxos da atividade jornalística: para perguntar é preciso estar bem informado. Só assim a informação avança e o repórter cumprirá bem seu papel social. Para tanto, estar previamente informado dos dados, contextos e, melhor ainda, de bastidores dos assuntos para os quais deverá fazer entrevista(s) é essencial. Caso contrário, o repórter se restringirá a perguntas óbvias e genéricas, geralmente em torno do já sabido e perdendo, muitas vezes, a chance de levar informações relevantes e de interesse do público.

O modelo de jornalismo norte-americano, pretensamente objetivista e imparcial, que o Brasil importou por volta dos anos 1950, trouxe

consgo percepções equivocadas sobre o modo como o jornalismo garantiria sua isenção e imparcialidade. Certamente, a questão aqui é bem mais complexa, mas entre elas está a de que em uma matéria devem ser ouvidos todos os lados envolvidos. Isso, com certeza, está correto. Mas a questão é: o que se passou a fazer com isso? Cabe mesmo ao jornalismo apenas apresentar visões divergentes ou mesmo antagônicas sobre determinado assunto? Ou cabe a ele apresentar a sua percepção, claro, depois de ouvidos todos os agentes ali envolvidos. A resposta para essa pergunta não é difícil. Difícil parece ser mudar as práticas que retroalimentamos nas últimas décadas, infladas pela idealização de um jornalismo em que é possível chegar a uma verdade e, mais ainda, que ele pode ter uma atuação marcada pela imparcialidade e pela neutralidade.

7. Enfim, para refletirmos...

Nos estudos teóricos do jornalismo, há uma preocupação em se refletir sobre as distorções que podem ocorrer nos passos da produção noticiosa. Por um lado, observa-se a possibilidade da distorção deliberada por parte do repórter e seu veículo, em função de interesses os mais variados, seja de ordem econômica, ideológica ou política. Por outro lado, alguns teóricos apontam também para o que chamam de distorção involuntária. Seria um tipo de “deformação” dos conteúdos informativos não imputável a violações da autonomia profissional, mas sobretudo ao modo como está organizada, e se desenvolve a profissão de jornalista. Ou seja, a despeito de boas intenções e mesmo crença e compromisso com a busca da imparcialidade, o produto jornalístico – a notícia – estaria, em quaisquer circunstâncias – vulnerável em termos dessa possibilidade de alcance, dados os seus processos de produção – compartimentada e fragmentária.

A visão de um *jornalismo industrial* considerou também tais fragilidades, ou seja, pelo fato de resultar de uma cadeia produtiva e seriada, de algum modo seu processo produtivo resultaria em desvios em termos da completude e da correção informativa. Os jornalistas sabem, a seu modo, que em qualquer cobertura, alguns aspectos relevantes da informação podem ficar pelo caminho. Mas como pensar tais questões na era do jornalismo em reconfiguração? Sabidamente, o jornalismo contempo-

râneo faz-se hoje cada vez mais em rede e com crescente nível de autonomização de seus agentes. A ideia de um “jornalismo sem rotativas” e reticular ganha cada vez mais força em termos de como experimentamos o acesso às notícias, os modos pelos quais circulam e como são consumidas. Por um lado, tem-se a perda de um certo conforto da segurança de um modelo conhecido historicamente e o medo das incertezas do futuro. Por outro lado, o desafio de o jornalismo reinventar-se como ator social, como negócio, como campo profissional e área de conhecimento.

Desentendendo...

1. Como o jornalismo, diante da circulação tsunâmica cotidiana de informações e dados, pode manter-se imprescindível, em um mundo cada vez mais informativo e menos noticioso?
2. À medida em que vai se desinstitucionalizando – tomando-se como referência os quadro midiático-sociais anteriores – que parâmetros éticos norteiam o jornalismo?
3. Como atuar profissionalmente em uma profissão na prática desregulamentada e cuja regulamentação legal (dada de 1979) sequer considera a chegada da ambiência digital e seu impacto sobre a sociedade?
4. Como pensar a própria ideia de fonte num cenário em que cada vez mais diferentes pessoas produzem e fazer circular informações diversas, movidas pelos seus próprios interesses e contextos?
5. Que dimensões a circulação cada vez mais intensa de relatos testemunhais traz à produção das notícias e também ao estatuto de verdade da informação jornalística?

Referências

ANTUNES, Elton. Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico. Porto Alegre, Revista *Em questão*, v.13, p.24-40, 2007.

BRAGA, José Luiz. Mediatização como processo interacional de referência. In: Revista *Animus*. 2009, Vol. V, no. 2.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001

PIERRON, Jean Phillipe. *Le passage du témoin*. Paris: CERF, 2006

SCHMITZ, Aldo. Classificação das fontes de notícias. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>. Acesso em 28.07.2022.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa, Editorial Presença, 1999.

CAPÍTULO 9 JORNALISTA / EMPRESA

Armazéns de secos e molhados

THIAGO FERREIRA

#identidades jornalísticas #veículos

#assessoria de imprensa #projetos editoriais

1. Afinal, de onde vem esse tal “jornalismo moderno”?

“O jornalista deve ser imparcial, objetivo, neutro”. Quantas vezes ouvimos frases como essas durante nossa formação e percurso enquanto jornalistas? Para algumas pessoas, jornalistas devem guardar seus pontos de vista, suas paixões, suas posições ideológicas. “Jornalismo é oposição, o resto é armazém de secos e molhados”. A célebre frase de Millôr Fernandes é sempre trazida à baila quando se quer afirmar qual papel é esperado da imprensa e de jornalistas. Entretanto, o que mesmo define um jornalista? É possível falar de *uma* identidade jornalística? Quais as relações, tensões e disputas entre a missão do jornalismo e os valores de um empreendimento jornalístico; entre a identidade jornalística e projetos editoriais; entre jornalistas de redação e de assessorias de comunicação? São essas algumas das disputas que abordaremos nesse capítulo, a partir de um conjunto de discussões e experiências nossas.

Em primeiro lugar, precisamos anunciar que esse texto não pretende apresentar respostas definitivas a essas tensões que estão sendo colocadas desde que o jornalismo começou a se constituir enquanto uma

instituição social cujas práticas são partilhadas e reconhecidas socialmente e culturalmente. Nos Estados Unidos, país tido como uma das origens do jornalismo moderno, a imprensa era marcada até 1830, de um lado, pelo atendimento a interesses econômicos e, de outro, por uma imprensa política que destacava as notícias de cunho político-partidário, dominada por editoriais, artigos, textos opinativos e controlada por partidos políticos.

A imprensa que conhecemos hoje começa a existir naquele país em 1830 com editores expressando menos os interesses diretos, tanto do ponto de vista comercial quanto do político, e mais a habilidade desses agentes de se expressarem por si mesmos, com mudanças na indústria jornalística, com a notícia ocupando um lugar de centralidade em detrimento das opiniões. Essa época vai ser denominada de revolução comercial do jornalismo daquele país. Surgem os chamadas penny papers, jornais populares vendidos diariamente a um centavo nas ruas, refletindo mudanças políticas, sociais e tecnológicas. Ou seja, o jornalismo e aquilo que compreendemos como identidade jornalística são conformados não por um processo evolutivo que se impõe, mas sim na relação com transformações que estão ocorrendo na sociedade. O primeiro desses *penny papers* é o *New York Sun*, criado em setembro de 1833. Esses jornais se estabelecem na afirmação de independência política, na larga circulação que alcançaram e na publicidade que isso atraiu.

É essa imprensa popular que cria efetivamente o conceito moderno de notícia e, portanto, o próprio jornalismo moderno. Os repórteres passaram a ser pagos para buscar informações que atendessem a um interesse público, privilegiando notícias atuais e mais próximas aos locais onde os jornais circulavam, vinculando as notícias à vida cotidiana das pessoas. O editorial que havia marcado os jornais em épocas anteriores perde espaço para a notícia. O produto jornal passa a ser oferecido aos leitores e a quantidade de público acaba servindo de base para as relações comerciais que eram estabelecidas com os anunciantes. Tais mudanças atrelam-se à ascensão da chamada sociedade democrática de mercado. É nesse contexto que emerge a figura do repórter, da reportagem e de um elemento fundamental para a caracterização do jornalismo moderno: a objetividade enquanto valor.

2. Identidade(s) jornalística(s)

Prosseguindo a nossa história: nas décadas de 1880 e 1890 a figura do repórter vai ser socialmente inventada nos Estados Unidos. Há, nesse período, uma aproximação do jornalismo com a ciência e as ideias positivistas. O jornalista se via como cientista que desvendava fatos políticos. No final desse mesmo século, a reportagem foi criada junto com a figura do repórter. Nesse momento, havia uma divisão entre dois modelos de produzir conteúdos jornalísticos, com parte dos jornais seguindo um modelo mais factual e outros, uma forma de narrar mais próxima do entretenimento. Em 1896, a ascensão do *New York Times*, propagador do modelo factual, faz com que esse modo de fazer notícias se destaque como aquele a ser seguido por vários diários ao redor do mundo. Ao enfatizar o noticiário sobre finanças, ele era o jornal preferido pelas classes mais abastadas de Nova Iorque, que passaram a rejeitar o que consideravam como sensacionalismo dos jornais populares. O modelo do *Times* vai vigorar como o padrão do jornalismo moderno.

O *Times* vai se juntar a um grupo de outros diários para criticar aqueles jornais que serão classificados como “imprensa marrom”, supostamente sensacionalistas. Após a década de 1920, com a quebra da bolsa de Nova Iorque e os efeitos da I Guerra Mundial, a objetividade vai começar a se constituir enquanto um ritual estratégico, fundamental na produção dos conteúdos noticiosos. É através da objetividade que jornalistas pretensamente garantem o afastamento de suas identidades e subjetividades da sua escrita de notícias, podendo assim, supostamente, retratar um fato com maior fidedignidade. A objetividade torna-se um valor fundamental da identidade jornalística profissional no mundo ocidental. É também uma forma do jornalista se afirmar perante o relações públicas, função que, na época, ascendia em importância e que tinha a responsabilidade de filtrar os fatos de corporações (falaremos mais dessa treta jornalistas x relações públicas ou profissionais de assessorias mais adiante nesse capítulo).

Se esse é o cenário nos Estados Unidos, importante afirmar que, no Brasil, é a partir da década de 1950 que os textos noticiosos vão ganhar espaço nas redações com a modernização levada a cabo pelo Jornal do Brasil. Influenciado pelos movimentos que aconteciam nos

Estados Unidos, o nosso jornalismo passa a se orientar pelo padrão de texto noticioso da pirâmide invertida - fatos “mais importantes” logo no início dos textos, seguido por dados secundários - e que observe a objetividade. A objetividade, portanto, é um importante organizador da identidade jornalística moderna. Segundo essa perspectiva, jornalistas deveriam estar conformados por essas ideias de distinção e especificação do jornalismo na relação com as expectativas sociais sobre o campo.

3. Identidade jornalística x Projeto editorial

A discussão que estamos desenvolvendo nos indica que, se por um lado, há uma afirmação de um certo modo de jornalismo em torno da centralidade da objetividade na conformação de uma identidade jornalística, por outro, as transformações na sociedade, em contextos históricos e territoriais distintos, nos mostram que há uma multiplicidade de jornalisismos. No início, o jornalismo popular dos *penny papers* se confundia com o próprio jornalismo realizado nos Estados Unidos, depois, a passagem para a dominância de um modo de fazer notícias factual defendido por jornais como o *New York Times*, explicitando modos diferentes de se ver e ser jornalista. Além dessas transformações relacionadas a mudanças e especificidades espaço-temporais, é importante discutir a(s) identidade(s) jornalística(s) na relação com projetos editoriais.

Você já deve ter ouvido falar em projeto editorial, mas sabe exatamente a que esse termo se refere? O projeto editorial é o modo como um determinado veículo estabelece parâmetros para si mesmo, na relação com a sociedade, com valores do jornalismo praticado em determinados contextos políticos, sociais, econômicos e culturais. Nele, os veículos apresentam seu plano geral de funcionamento, modelo normativo, objetivos, características, público-alvo e um pacto de comunicação com esse público sobre o jornalismo que pretende fazer.

Esses projetos editoriais, muitas vezes, são revelados em frases-síntese. Por exemplo, quando a *Folha de S. Paulo* afirma ser um jornal a serviço da democracia em meio a uma campanha contra a “delinquência política”, explicita um compromisso com valores democráticos frente a um contexto em que o autoritarismo estava em pleno exercício no governo central. Evidencia também uma justaposição entre liberdade

de imprensa e democracia, apelando para uma relação recorrentemente afirmada como caracterizadora da existência de sociedades democráticas liberais. O jornal está afirmando que o jornalismo feito por ele tem nesses valores um aspecto fundamental e partilha isso com seus leitores através de editoriais e reportagens abordando as ameaças contra a democracia brasileira.

Um documento fundamental para entendermos os princípios editoriais que organizam um projeto editorial são os manuais de redação. A *Folha de S. Paulo* tem um dos manuais mais conhecidos do país, sendo uma referência para a discussão em várias faculdades de jornalismo Brasil afora. Está nele um conjunto de orientações - que vão desde quais palavras podem ser usadas ou não em textos a modos de comportamento esperado pelo veículo em relação a jornalistas - que incidem sobre a prática diária do jornalismo desenvolvido na redação.

Documentos como esse podem evidenciar disputas dos veículos em torno do jornalismo. O Manual da *Folha de S. Paulo* afirma que “não existe objetividade em jornalismo”, tendo como argumento que as tomadas de decisões que regem o trabalho do jornalista são “medidas subjetivas”. Ou seja, um valor que destacamos como central na caracterização do jornalismo moderno é posto em tensão pelo periódico no documento que orienta a atividade de seus jornalistas. O mesmo manual, no entanto, faz questão de reafirmar que essa constatação não isenta o profissional “da obrigação de ser o mais objetivo possível”; mas sim que “encarar o fato com distanciamento e frieza” não “significa apatia nem desinteresse”. A tensão é colocada, mas a objetividade continua orientando o posicionamento que a *Folha de S. Paulo* espera de sua equipe.

É possível, portanto, falar de identidade jornalística (ou de identidades, como viemos insistindo nesse texto) desconsiderando os projetos editoriais dos veículos? Relatos de jornalistas ouvidos por nós durante a nossa trajetória profissional nos mostram que, em boa parte das vezes, essa relação entre identidade jornalística e projetos editoriais não é estabelecida com tranquilidade. Há disputas entre valores e os projetos editoriais, como ressaltamos em relação à objetividade. Vemos ainda jornalistas que também disputam esse valor, deixando nítidas suas subjetividades, explicitando, por exemplo, experiências e posiciona-

mentos ideológicos. E também há embates entre jornalistas e os projetos e decisões editoriais adotadas pelos veículos onde eles trabalham.

Um dos casos que abordaremos para explicitar os modos como se dão as disputas entre jornalistas, projetos editoriais e identidades jornalísticas é a carta escrita por 186 jornalistas da *Folha de S. Paulo* contra “a publicação recorrente de conteúdos racistas” no periódico. A carta foi entregue à Secretaria de Redação e ao Conselho Editorial da Folha, tendo como estopim o artigo escrito pelo escritor Antonio Risério na *Ilustrada* cujo título era “Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo”. No documento os jornalistas afirmam que não pretendiam responder a Risério, expondo que não existe racismo reverso, mas sim, questionam o jornal por abrir espaço para opiniões como essa.

Reconhecemos o pluralismo que está na base dos princípios editoriais da *Folha* e a defesa que nela se faz da liberdade de expressão. No entanto estes não se dissociam de outros valores que o jornalismo deve defender, como a verdade e o respeito à dignidade humana. A *Folha* não costuma publicar conteúdos que relativizam o Holocausto, nem dá voz a apologistas da ditadura, terraplanistas e representantes do movimento antivacina. Por que, então, a prática seria outra quando o tema é o racismo no Brasil? (CARTA..., 2022, s/p).

Como podemos ler no trecho acima, os jornalistas da *Folha de S. Paulo* recorrem aos princípios editoriais do jornal para questionar decisões feitas pelo próprio periódico. Em outro trecho da carta os jornalistas argumentam o seguinte: “Acreditamos que buscar audiência às expensas da população negra seja incompatível com estar a serviço da democracia”. O princípio do pluralismo e o mote de que o jornal está a serviço da democracia - sobre o qual falamos nas páginas anteriores - são disputados pelos jornalistas na carta que endereçam à direção do jornal.

Há uma relação no exemplo abordado acima que se estabelece entre valores que conformam noções hegemônicas de identidade jornalística - democracia, pluralismo, credibilidade -, que perpassam os princípios editoriais da *Folha de S. Paulo* e, por fim, são retomados e questionados pelos jornalistas que vêm a público expor suas discordâncias com as decisões editoriais tomadas pelo veículo. Essa disputa evidencia como

valores que compõem os princípios editoriais do jornal estão em conformação e tensionamento constantes, e que jornalistas possuem seus próprios modos de compreendê-los e apresentá-los ao público, mesmo que em posição contrária à direção dos veículos onde trabalham.

Por sua vez, a resposta de Sérgio D'Ávila, diretor da Folha, à carta de jornalistas apresenta outras nuances desse embate, trazendo à voga as tensões que são estabelecidas entre profissionais, veículo e os valores que conformam as identidades jornalísticas. Segundo ele, a carta “erra, é parcial e faz acusações sem fundamento, 3 características indesejáveis em se tratando de profissionais do jornalismo”. “A *Folha* seguirá fazendo o jornalismo que a consagrou nos últimos 100 anos, com uma Redação que esteja disposta a implementar com profissionalismo os princípios defendidos por seu Projeto Editorial: um jornalismo crítico, apartidário, independente e pluralista”

Ou seja, também ele recorre a valores que conformam *uma* identidade jornalística e os princípios editoriais do veículo para estabelecer a disputa pública em torno do que seria desejável sobre o próprio jornalismo e as práticas jornalísticas perseguidas pelos jornalistas desse periódico. Conclui reafirmando a imagem que o jornal constrói para si mesmo e que é fundamental para o modo com que se apresenta a seu público, ainda que, na prática, esse pluralismo, como bem apontaram os jornalistas da *Folha de S. Paulo*, têm aberto espaço para opiniões que minimizam o racismo, uma das principais mazelas da democracia e sociedade brasileiras.

3. Entre as redações e assessorias de comunicação?

Desde o início da conformação daquilo que vem sendo compreendido como *uma* identidade jornalística, as tensões entre profissionais de veículos de imprensa e relações públicas são uma constante. Uma das principais disputas nos Estados Unidos dos anos 1830 é entre a *penny press* e jornais que expressavam as opiniões de grupos econômicos e políticos; com os jornais populares inaugurando, posteriormente, o jornalismo moderno que tem nesse afastamento um espaço importante de distinção, com a objetividade um valor resultante desse processo. Na afirmação do jornalismo, o discurso de que interesses privados não

teriam entrada nas redações e o afastamento entre profissionais dos veículos e os relações públicas e assessores.

Entretanto, perguntamos: será que jornalistas que estão em assessorias de imprensa não se orientam a partir dos princípios que caracterizam essa identidade profissional? E será que profissionais que estão nos veículos estão isentos de serem atravessados por interesses econômicos e políticos? São perguntas que colocamos para provocação e pensamento e que debruçaremos melhor a partir de duas breves análises de caso que se seguem. A primeira, pessoal, a partir da nossa passagem pela Secretaria Estadual de Relações Institucionais do Governo da Bahia; e a segunda, a partir da análise que empreendemos de telejornais exibidos no horário nobre pela TV Globo e TV Band.

Em 2012, fomos convidados para integrar a Secretaria Estadual de Relações Institucionais do Governo da Bahia após quatro anos atuando como repórter de redação em um veículo local baiano. O convite foi antecedido de uma reflexão sobre que liberdade profissional teríamos nesse espaço, sendo de esquerda, mas com críticas públicas ao governo petista. Um limite imposto por nós mesmos foi deixar de fazer as críticas em redes sociais. A partir do momento que ingressamos no trabalho, as disputas passaram a ser feitas em outros espaços.

Entretanto, os valores que nos atravessam enquanto profissional do jornalismo acabaram atuando como uma espécie de controle para a atuação nesse espaço que deveria ser mais orientado pelos interesses do governo, com dilemas centrais: ali assessoramos o governo ou o Estado? Cabe essa distinção entre governo (e o partido político que o ocupa temporariamente) e Estado (com mecanismos e funcionamento que devem transcender o governo de ocasião e servir o interesse público) no cotidiano em um espaço central para decisão política de um governo — as relações institucionais, responsáveis pelas relações com movimentos sociais, prefeituras e parlamentares?

A escolha que fizemos foi conviver com esses dilemas, organizando o site e canais de comunicação não como ferramentas de promoção do secretário que ocupava o cargo, mas sim da própria pasta (o que, muitas vezes, reconhecemos, acabava dando no mesmo), orientados pela ideia do atendimento ao interesse público. Ao fim e ao cabo, a população baiana

era quem deveria ser atendida e informada das ações que estávamos desempenhando na secretaria. A transparência era valor que norteava vários órgãos públicos naqueles anos, após a Lei da Transparência instituída pelas administrações petistas no Governo Federal, e todas as instâncias foram obrigadas a se adaptarem ao que era exigido pela lei.

Com esse exemplo, queremos explicitar que essa não é uma experiência sem contradições. Muito pelo contrário, as contradições são múltiplas e constantes. Mas será que o jornalismo está mesmo afastado de interesses privados, como argumentam aquelas pessoas que defendem uma identidade jornalística que tem no afastamento das relações públicas e das assessorias de comunicação um espaço fundamental? É comum o discurso de jornalistas que mantêm uma relação tensa com as assessorias, como se essas sempre se baseassem no ocultamento das informações que deveriam ser públicas, enquanto os jornalistas de redação afirmam seu papel público no desvendamento e publicização dessas informações. Na seção a seguir, apresentamos mais nuances dessas contradições.

O último caso que trazemos nesta seção vem das análises que fizemos na nossa dissertação do mestrado sobre as articulações entre a cultura política brasileira e o telejornalismo do horário nobre. Nessa pesquisa, constatamos que elementos que conformam a cultura política brasileira - o patrimonialismo, a violência, o latifúndio como caracterizador da nossa relação com a questão agrária - também caracterizam os telejornais do principal horário da TV brasileira. Aqui, faremos um recorte do que encontramos ao analisar o Jornal Nacional e o Jornal da Band, em articulação ao tema da terra. As nossas discussões nos permitiram notar que, no debate da revisão do Código Florestal empreendido pelo Congresso Nacional em 2011, ambos os telejornais assumiram uma postura que defendia os interesses dos produtores rurais.

Nas matérias analisadas no Jornal da Band, as vozes críticas tinham menor espaço na construção das reportagens, e movimentos sociais que tensionam a concentração agrária em latifúndios e a violência no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), não eram consultados. Isso se deu em um contexto em que o Grupo Bandeirantes possui canais vinculados à divulgação dos negócios agropecuários. No Jornal Nacional, essa posição vem diluída, mas o principal anunciante

do telejornal era uma empresa de alimentos que tem no agronegócio seu modo de organização. Além disso, é a mesma emissora que tem inserções em sua programação para afirmar que “O Agro é Pop”, apresentando uma série de iniciativas e produtos que só existiriam, segundo o discurso defendido pela TV Globo, por causa do agro.

Ambas emissoras afirmam recorrentemente suas posições em defesa do jornalismo profissional e de valores como a isenção, a objetividade, o respeito à pluralidade de ideias e posições. Mas quando nos deparamos com casos como os que citamos e analisamos em nossa dissertação, poderíamos afirmar que isso se dá sem contradições ou sem que os valores sejam tensionados, revistos e disputados por princípios editoriais e modos de organização das corporações jornalísticas e os múltiplos interesses que elas possuem?

Apresentamos perguntas para que pensemos juntas sobre o(s) jornalismo(s) e como ele(s) t(ê)m sido feito(s) em nosso país. Os interesses em seu entorno nos levam à compreensão de que não dá para considerar essas disputas sem articulá-las de modo profundo à sociedade brasileira. Há tantos jornalismo(s) quanto há contextos espaço-temporais específicos, e as mudanças, contradições e embates devem ser considerados ao analisarmos a(s) identidade(s) jornalística(s). Por isso, ainda há bastante coisa a ser vista e percebida nos armazéns de secos e molhados.

Desentendendo...

1. Que nuances e contradições podem ser observadas nas relações entre princípios, práticas, jornalismo de redação e relações públicas?
2. Por meio dos exemplos trabalhados neste capítulo, como podemos problematizar certas noções que preconizam a existência de *uma* identidade jornalística?
3. Como pensar o(s) jornalismo(s) para além dos discursos de objetividade, neutralidade e objetividade, reafirmados por jornalistas, pesquisadores e professores ao longo dos tempos?
4. Que exemplos de práticas jornalísticas você consegue apontar a partir dos contextos espaço-temporais diversos?

5. Ao observar os modos como veículos têm tratado editorialmente temas como o agronegócio, por exemplo, é possível afirmar que essa atuação pode ser livre de interesses econômicos e políticos? Como isso se relaciona com o projeto editorial e a relação do(s) jornalismo(s) com os seus diferentes interlocutores (fontes, instituições públicas e privadas, anunciantes, outros agentes produtores de conteúdo, audiência, etc)?
6. Podemos considerar a assessoria de imprensa como uma prática jornalística? Por que? Como isso tensiona o modo como o campo jornalístico é concebido e se relaciona em determinada sociedade e tempo?

Referências

CARTA aberta de jornalistas da Folha à direção do jornal. *Poder 360*. 19 jan. 2022. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/midia/jornalistas-da-folha-de-s-paulo-assinam-carta-contraracismo/>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

D'ÁVILA Sérgio, Folha rebate profissionais que contestaram artigo sobre racismo. *Poder 360*. 20 jan. 2022. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/midia/folha-rebate-profissionais-que-contestaram-artigo-sobre-racismo/>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

FERREIRA, Thiago. *Cultura política brasileira no telejornalismo do horário nobre*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

GOMES, Itania. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. *E-Compós*, 8, 2007.

MANNA, Nuno; JÁCOME, Phellipy; FERREIRA, Thiago. *Recontextualizações do -ismo*: Disputas em torno do jornalismo “em crise”. *Revista Famecos*. v. 24, n. 3, 2017.

MANUAL DA FOLHA DE S. PAULO. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_projeto_o.htm>. Acesso em: 14 ago. 2022.

SCHUDSON Michael. *Descobrendo a Notícia*: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999, p. 74-90.

CAPÍTULO 10 TÉCNICA / TALENTO

Afinal, é possível “ensinar” jornalismo?

JOÃO CARVALHO

#formação #ensino #diretrizes #currículo

Ao explorar textos acadêmicos e burocráticos sobre o jornalismo, um dos termos articulados para defini-lo é "técnica". Isto é, compreende-se o que o jornalismo é a partir daquilo que se faz e como se faz. Disso resulta que dizemos a amigos, familiares e pessoas em geral que o jornalista é quem - por domínio de processos e procedimentos específico - seria capaz (e, para alguns, o único legítimo socialmente) de dizer e relatar as notícias. Não por acaso, ao criar grades dos cursos de jornalismo, as disciplinas com os "procedimentos técnicos" seriam o que nos diferenciam das demais profissões da Comunicação. As próprias normativas do MEC de 2013 (BRASIL, 2013) podem ser interpretadas como uma tentativa de resgatar a autoestima e prestígio do lugar da técnica nos cursos. Podemos dizer que os "processos jornalísticos" materializam o jornalismo em seus valores, funções e as contradições, controvérsias e paradoxos.

A inserção da técnica no discurso do jornalismo - que funciona para coletivizar a profissão e lhe dar uma ideia de padrão - é tachada como uma conquista ou evolução histórica (DINES, 2009; LAGES, 2011;

TRAQUINA, 2005). Assim, teríamos saído de uma era de boemia, dos interesses particulares, das manipulações, das idiossincrasias, para um padrão tecnológico-científico, ético, de gestos precisos, ações isentas, métodos objetivos e imparciais, que atendem aos interesses coletivos. Foi esse “horizonte de expectativa” (GROTH, 2006) técnico que nos ajudou a “profissionalizar” o campo. Tal enquadramento da técnica - como conquista profissionalizante - acabou servindo para cristalizar e singularizar o fazer jornalístico. Não é à toa que, frequentemente, apesar de dizer de vários processos, “técnica” é um termo sempre articulado no singular.

A técnica cristalizada não é mais problema ou motivo de disputas - como nos períodos de mudança do modelo opinativo para o factual - mas solução para diversas situações e problemas. O jornalismo está em “crise” no modelo de negócio? Faça mais jornalismo! Há crise ética na profissão? Aplique-se a técnica! A democracia está em perigo? Fortaleça o jornalismo tecnicamente bem-feito! Olhar para o termo como não passível de problematização oculta um espaço de reflexão que também pode revelar um conjunto de ambivalências e contradições do jornalismo. Mas, afinal, o que é (são) propriamente a(s) técnica(s) jornalística(s)? Em que ela(s) se fundamenta(m)? Que qualidade lhe faz propriamente jornalística?

Ao olhar para as grades curriculares das escolas de jornalismo, algumas bibliografias de referência e documentos do MEC, essas questões não estão explicitamente postas, mas permeiam esses textos e o processo de formação. Elas demarcam algumas ambivalências e contradições, como a relação entre teoria e técnica/ prática, a ideia um “profissional formado” versus um vocacionado ou modos e estilos coletivos e individuais de fazer jornalismo. Se questionar sobre o que faz a técnica ser jornalística pode ser, de fato, angustiante. Afinal, sem ela cabe a pergunta: o que exatamente se ensina no curso de jornalismo?

1. Fundamentos da Técnica

Então começamos com as seguintes perguntas: o que fundamenta a técnica jornalística? O que a faz ter uma qualidade específica? Primeiro, podemos dizer que “técnica” é algo presente na cultura humana há séculos. Ela é, de certa maneira, todo processo de transformação da

natureza em algo da cultura humana. Transformar um barro em vaso exige uma técnica, assim como pigmentos de tinta em pintura etc. Assim, para Heidegger (2007) a técnica revela uma essência contida no material da natureza, pois, para ele, todo vaso, por exemplo, está contido no barro de que ele é feito, sendo revelado pelos processos técnicos. Porém, com o desenvolvimento científico, o termo técnica passa a carregar uma conexão com a ciência e a tecnologia, o que faz com que ele não revele mais uma essência do material, mas sim a da própria tecnociência. Nos termos de Vilém Flusser (1985), isso significa dizer que as tecnologias e seus modos de operar são aparelhos definidos por suas programações, que só podem produzir aquilo para o qual estão previamente programados a fazer. Uma máquina fotográfica, por exemplo, só pode produzir as fotos do modo para o qual ela foi programada para isso.

Há, portanto, no termo “técnica”, na contemporaneidade, valores embutidos que moldariam o mundo a partir da tecnociência. Associa-se aos gestos tecnicistas a ideia de eficiência, precisão, objetividade, padronização, repetição, utilidade e principalmente de replicabilidade. É o que Habermas (1968) chamou de “ideologia da técnica”, em que a busca pela tecnociência e seu uso se tornam um propósito em si que moldaria e subjugaria o ser humano.

No jornalismo, essa percepção da técnica - com seus valores - tem uma aplicação ambígua no discurso e no processo de ensino. Primeiramente, o termo não é associado necessariamente às tecnologias. A técnica jornalística é tratada em muitos momentos como algo que ultrapassa os aparatos tecnológicos. Assim, o que fundamenta a técnica não seria necessariamente os avanços científicos, mas o próprio desenvolvimento histórico do campo. Nos textos normativos do MEC e em algumas bibliografias dos cursos de jornalismo há uma historiografia que descreve uma linha do tempo da profissão e que aponta uma transformação - aparentemente inevitável - de um “beloetrismo” individual para a primazia da técnica (DINES, 2009), ou seja, de um fazer jornalístico que seria de uma iniciativa e uma ambição de indivíduos para um corpo coletivo-profissional. Nessa “cronologia da industrialização”, a superação do amadorismo e individualismos das redações teria sido feita para atender uma demanda de novos atores sociais de uma socie-

dade industrial, emergindo um “padrão de qualidade” condizente com as características desse outro contexto.

Assim, o que fundamenta esse “profissional técnico”, no jornalismo, não é resultado de uma descoberta científica-tecnológica, mas a absorção de valores de um momento histórico concretizado em um campo profissional. Para Otto Groth (2006) o jornalismo seria como uma “ciência cultural” exatamente porque para ele se caracteriza por um tipo de ciência que parte da análise de fenômenos culturais para determinar o que são valores normativos e princípios. Assim, a partir do momento da emergência da “técnica jornalística”, ela assume um papel normativo, que independe de tecnologia e do momento histórico e passa a ser a cristalização de valores associados à tecnociência: objetividade, precisão, verdade, isenção etc.

Por isso, a partir de um livro sobre os processos e técnicas jornalísticas chamado “*Jornalismo diário: reflexões, recomendações, dicas, exercícios*” (2017), de Ana Estela de Souza Pinto, baseado no programa de *trainee* da *Folha de S.Paulo*, é possível exemplificar que o jornalismo se faz apenas “com a mente”. Ana Estela conta uma anedota de um jornalista que, ao encontrar com desafetos que não gostaram da publicação de uma notícia do dia anterior, teve seus dedos quebrados, para que não pudesse mais trabalhar. Para a autora, essa atitude (dos desafetos) foi ingênua, pois o jornalismo não dependeria de nada físico e assim o repórter teria relatado a própria agressão mesmo com os dedos quebrados. A história tenta demonstrar como a técnica para fazer jornalismo é quase uma força de vontade, mas ignora que certamente, alguém datilografou a história e colocou na diagramação do jornal por uma técnica dos aparelhos da época.

Com isso, o que é “teórico” no jornalismo – em um circuito acadêmico jornalístico composto por documentos normativos, grades curriculares e bibliografias de disciplinas de referência - diz muito mais de um conjunto de pesquisas que tentam explicar por que o jornalismo é como é e como deveria ser. Muitos textos que teorizam o jornalismo (TRAQUINA, 2005; SCHUDSON, 2011; PENA, 2005; LAGE, 2011) usam de uma gama vasta de campos do conhecimento como sociologia, linguística, semiótica, antropologia (entre outros), mas todos têm como

“horizonte de expectativa” uma perspectiva deontológica semelhante. Esse “olhar” descreve um jornalismo que deveria ser imparcial, isento, objetivo e que separa opinião e fato. Nesse sentido, o que sustenta as noções usuais de técnica e prática é a narrativa de uma historiografia que é comum e compartilhada entre acadêmicos e profissionais.

Não por acaso, ao participar de alguns processos de construção de grades curriculares com outros colegas professores - de formações e trajetórias distintas - sempre me surpreendeu a falta de discordância sobre o que era o jornalismo ou sobre o que ensinar. Havia uma premissa estabelecida de um currículo mais prático, mas que deveria ter fundamentos na teoria, porém nunca houve discussões sobre o que é propriamente o teórico ou o prático e técnico. Parecia não haver diversidade de explicações ou de visões sobre o que é o jornalismo, ao contrário do que ouvíamos ser o processo em outros cursos como Publicidade e Propaganda ou Relações Públicas, nos quais as percepções sobre o que era a profissão e o profissional, ou o papel de determinada disciplina, às vezes geram atritos entre os grupos de trabalho específicos. Isso não quer dizer que não há esse tipo de disputa para os cursos de jornalismo em outras instituições e circunstâncias (e elas com certeza existem), mas diz de um horizonte comum, muito compartilhado, que em certos contextos pode ser acionado para facilitar o trabalho e esconder contradições.

O fato da técnica não ser fundamentada diretamente por aparatos científicos não significa falta de influência das tecnologias no fazer e no ensino, pois o jornalismo está rodeado por aparelhos e é feito através deles. Os relatórios do Ministério da Educação para as diretrizes de 2013 (BRASIL) reconhecem o impacto das tecnologias que, além de modificar os processos, também mudam a própria relação e posição do jornalismo na sociedade. Se olharmos para os documentos normativos do MEC anteriores às diretrizes curriculares de 2013, há uma preocupação no ensino de técnicas de certos aparelhos específicos como datilografia (1962) ou com a compra de equipamentos para rádio e TV, o que denota o entendimento de que esses aparatos determinam a mensagem jornalística (1984). A criação de disciplinas específicas de telejornalismo, fotojornalismo e radiojornalismo mostra o impacto dessas mídias no fazer jornalístico. Outro exemplo é quando Alberto Dines (2009) e Mário Erbolato (2006),

autores de obras “clássicas” sobre o fazer jornalístico, dizem que o jornalismo interpretativo surge como uma resposta dos jornais impressos à televisão e sua capacidade de mostrar a notícia ao vivo.

2. O que se ensina?

Certa vez, estava lecionando uma disciplina chamada “Projetos Televisivos” que ficava localizada no sétimo período do curso. Ela era dada depois de “Telejornalismo” no currículo, mas tinha como proposta em seu plano de ensino desenvolver um telejornal e um programa de entrevista com a turma. Essa disciplina me parecia uma repetição de propostas práticas e carecia de problematização. A partir desse diagnóstico, resolvi propor para a turma um exercício distinto, em que eles deveriam realizar uma reportagem sem “off” e sem sonora. A primeira pergunta que os alunos me fizeram era se havia algum exemplo em telejornais que eu pudesse mostrar. Quando disse que não existia, me questionaram sobre o propósito de fazer o exercício.

A anedota acima me parece representativa do papel dado à prática e à técnica no ensino do jornalismo. O objetivo do exercício era experimentar e explorar a linguagem imagética da TV, além de apontar para a dependência da palavra na mensagem audiovisual jornalística para os alunos. Porém, o que gostaríamos de apontar com essa história não é seu propósito pedagógico, mas sim a necessidade dos alunos de validação do produto pelo “mercado”. Se houvesse algo parecido ao que eu havia pedido no mercado, acredito que não teria havido questionamentos sobre o exercício.

Já que o que fundamenta a prática é uma série de procedimentos e processos historicamente construídos que estabeleceram padrões normativos, a cobrança por uma validação da redação – ou do mercado – sobre o que se ensina é uma constante nas escolas de jornalismo. Podemos ver isso na própria discussão sobre a necessidade de escolas ou não para a formação profissional. Todos os documentos normativos do MEC, sobre os cursos de Comunicação e Jornalismo, de 1962 a 2013, por exemplo, têm em algum momento um argumento que defende e reafirma a necessidade do ensino superior, seja dizendo sobre a maior aceitação por parte das empresas de profissionais graduados em outros países (BRASIL, 1969)

ou afirmando a importância do jornalista como promotor da democracia (BRASIL, 2009). A necessidade desses argumentos mostra haver pressão social – às vezes explicitamente identificada com o mercado – que questiona o rito do ensino superior para a profissão. Há a ideia, nunca abandonada, que o jornalismo se aprende reproduzindo o que se faz na redação, ou seja, que o jornalismo é essencialmente um modo de fazer que se aprende fazendo onde ele é feito “pra valer”. Essa visão parece dizer de uma não necessidade, do campo do ensino, de processos teóricos-investigativos que possam ser construtores de caminhos para o jornalismo. É um ensino de reprodução e não de construção.

Assim, a relação entre teoria e a aplicação da(s) técnica(s) (a prática), pela sua desconexão, se torna um problema nas propostas de formação. O deslocamento entre teoria e prática é constante nas propostas curriculares das normativas produzidas pelo Ministério da Educação (BRASIL, 1969, 1977, 1984, 13). Na última normativa da década de 1960, por exemplo, propunha-se uma formação que fosse mais “prática” e “técnica”, criticando as propostas mais “filosóficas” dos textos normativos anteriores (BRASIL, 1969). Já o currículo dos anos 1970 propôs uma formação que fosse mais “teórica” e que tivesse um olhar crítico para o contexto histórico-social, distanciando-se da proposta mais tecnicista de 1969 (BRASIL, 1977). O último texto do modelo de currículo mínimo, da década de 1980, propôs um equilíbrio matemático entre “teoria” e “técnica” como forma salomônica de “resolver” a controvérsia, já que indica uma divisão igualitária entre as cargas horárias desses dois “conteúdos”. Porém, a divisão – entre disciplinas “técnicas” e “práticas” de um lado e “teóricas” de outro – faz com que se instituem como espaços de aprendizagem separados.

Para Charron e Bonville (2016), há um “paradigma jornalístico” definido como um sistema organizado de regras formais e informais que enquadram e organizam o jornalismo, de forma a lhe dar coesão. As definições das regras desse “sistema” seriam criadas exclusivamente nas “práticas” profissionais que forjam valores, processos e “técnicas” a serem reproduzidos. Para os autores canadenses, a escola tem pouca influência no ensinamento e construção dessas regras, pois, nelas, “via-se a transmissão de regras da profissão tal como se pratica no meio profissional;

busca-se até mesmo restituir as condições práticas criando-se jornais-laboratórios a partir de modelos das redações de jornais” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 71). Assim, a formação em jornalismo seria muito mais o aprendizado desse paradigma jornalístico como um processo de imitação e criação de hábitos.

3. Que jornalista?

De certa maneira, portanto, podemos dizer que parte do que se ensina - quando falamos de “técnica” - são uma série de hábitos incrustados na cultura do jornalismo a partir daquilo que se faz nas redações. Essas normas procedimentais vêm imbuídas de alguns enquadramentos de sentido típicos de uma sociedade industrial e tecnocientífica como racionalidade, isenção, objetividade, imparcialidade. Cria-se um verniz de um jornalista “técnico-científico” com o domínio racional sobre seu fazer. Nisso vemos emergir os manuais de jornalismo e alguns termos que refletem essa semântica, como “jornalismo de precisão” ou “jornalismo de dados”.

O perfil técnico-científico faria do jornalista um anônimo ou uma engrenagem no processo de produção da notícia - que é maior do que o indivíduo, pois o jornalismo é, metaforicamente, um aparelho a ser operado por mãos hábeis e habilitadas. Tais habilidades e competências, supostamente, podem ser treinadas e aprendidas através da sistematização da “técnica jornalística”, que nesse caso oscila entre algo transcendente aos suportes e algo específico para cada mídia. O vocabulário desse jornalismo de técnica cientificada transita entre uma herança jurídica, com o recurso a evidências, provas e indícios, e o científico, como a objetividade, método, dados, estatísticas e probabilidades.

Porém, a dimensão individual e vocacional do jornalismo, mesmo com esse sentido unificador dado à “técnica”, ainda se manifesta, por exemplo, nos autores que invocam sua atuação no passado (ou presente) nas redações (TRAQUINA, 2005; PENA, 2005; LAGE, 2001; 2011; ERBORLATO; 2006; RIBEIRO, 1994; DINES, 2009; KOTSCHO, 1989; ROSSI, 1986) como forma de justificar a forma como descrevem e ensinam a técnica jornalística. Esse gesto serve como uma dupla legi-

timação, indicando que o ensino foi validado por sua experiência e posição profissional, bem como pela redação / mercado.

Dois autores – Kotscho e Rossi – são exemplares nesse sentido. Ao sistematizarem o seu fazer, sua técnica e prática, suas aplicações são tão específicas que servem mais como referência de comportamento do que como algo reproduzível:

Às vezes, a gente viaja muito e, quando chega no lugar, a pauta simplesmente fura, independente da nossa vontade. Tinha ido a Porto Nacional, lá no norte de Goiás, para cobrir o julgamento de alguns posseiros envolvidos em um conflito de terra. Por falta de juiz, o julgamento foi adiado. Claro, aproveitei para fazer um levantamento sobre os conflitos de terra na região, mas o que rendeu matéria boa mesmo foi a viagem de volta, de ônibus. Foram mil quilômetros percorridos em dezoito horas, de Porto Nacional até Brasília. (KOTSCHO, 1989, p. 16).

A abordagem testemunhal evocada pelo autor dá uma qualidade de individualidade à sua narrativa e, ao mesmo tempo, tenta servir como exemplo aplicável a situações semelhantes, sem, no entanto, constituir um gesto sistematizador. A situação descrita no trecho trata do elemento “do acaso” e sobre como lidar com ele; a solução proposta é compreender que qualquer assunto, como “a viagem de volta, de ônibus”, é passível de um tratamento jornalístico. O autor, ao longo do livro, chama atenção para o que ele denomina “olhar humano”, que é central para o exercício profissional. Ou seja, para além de um tratamento “técnico” sobre o mundo, seria mais importante a compreensão que ao jornalismo “tudo interessa” (BRASIL, 1962). Esse argumento totalizador ajuda a transformar os casos específicos em modelos de ação, que não passam pelo tratamento “técnico-científico”, mas por um olhar filosófico-vocacional, o qual Kotscho explicita.

De forma semelhante, Rossi (1986) também legitima o seu livro a partir de sua experiência pessoal, dando ênfase nas suas coberturas e dificuldades, assim como nas soluções encontradas por ele. Seu livro, de forma geral, é a descrição de uma série de situações vividas pelo autor, como a cobertura que fez sobre a morte de Tancredo Neves, quando ficou “42 dias seguidos sem folga e sem horários” (ROSSI, 1986, p. 17);

descreve ainda uma série de situações perigosas, como quando foi perseguido pelos militares argentinos por suas reportagens, ou quando quase morreu na cobertura da Guerra Civil da Nicarágua, nos anos 1980. Todas as situações procuram romantizar - mesmo que o autor negue - o fazer jornalístico, ao argumentar a inviolável necessidade do “dever” e da responsabilidade. Trata-se de mais um reforço ao argumento de que a profissão “não é para qualquer um”, mas algo vocacionado. Nos dois autores destacados, há, portanto, a ideia de um sujeito pré-capacitado e que desenvolve suas habilidades e sua vocação ao longo da experiência profissional. As formas de se fazer jornalismo seriam extremamente personalizadas e até mesmo subjetivas e pessoais. Aquilo que qualifica os dois autores como “bons jornalistas” seriam as soluções específicas dadas às situações da profissão, ou seja, que podem ser “enquadradas” em um modelo de jornalismo artístico-intuitivo.

Os dois modelos de jornalista – o técnico-científico e artístico-intuitivo – convivem e compartilham valores, mas não sem conflito. Podemos ver isso nos relatos de “disputa” entre “repórteres” e as empresas jornalísticas. Jorge Claudio Ribeiro (1994), fala sobre as mudanças ocorridas em meados dos anos 1980 no *Estado de S.Paulo* e na *Folha de S.Paulo*, com a implementação de “rígidos” manuais de redação, que determinaram a padronização de procedimentos, estilo e forma nos dois jornais. Entre os motivos para a resistência por parte da redação – o que acabou causando um processo de demissão em massa na *Folha de S.Paulo* –, estaria o tolhimento da liberdade dos repórteres nas formas de escrever e nos processos de construção do jornal. Para o autor, ocorreu, naquele momento, uma disputa de classes atrelada ao processo de mais valia e lucratividade das empresas jornalísticas. Mas é interessante destacar como a disputa pode ser colocada também a partir da relação entre um agir individualizado, intuitivo e peculiar e um fazer jornalístico padronizado e “regulamentado”. Para além, aquém e ao lado de toda “técnica”, em sua impessoalidade e imprecisão semântica, o jornalismo sobrevive como algo “apaixonante” e individualizado. Mas a vocação não se ensina...

Desentendendo...

1. Quantas técnicas jornalísticas haveria no Brasil e em outros países? Elas são coerentes ou contraditórias entre si?
2. O que sustenta a experiência de estudar jornalismo: o aprendizado de uma técnica ou de repertórios, perspectivas e modos de entender o mundo?
3. A formação superior em jornalismo é mesmo uma tensão irresolvida entre “teoria” e “prática”?
4. As tecnologias são conformadas por um modo de fazer jornalístico que se mantém ou, na direção contrária, contribuem para a existência de diferentes jornalismo?
5. Nos cursos de jornalismo, o que, de fato, se constitui como decisivo e fundamental para a formação de alguém?

Referências

BONEVILLE, Jean; CHARRON, Jean; *Natureza e Transformação do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Currículo Mínimo para o curso de Jornalismo. Resolução N° sem, 1962a.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer do Currículo Mínimo para o curso de Jornalismo. Parecer n° 323, 1962b.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer do Currículo Mínimo para o curso de Jornalismo. Parecer n° 984, 1965.

BRASIL. Ministério da Educação. Currículo Mínimo para o curso de Jornalismo. Resolução s/n°, 1966.

BRASIL. Ministério da Educação. Currículo Mínimo para o curso de Jornalismo. Resolução n° 11, 1969a.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer do Currículo Mínimo para o curso de Jornalismo. Parecer n° 631, 1969b.

BRASIL. Decreto-Lei n° 972, de 17 de outubro de 1969. Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. 1969c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0972.htm. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer do Currículo Mínimo para o curso de Jornalismo. Parecer n° 1.203, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer do Currículo Mínimo para o curso de Jornalismo. Parecer n° 480, 1983.

BRASIL. Ministério da Educação. Currículo Mínimo para o curso de Jornalismo. Resolução n° 2, 1984.

BRASIL. Resolução n° 16, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social e suas

habilitações. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES162002.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação para as diretrizes dos cursos de jornalismo. Portaria nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Jornalismo. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 1º out. 2013a, Seção 1, p. 26.

DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 4. ed. ampl. e atual. São Paulo: Summus, 2009. 158 p.

ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário*. 5. ed. rev. e aum. São Paulo: Ática, 2006. 256 p.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura Filosofia da fotografia*. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

GROTH, Otto. Tarefas da pesquisa da Ciência da Cultura. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (org.). *A era glacial do Jornalismo: Teorias Sociais da Imprensa*. Porto Alegre: Sulinas, 2006.

LOPES, Fernanda Lima. JORNALISTA POR CANUDO: o diploma e o curso superior na construção da identidade jornalística. 2012. 316 f Tese. Doutorado submetida ao Programa de Pós- Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência como “ideologia”*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edição 70, 1968.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-98, 2007. Disponível em: http://www.scientiaestudia.org.br/revista/PDF/05_03_05.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

KELLY, Celso. *As novas dimensões do Jornalismo*. Rio de Janeiro: Editora Agir. 1966.

KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. 80 p. ISBN 8508015054

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2011.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Ana Estela de Souza. *Jornalismo diário: reflexões, recomendações, dicas e exercícios*. São Paulo: Publifolha, 2009.

RIZZINI, Carlos. *O ensino do Jornalismo*. Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

ROSSI, Clovis. *Vale a pena ser Jornalista?*. São Paulo: Editora Moderna 1986. 53 p.

RIBEIRO, Jorge Claudio. *Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. 2. ed. São Paulo: Olho d'água: Brasiliense, 1994. 222 p.

SCHUDSON, Michael. *Descobrimo a notícia*. Petrópolis: Vozes, 2010.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Volume 1, 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005a. 224 p.

CAPÍTULO 11
JORNALISMO /VIDA SOCIAL

Um post e um editorial

CARLOS JÁUREGUI

#atores sociais #interação #contrato comunicativo #afetividade

É dia 11 de novembro de 2022. Dou uma conferida nas redes sociais para começar a jornada e vejo a postagem de um artista brasileiro que manifesta suas opiniões de forma bastante explícita na internet. Ator com trajetória no teatro, na TV e no cinema, Pedro Cardoso (@pedro-cardosoeumesmo) tem usado o *Instagram* de forma singular, sem se preocupar com os padrões estéticos das imagens publicadas na rede ou com o impulsionamento que ela tem dado aos vídeos curtos (com os formatos de *stories* e *reels*). Em vez disso, ele posta fotos, prints retirados da internet ou vídeos apenas como um pretexto para o desenvolvimento de argumentações acerca do cenário político, em especial o brasileiro, no campo destinado às legendas.

No post, o ator dá destaque ao editorial do jornal *O Globo* a respeito de afirmações feitas no dia anterior, 10 de novembro, pelo presidente recém-eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Na ocasião, Lula tinha chorado ao comentar a volta da fome ao país, questionando também a doutrina econômica vigente mais dedicada à contenção de despesas do que ao bem-estar da população. De acordo com

o mandatário, seria necessário rever as prioridades do Estado, com um novo tratamento orçamentário para investimentos sociais e uma revisão da regra fiscal do Teto de Gastos, vigente desde 2017. Aparentemente, essa foi a razão de um forte abalo no mercado financeiro, que apresentou queda na bolsa de valores e alta do dólar em relação à moeda brasileira.

Em resposta aos ocorridos, o jornal *O Globo* publica editorial, do qual transcrevemos um trecho:

É um erro excluir Bolsa Família do teto de gastos - *O Globo*

Proposta de separar 'investimentos sociais' das despesas não resolve o principal: de onde virá o dinheiro.

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva parece ter começado a errar antes mesmo de assumir. Ganhou força a ideia de retirar definitivamente a nova versão do Bolsa Família do teto de gastos. Não haveria mais apenas um *waiver*, a licença para gastar mais excepcionalmente em 2023, mas a criação de outro gasto permanente sem receita correspondente. Seria um absurdo adotar tal medida de forma atabalhoada, sem antes ter uma ampla discussão a respeito de como o novo governo pretende administrar a dívida pública... (O GLOBO, 11 nov. 2022)

Pedro manifesta discordância com o editorial, mas ele não se contenta em rebater o posicionamento. Ele também problematiza a própria natureza de um “editorial de jornal”:

Bom dia. “Como é difícil acordar calado / se na calada da noite eu me dano”; versos poderosos de Chico e Gilberto Gil. Pessoa jurídica é um conjunto (mesmo que unitário) de pessoas físicas. (Tanto q em Portugal se chama Pessoa Coletiva). Quem tem opinião sobre “teto de gastos” são os donos do jornal. A opinião deles pode estar correta ou errada (seja como for, terá valor para o debate) mas será sempre a opinião deles e nunca a do jornal. Jornais divulgarem a opinião de seus donos nisto que se convencionou chamar de “editorial” faz com [que] essa opinião (de alguém) se beneficie da isenção jornalística; e aquilo que é opinião – tanto que chama “opinião de O Globo”, portanto permeada de subjetividade e interesses que lhe atacam a objetividade, toma a aparência de notícia. Pode parecer irrelevante, uma implicância minha com uma prática consagrada; afinal, todo jornal tem “opinião”, ã é apenas O Globo. Mas, diante do naufrágio de todas

as formas de narrativa da verdade (já [que] ninguém quase acredita em nada do q lê e por isso já pouco lê), eu sugiro q a gente se pergunte de que modos o autoritarismo elitista das pessoas ricas construiu controle sobre o fluxo de informação no próprio ambiente democrático (@PEDROCARDOSOEUMESMO, 11 nov. 2022).

É a partir do mal-estar gerado entre o ator (que performa seu papel de cidadão) e o jornal (que se propõe a avaliar erros e acertos de um presidente antes mesmo de sua posse) que trazemos algumas reflexões em torno de uma dicotomia bastante cristalizada tanto no imaginário sobre o jornalismo quanto nos estudos sobre as mídias informativas: *jornalismo vs. vida social*.

1. O cidadão Pedro e o ator jornal

É curioso ver alguém conhecido por seu trabalho artístico (e famoso por personagens humorísticos) falando sério e manejando alguns conceitos do campo do direito como “pessoa física” e “pessoa jurídica”. É mais curioso ainda observar como alguém que leva a vida trocando de papéis pode questionar a “atuação” de outra pessoa (física ou jurídica) e revelar os bastidores desse “show”.

O gesto de Pedro não é trivial, uma vez que a “opinião do jornal” — isto é, o “editorial” — encontra-se articulada com um *papel* historicamente atribuído e reivindicado pelo jornalismo: o do vigilante ou cão de guarda da sociedade. Imbuídas da missão da vigilância, empresas jornalísticas teriam a prerrogativa de noticiar e comentar a vida social, munidas de trunfos como o domínio técnico adequado, o compromisso assumido com a cidadania, o reconhecimento dado a ele no âmbito das democracias ou mesmo dos princípios disseminados nesse meio profissional.

Os posicionamentos de Pedro são legítimos e podem render discussões pertinentes, mas o que nos interessa aqui não é o mérito da postagem (ou seja, o conteúdo e o posicionamento em si), mas o gesto de desvelar o processo de produção daquilo que seria a “opinião do jornal” e questionar a própria atuação e o lugar que essa empresa (que tem “donos”) ocupa na *sociedade*.

Quando @pedrocardosoeumesmo diz que o editorial faz com que uma “opinião” — “permeada de subjetividade e interesses que lhe

atacam a *objetividade*” — se beneficie da “*isenção* jornalística”, ele acaba por convocar elementos bastante caros para o jornalismo. Embora tais noções recebam diferentes abordagens e possam até se confundir uma com a outra, seria possível entendê-las *grosso modo* como: a capacidade de — ou método para — refletir de forma fiel e impessoal os fatos do mundo (objetividade) e o afastamento e a imparcialidade na apuração e construção dos relatos sobre esses ocorridos (isenção).

Para nós, aliás, as contradições apontadas por Pedro não se aplicam apenas ao editorial, mas dizem respeito ao jornalismo de forma mais ampla. Mesmo na produção de material de cunho informativo (uma notícia e não um editorial), a ideia de uma instituição distante da vida social a ponto de ser completamente isenta e objetiva parece pouco verossímil. Para início de conversa, parte importante das iniciativas jornalísticas são corporações que supostamente visam ao lucro. Digo supostamente, pois não são raras as empresas midiáticas deficitárias (e eu me pergunto se o espírito cívico seria suficiente para explicar todo o investimento financeiro despendido nelas). Mas além de seus donos e seus interesses, essas organizações são compostas por trabalhadores envolvidos nas variadas etapas da produção noticiosa e que se inserem nas dinâmicas sociais de distintas formas (classe, gênero, idade, raça/etnia, história de vida...).

É ingênuo pensar que uma empresa jornalística se situaria numa redoma imune à votação de uma nova legislação trabalhista, uma reforma tributária ou uma súmula do Supremo Tribunal Federal sobre *fake-news*. Tampouco é perspicaz acreditar que todos os indivíduos que atuam no interior dessa organização comungam dos mesmos anseios (e que as expectativas de cada um deles teria o mesmo valor dentro dela). Cenários semelhantes seriam observados em iniciativas governamentais ou do terceiro setor. E, mesmo se sairmos do âmbito interno das empresas, é possível desconsiderar o papel que anunciantes, fontes, público e pessoas públicas têm sobre a atuação de uma mídia jornalística?

A solução seria, então, abandonar tais noções e sepultar de vez qualquer busca por afastamento ao se noticiar os fatos? Há quem pense assim e pode até fazer sentido. Mas se no lugar de questionarmos a “veracidade” e a “efetividade” desses ideais, deslocarmos a discussão

para um enfoque histórico e relacional, poderemos entender o peso que eles tomaram no âmbito jornalístico e a forma como eles se manifestam no âmbito das notícias e da própria sociedade. Qualificar esses valores como “mentiras” não explica a persistência deles por tanto tempo no universo jornalístico.

Nesse caso, um caminho de reflexão é considerar que, de fato, o jornalismo *não é* uma prática ou entidade externa à sociedade, mas que ele apenas *se apresenta* dessa forma. Assim como Pedro, que interpreta personagens e que, em uma de suas facetas, *atua* como *cidadão*, uma empresa/organização também se presta a determinado *papel*: o de mídia jornalística. A partir dessa metáfora teatral — inspirada em Goffman (2009) —, o que observamos são as relações construídas por uma organização desse tipo (e o próprio jornalismo como instituição social) com outros atores sociais. Importam também as interações estabelecidas no interior da instância de produção noticiosa.

Se a isenção frente aos fatos e a objetividade noticiosa são elementos importantes para que uma prática seja tomada como jornalística, de que modo elas vão se manifestar no bojo dessas interações? De que modo outros atores vão contribuir para “sustentar” essa performance e quais são os limites que serão impostos em cada situação, para evitar questionamentos como os que foram levantados por Pedro Cardoso?

Embora existam padrões bastante solidificados para o fazer jornalístico compartilhados entre gerações de profissionais e ensinados em universidades, só poderemos responder a tais perguntas com um pouco de segurança se tomarmos as situações de forma concreta e em suas historicidades próprias.

Se numa determinada sociedade os grandes meios de comunicação dependem de verbas governamentais para sobreviver, dificilmente eles performarão sua “independência jornalística” da mesma forma como o fariam se contassem exclusivamente com o setor privado ou com o público consumidor. E mesmo no interior dessas três categorias há infinitas variações e combinações possíveis. Qual é a origem da “verba governamental”? Aporte direto ou via editais e concorrências? De quais esferas do poder? No âmbito privado faz diferença se os recursos provêm de um número concentrado de anunciantes ou de um grupo

mais numeroso e diverso. Se uma iniciativa jornalística sobrevive com assinaturas ou financiamento coletivo, vale saber como se dá o vínculo com o público, que pode se sentir como cliente, como participante ativo ou como patrão, entre outros.

A construção desse cenário vai muito além do financiamento. A delimitação do que se entende por “distanciamento dos fatos” dependerá essencialmente da composição das redações, com maior ou menor diversidade de gênero, idade raça/etnia, origens sociais, assim como características e interesses de seus públicos e o contexto sócio-histórico em que esse conjunto de atores se insere. A partir daí, serão estabelecidos limites e margens de manobra autorizados para se contar uma história a partir de um acontecimento.

A título de exemplo, pensemos em notícias sobre aumento no preço de combustíveis. Em alguns lugares isso é noticiado de forma tímida (em função de apoio velado ou mesmo censura). Em outros, é tema de destaque, como no Brasil, onde o assunto é notícia constante na última década. Nada se compara, no entanto, com o que vi quando passava férias na Bolívia, em dezembro de 2010, e a TV noticiava a alta da gasolina, com o *lettering*: “esse é o presentinho do nosso governo”. Um pouco chocado com o tom daquilo, continuei acompanhando para verificar se a emissão era de fato um noticiário ou se algum programa humorístico estaria emulando essa linguagem. Era uma notícia mesmo.

Mas chamar um aumento de preços de “presentinho” seria um exemplo de maior ou menor independência em relação aos outros cenários aqui mencionados? Se tomarmos a objetividade e a isenção em termos absolutos e gerais, tal situação está longe de se enquadrar nos padrões, por apresentar de forma irônica e agressiva um posicionamento bastante claro. Por outro lado, avaliar negativamente uma medida governamental revela uma notável independência em relação ao governo (na época liderado por Evo Morales). A princípio isso seria salutar, não? Nesse caso, a emissora estaria tomando as dores do cidadão que iria gastar mais com os combustíveis? Talvez. Ao procurar entender melhor a conjuntura, soube que o governo tinha decidido retirar um subsídio sobre os combustíveis vigente desde 1986. Apesar de promover preços mais acessíveis, a medida estrangulava o orçamento (prejudicando o

investimento em áreas sociais) e promovia um escandaloso cenário de contrabando de combustíveis nas fronteiras do país. Dessa forma, quem estaria do “lado do povo”? Não sei, ainda bem que não preciso responder. Só posso contar que alguns dias depois da fúria das ruas e dos meios, o subsídio voltou a ser praticado, e os corumbaenses retomaram o hábito de visitar a Bolívia para apreciar seus belos postos de gasolina.

Não é o caso de nos aprofundarmos nesse relato. O que importa, para o raciocínio que proponho, é a percepção de que o suposto “afastamento” do jornalismo em relação aos fatos sociais e aos poderes estabelecidos parece ter natureza contextual. Por exemplo: quando um grave crime ambiental é cometido por uma mineradora com grande relevância econômica para uma região, como deveria ser performada a isenção dos meios informativos? A quem interessaria notícias com aspecto objetivo, com dados apresentados de forma fria e matemática e poucos sinais de comoção?

Há também situações em que o afastamento é de saída malvisto. Quando um crime violento contra uma criança se torna o assunto do dia, a qualificação de “monstro/a” em relação aos agressores dificilmente estará fora dos limites permitidos para o bom jornalismo. O grau de investimento emocional que levará o público a apontar o oportunismo ou o sensacionalismo de um meio dependerá das expectativas compartilhadas entre a instância que produz a informação e o seu público em específico.

Neste ponto retomamos a metáfora teatral, para destacar um ponto central desta argumentação. Se de um lado o ator performa, do outro lado é preciso haver alguém que dê sustento a essa performance. É nessa chave que se daria a missão jornalística de noticiar a vida social, como se dela não participasse ou como se dela pudesse se afastar na medida necessária. No exemplo inicial deste texto, com o post de @pedrocardosoeuismo, vemos um caso em que alguém do público aponta inconsistências nessa encenação e tenta desestabilizá-la. É como se, durante um espetáculo, uma pessoa se levantasse do público para vaiar ou se, num show de magia, alguém se dispusesse a revelar os segredos dos truques ali apresentados.

Outra metáfora que pode ser convocada é a do contrato que seria negociado entre mídia informativa e público. Autores de diferentes tradições — dois quais destacamos, Verón (2004) e Charaudeau (2008) — entendem que toda interação envolveria o estabelecimento de acordos

acerca das expectativas dos participantes da troca comunicativa. Tais pactos envolveriam cláusulas com maior ou menor rigidez, apontando limites e margens de manobra.

Entendemos que nessa margem seriam negociadas as noções de objetividade e isenção. A própria natureza abstrata de tais termos os tornaria objeto de discussão permanente, apesar de todas as definições encontradas nos manuais da profissão. A trágica história brasileira nos levou recentemente a presenciar uma parte ruidosa da população acusando a *TV Globo* de parcialidade por noticiar a vitória de Lula nas eleições de 2022, sem considerar a possibilidade de fraudes. Há algum tempo, tal parcela dos brasileiros já vinha propondo um novo acordo com os meios: para ela, quem não apoiasse incondicionalmente o líder da extrema-direita brasileira, Jair Bolsonaro (o que incluía suas teorias conspiratórias sobre o sistema eleitoral), só poderia estar do lado de Lula.

Com o resultado das eleições confirmado (e até o momento da finalização deste texto oficialmente aceito), tenho a impressão de que as maiores empresas de comunicação brasileiras não aceitaram tais termos. Mas, como vimos pelo editorial e pelo post que iniciam esta reflexão, essa recusa não implica uma adesão ao projeto político de Lula.

2. Sentimentos morais e a imparcialidade como efeito de sentido

Em função do meu interesse pela compreensão da afetividade na mídia informativa, tive o desprazer de dedicar parte da minha trajetória ao estudo da retórica da indignação na cobertura política (JÁUREGUI, 2015). E, de fato, esse universo é profícuo para revelar pontos de articulação entre a vida social e a instituição jornalística, mostrando também alguns modos de operacionalização de valores caros para a credibilidade das notícias.

Uma hipótese surgida desse estudo diz respeito à forma como a convocação de sentimentos morais parece ser uma estratégia retórica capaz de acobertar ou apaziguar as tensões existentes entre o jornalismo como um ator de destaque nas sociedades e a suposta obrigação de não tomar partido.

Fundamentados a partir de valores vagos e pretensamente universais — como justiça, honestidade, responsabilidade ou liberdade — tais sentimentos abrem significativas margens de manobra para expressar

uma variada gama de posicionamentos. Por esse caminho, a inconformidade ou a indignação expressas frequentemente por repórteres ou comentaristas políticos não seriam necessariamente entendidas como ameaças aos padrões do bom jornalismo. Surgiria, assim, uma imparcialidade como “efeito de sentido”, como resultado de uma valoração moral que se apresenta como indiscutível. Afinal, quem não se indigna contra a desonestidade? Quem está disposto a defender a corrupção? Nessas horas, o distanciamento deixa de ser tão necessário, pois o que se sugere é a existência de um consenso.

3. Outros caminhos de análise

Embora tenha optado pelas metáforas teatral e contratual para o desenvolvimento de uma reflexão acerca da tensa articulação entre jornalismo e vida social, tal gesto poderia ser trilhado por caminhos diversos. Com a constituição das teorias do jornalismo, diferentes abordagens foram desenvolvidas para a compreensão desse problema, a maior parte delas contribuindo para desconstruir a ideia cristalizada da notícia como um “espelho da realidade”.

Dentre essas perspectivas algumas são especialmente pertinentes por trazer outros olhares para as questões que levantamos nas páginas anteriores. A hipótese da agenda-setting, por exemplo, levantou a partir dos anos 1970 a discussão sobre o papel dos meios em pautar os temas que fariam parte da “conversa pública cotidiana”. No início, a abordagem considerava que estes não teriam o poder de definir “o que” as pessoas pensariam, mas “sobre o que elas” elas deveriam pensar e falar (MCCOMBS, 2004). Posteriormente, essa abordagem recebeu revisões, que, de um lado, começaram a considerar que os meios não apenas pautavam os assuntos do dia, mas também os “enquadramentos”, isto é, as formas pelas quais eles seriam tratados. Há ainda os que observam que os meios não são as únicas instâncias de agendamento dos temas relevantes. Esse ponto de vista ganhou força com a descentralização da produção midiática neste início de século, junto ao desafio de entender o papel das plataformas e das redes sociais na missão de “pautar” as nossas vidas.

Há pesquisas que se concentram no próprio processo de produção informativa, buscando entender de que modo distintas linhas de força

interagem e explicam “as notícias como elas são”. Um panorama de como essas discussões se desenvolveram no século XX pode ser obtido na obra do pesquisador português Nelson Traquina (2005a e 2005b). É possível discutir desde os critérios que definem se um fato deve ou não virar notícia (noticiabilidade), até os conflitos no interior das empresas jornalísticas e o papel dos componentes humanos, empresariais e políticos nesses contextos. O panorama também contempla estudos que compreendem o jornalismo como um fenômeno de linguagem que nos contará “estórias”, recriando a realidade social na forma de narrativas.

No que diz respeito especificamente aos ideais de objetividade, imparcialidade e isenção que discutimos neste texto, destacamos os trabalhos que buscam uma abordagem mais crítica e menos prescritiva. No início do século XXI, os jornalistas norte-americanos Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004) desenvolveram reflexões dessa natureza, a partir de casos concretos da imprensa e de questionamentos ao próprio imaginário compartilhado por profissionais da notícia. Nesse sentido, o próprio Traquina (2005b) traz uma contribuição relevante ao considerar esse grupo como uma comunidade transnacional que comunga de conjunto de valores. A pesquisa liderada por Thomas Hanitzsch (2011), em parceria com pesquisadores de 18 países, dá um passo importante para esse mapeamento transnacional da cultura jornalística, a partir de um estudo com 1800 profissionais. Como vemos a seguir, os resultados corroboram a relevância de discutir a intrincada articulação entre o distanciamento frente aos fatos e o dever de defender, como um cão de guarda, o cidadão (ou certa figura de cidadão), o que não deixa de ser uma forma de tomar partido:

Vários padrões globais de similaridades e diferenças entre as culturas jornalísticas surgiram da análise comparativa: com respeito às similaridades, evidências apontam para uma primazia global das percepções sobre a função da instituição, que são caracterizadas por distanciamento e imparcialidade. Ser um cão de guarda em relação ao governo e, com menos amplitude, em relação às elites econômicas, assim como prover informação política, também pertencem aos papéis do jornalismo com apelo universal...” (HANITZSCH et al, 2011, p. 286 – tradução livre)

Um olhar para o próprio dispositivo midiático, em seus diferentes âmbitos de articulação com as interações sociais também pode enriquecer o estudo do jornalismo. Nesse sentido, Elton Antunes e Paulo Bernardo Vaz (2006) organizam as possíveis abordagens do problema em três níveis de análise: o relacional (das interações e processos de influência mútua por meio do dispositivo midiático), o interlocutivo (que abrange os seres psicossociais implicados nas trocas comunicativas) e o contratual (referente ao âmbito da linguagem em si).

Para encerrar estas divagações, mesmo que seja impossível esgotar o debate proposto, é possível recorrer a perspectivas que se dispõem a debater o papel de quem consome o jornalismo. Nessa perspectiva, há trabalhos provenientes dos estudos da linguagem que entendem essa instância pela figura de um “leitor presumido”, tornada mais ou menos concreta à medida que validasse os sentidos e acordos propostos pela instância de produção. Há ainda as contribuições identificadas especificamente como “estudos de recepção”, que propõem uma interpelação mais direta com os indivíduos do público, de modo a compreender os efeitos das “mensagens midiáticas” e a formas pelas quais os indivíduos interpretam, respondem e se subjetivam no cerne das interações com os meios e o jornalismo. A noção de leitor modelo de Umberto Eco (2002) e o modelo da codificação/decodificação proposto por Stuart Hall (2003) seriam marcos teóricos importantes para ambas as abordagens e seus desenvolvimentos, somados outros trabalhos no campo dos estudos culturais, semiótica e sociologia da comunicação. É importante considerar, no entanto, que as próprias noções de recepção e consumo midiático não são pacíficas, comportando controvérsias e reformulações.

Uma contribuição para mapear a complexidade dessas questões é a formulação de José Luiz Braga (2006) sobre o “sistema de resposta social”, que diria respeito aos processos de “interação sobre a mídia”. A proposta sustenta que entre o “sistema de produção” e o “sistema de recepção”, haveria um variado conjunto de trocas comunicativas (realizadas por processos e dispositivos sociais de natureza crítica aos meios).

As abordagens são múltiplas, mas a partir do que foi exposto aqui é possível iniciar algumas reflexões... entre uma e outra parada para ver as notícias e as redes.

Desentendendo...

1. Quais estratégias o jornalismo usa para reivindicar o papel de cão de guarda da sociedade, e quais são os limites dessas estratégias?
2. Em que situações pode-se identificar as negociações entre jornalismo e sociedade em torno de valores como objetividade e imparcialidade?
3. O que a sociedade ganha quando a performance em torno dos valores jornalísticos é questionada e os bastidores da notícia são expostos publicamente?
4. Em que medida a figura do “cidadão” convocada pelo jornalismo pode ser tomada como geral e universal? Em que medida ela projeta valores e interesses particulares e circunscritos?
5. Se consideramos que o jornalismo não é apenas um observador da realidade social, mas uma parte dela, de que modo podemos observar as tensões sociais (desigualdades, disputas e contradições de diversas naturezas) em ação na prática jornalística?
6. Quando as fronteiras entre jornalismo e vida social são borradas, ainda faz sentido compreender a sua relação pela lógica da influência de um/a sobre o/a outro/a?

Referências

ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera. *Mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

ECO, Umberto. *Lector in fabula: a cooperação interpretativa no texto narrativo*. Trad. Attilio Cancian, São Paulo, Perspectiva, 2002.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOMES, Wilson. *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

HALL, Stuart. *Codificação/Decodificação*. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Brasília: Editora UFMG, 2003. p. 365-381

JÁUREGUI, Carlos. *Cães, indignados e indignos: o pathos da indignação no discurso jornalístico*. 266f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Orientador: Elton Antunes.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. Tradução de Wladir Dupont, 2ª edição. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

GREIMAS, Algirdas J. *Du sens II: essais sémiotiques*. Paris: Éditions du seuil, 1983.

HANITZSCH, Thomas et al. Mapping Journalism Cultures across Nations: A Comparative Study of 18 Countries. *Journalism Studies*, 3(12), 2011. p. 273-293.

McCOMBS, Maxwell. *Setting the Agenda: The Mass Media and Public Opinion*. Cambridge: Blackwell Publishing Inc., 2004.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucia. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria E.G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

OLIVEIRA, Maria Madalena da Costa. *Metajornalismo... ou quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso*. Braga: Universidade do Minho, 2007. Tese de doutoramento. Orientação: Moisés Adão de Lemos Martins.

SILVA, Luiz Martins. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: Motta, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.47-74.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. Florianópolis, SC: Insular, 2. Ed., 2005a.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo 2: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis, SC: Insular, 2. Ed., 2005b

WAISBORD, Silvio. *Watchdog Journalism in South America: News, Accountability and Democracy*. New York: Columbia University Press, 2000.

| Sobre as autoras e os autores

Bruno Souza Leal é professor do PPGCOM e dos cursos de graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador por vocação e profissão, entende que as relações entre mídias, jornalismo e ética são complexas e ainda um tanto inexploradas, para além das posturas e códigos normativos.

E-mail: brunosleal@gmail.com

Carlos Jáuregui é jornalista e doutor em comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor da Universidade Federal de Ouro Preto e membro dos grupos de pesquisa ConJor (UFOP) e Escutas (UFMG). Nasceu em La Paz, Chuquiago Marka, e tem uma devoção: ¡CUMBIA!. Estuda jornalismo porque um dia se interessou pelo assunto, viu o tamanho do problema e ainda não encontrou uma forma de parar de se preocupar com isso.

E-mail: carlos.jauregui@ufop.edu.br

Felipe Luiz da Silveira Borges é jornalista e doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Descobriu que queria fazer jornalismo lendo matérias e críticas sobre cinema na adolescência. O interesse pelo audiovisual o levou à pesquisa acadêmica, que hoje

concilia com a atuação como servidor público do Estado do Rio Grande do Sul, no cargo de jornalista.

E-mail: felipelsborges@gmail.com

Fernanda Mauricio é jornalista, mãe, ex-nadadora e fã de séries televisivas. Os esportes e a ficção seriada a levaram para a faculdade de jornalismo, mas foi na pesquisa que se encontrou, primeiro no mestrado e depois no doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA. Suas pesquisas envolvem diversos interesses, como o telejornalismo, os talk shows nacionais, crítica televisiva e, mais recentemente, desenhos animados. Hoje, é professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: fernandamauricio@gmail.com

Frederico de Mello Brandão Tavares é doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos e professor da Universidade Federal de Ouro Preto, onde atua no curso de Graduação em Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Entende que o mundo não é quadrado e que entre os muitos lados de cada história, é preciso sempre defender a ética e a justiça.

E-mail: frederico.tavares@ufop.edu.br

Mozahir Salomão Bruck é doutor em Literaturas de Língua Portuguesa e professor da PUC Minas. Já foi repórter, fonte, entrevistador e entrevistado. Testemunhou acontecimentos importantes, nem todos felizes.

E-mail: mozahir@pucminas.br e mozahir@uol.com.br

Nicoli Tassis é jornalista, publicitária e professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Dedicou o seu percurso no mestrado e doutorado para a compreensão do jornalismo brasileiro e suas interfaces com a literatura, o cotidiano e a denúncia social. Completamente apaixonada por essa área, se aventura na escrita de biografias e roteiros audiovisuais, apostando na potência dessas narrativas para provocar a reflexão e tensionar mudanças na sociedade.

E-mail: nicolitassis@gmail.com

Nuno Manna é jornalista e doutor em Comunicação. Atua como professor na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no curso de Jornalismo, no Programa de Pós Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários. Dedicar-se (inclusive no trabalho) à narrativa, à cultura e à temporalidade. É fã de Kafka e de coxinhas de jaca.

E-mail: nunomanna@gmail.com

Thiago Emanuel Ferreira dos Santos, Manuca, é jornalista e doutor em comunicação e cultura contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia, pesquisador associado ao Centro de Pesquisa em Estudos Culturais e Transformações na Comunicação, é ativista da ManifestA ColetivA, assessor do mandato da vereadora Maria Marighella e, em meio aos percursos incertos da sua própria trajetória, compreende que o jornalismo e a comunicação precisam ser disputadas para conformação de outro mundo possível.

E-mail: thiagoemanoel.ferreira@gmail.com.br

Valéria Maria Vilas Boas é jornalista e doutora em comunicação pela Universidade Federal da Bahia, professora da Universidade Federal de Sergipe, fã de *Paralamas do Sucesso* e consumidora assídua de televisão desde criancinha. Por causa de sua relação cotidiana com esse meio, decidiu dedicar-se à pesquisa sobre jornalismo, que reconhece como um problema que precisa ser disputado para incluir cada vez mais diversidade de sujeitos.

E-mail: valeriavilasboas@academico.ufs.br



Bruno Souza Leal é professor do PPGCOM e dos cursos de graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais. Integra o Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência (www.tramas.fafich.ufmg.br), a Rede Historicidades dos Processos Comunicacionais e o Linhas: Rede Mineira de Estudos em Narrativas

Nicoli Tassis é jornalista, publicitária e professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde atua no curso de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários. Integra o Narra: Grupo de Pesquisa em Narrativa, Cultura e Temporalidade (www.gruponarra.com.br), a Rede Historicidades dos Processos Comunicacionais e o Linhas: Rede Mineira de Estudos em Narrativas

Nuno Manna é jornalista e doutor em Comunicação. Atua como professor na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no curso de Jornalismo, no Programa de Pós Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários. Integra o Narra: Grupo de Pesquisa em Narrativa (www.gruponarra.com.br), Cultura e Temporalidade, a Rede Historicidades dos Processos Comunicacionais e o Linhas: Rede Mineira de Estudos em Narrativas